

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE GRADUAÇÃO
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

NATÁLIA RIGOTTO BARBACHAN

RELAÇÕES PARADIPLOMÁTICAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
1980 - 2018
O Convênio de Fraternidade Rio Grande do Sul-Shiga
Estudo de Caso

Porto Alegre
2020

NATÁLIA RIGOTTO BARBACHAN

**RELAÇÕES PARADIPLOMÁTICAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
1980 - 2018**

**O Convênio de Fraternidade Rio Grande do Sul-Shiga
Estudo de Caso**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito parcial para
obtenção do título de Bacharel em
Relações Internacionais, pelo Curso de
Relações Internacionais da Universidade
do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS

Orientador: Prof. Me. Álvaro Augusto Stumpf Paes Leme

Porto Alegre
2020

Dedico esse trabalho à minha mãe, por sempre me incentivar e querer, constantemente, o melhor para mim. À minha tia Marta e à Olívia, pelo apoio nas horas difíceis.

Ao meu pai, de quem sinto saudades todos os dias.

AGRADECIMENTOS

À minha família pela compreensão e apoio dados durante a realização deste trabalho.

Ao professor Álvaro, por quem tenho enorme respeito e admiração, pela orientação e ajuda no fornecimento de materiais e bibliografia para a presente pesquisa; pelo tempo despendido em nossos encontros, sempre estando disponível em me prestar auxílio e direções e, especialmente, pela paciência em me ajudar a fazer esse trabalho, que espero que atenda às suas expectativas.

Aos entrevistados Márcia Nunes, Leonardo Neves e Marcelo Baumgarten pela sua disponibilidade em me atender e pelo fornecimento de informações valiosas, que por certo ajudaram no esclarecimento de aspectos aos quais não tinha acesso. Agradeço, também, a leitura realizada por eles e as sugestões feitas ao presente trabalho.

Aos meus amigos que sempre me incentivaram nas horas mais difíceis, em que as dúvidas e apreensões surgem. Cito, em especial, minhas amigas Marina e Júlia que a minha convivência na Unisinos me proporcionou.

RESUMO

O objetivo deste trabalho é analisar o Convênio de Fraternidade celebrado entre o Estado do Rio Grande do Sul e a Província japonesa de Shiga, especificamente para responder o questionamento acerca dos resultados efetivamente alcançados pelo Irmanamento, cobrindo o período de 1980-2018. Usa-se como embasamento teórico a teoria da interdependência complexa, que explica o aparecimento de novos atores no cenário mundial que não os entes centrais. Tal fenômeno é descrito na literatura como paradiplomacia. Verifica-se que embora o estado gaúcho tenha sido um dos pioneiros no País, na criação de uma secretaria especial para tratar de assuntos externos, a intensidade das relações externas travadas pelo Estado dependeu essencialmente da visão dos governadores. Em alguns governos foi dado grande incentivo às relações internacionais, como nos de Pedro Simon e Tarso Genro, enquanto que outros tiveram outro enfoque, priorizando outras áreas, apesar de não deixarem de atuar completamente no âmbito internacional. Verifica-se que o aparato administrativo do estado gaúcho carece de mais servidores especializados na área internacional, que formem um quadro permanente no governo visando tratar as relações internacionais como política de Estado. O Convênio celebrado, em 1980, entre o Estado gaúcho e a Província de Shiga, rendeu importantes frutos ao Estado, na forma de vários intercâmbios técnicos ao longo do período, mantendo-se atuante até o presente. Através dele desenvolveram-se dois grandes projetos: o Polo Cerâmico da Campanha e o Pró-Mar de Dentro. Observa-se que quando a paradiplomacia é valorizada obtêm-se diversos benefícios, sejam esses em novas oportunidades ou no fortalecimento das relações já existentes. Conclui-se, também, que o fenômeno paradiplomático é uma realidade crescente e que o estado do Rio Grande do Sul, ao não priorizar, dentro de suas políticas, as relações paradiplomáticas, desperdiça oportunidades, principalmente porque possui uma posição estratégica ímpar, estando no centro da América Latina, do qual pode obter benefícios na atração de investimentos e projetos de cooperação.

Palavras-chave: Interdependência Complexa. Paradiplomacia. Rio Grande do Sul. Província de Shiga. Japão. Cooperação. Irmanamento.

LISTA DE SIGLAS

ACRI - Assessoria de Cooperação e Relações Internacionais

AFEPA – Assessoria Especial de Assuntos Federativos e Parlamentares

AGDI - Agência Gaúcha de Desenvolvimento e Promoção do Investimento

AMISHI - Associação dos Amigos de Shiga

ARF - Assessoria de Relações Federativas

BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento

CAF – Comitê de Articulação Federativa

CIDEU - Centro Ibero-americano de Desenvolvimento Urbano

CIENTEC - Fundação de Ciência e Tecnologia

CITIS - Centro Integrado de Tecnologia Industrial

CODESUL – Conselho de Desenvolvimento e Integração Sul

CRM - Companhia Riograndense de Mineração

EDP - Escritório de Desenvolvimento de Projetos do RS

ERESUL – Escritório de Representação do MRE no Rio Grande do Sul

FEPAGRO - Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária

FMI - Fundo Monetário Internacional

FUNAG – Fundação Alexandre de Gusmão

GATT - Acordo Geral de Tarifas e Comércio

ISHIBRAS - Ishikawajima do Brasil Estaleiros S. A.

JICA - Agência de Cooperação Internacional do Japão

MERCOSUL - Mercado Comum Europeu

MRE – Ministério das Relações Exteriores

NIBSC - National Institute of Biological Standards

OIT – Organização Internacional do Trabalho

ONU – Organização das Nações Unidas

PGQP - Programa Gaúcho de Qualidade e Produtividade

PGU – Programa de Gestão Urbana das Nações Unidas

PICE – Programa de Integração e Cooperação Econômica

SAF – Subchefia de Assuntos Federativos

SCP - Secretaria de Coordenação e Planejamento do RS

SDECT - Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia

SDPI - Secretaria de Desenvolvimento e Promoção do Investimento

SEAI – Secretaria de Assuntos Internacionais

SEDAI – Secretaria do Desenvolvimento e dos Assuntos Internacionais

SEDES – Secretaria de Desenvolvimento Social

SEDETUR - Secretaria Estadual de Desenvolvimento Econômico e Turismo

SENAI - Serviço Social de Aprendizagem Industrial

SESAMPE - Secretaria da Economia Solidária e Apoio à Pequena e Micro Empresa

SIC - Secretaria da Indústria e Comércio do RS

SRI - Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República

UN-Habitat - Programa das Nações Unidas para Assentamentos Humanos

URBAL - Programa Cooperação Internacional Descentralizada da Comissão Europeia

USIMINAS - Usina Siderúrgica de Minas Gerais S. A.

SUMÁRIO

1 Introdução.....	8
2 Fundamentação Teórica.....	13
2.1 Breve Descrição e Evolução das Teorias de Relações Internacionais.....	13
2.2 A Teoria da Interdependência Complexa.....	15
2.2.1 Princípios.....	15
2.2.2 Poder e Interdependência.....	16
2.2.3 A Interdependência Complexa.....	19
2.2.4 A Era da Informação e Globalismo.....	21
2.2.5 A Multiplicidade de Atores Internacionais.....	22
2.3 O Fenômeno da Paradiplomacia.....	25
2.3.1 Conceito e Aspectos Fundamentais.....	25
2.3.2 A Paradiplomacia no Brasil.....	34
2.3.3 A Paradiplomacia no Rio Grande do Sul: 1980-2018.....	41
3 Convênio de Fraternidade entre o Estado do Rio Grande do Sul e a Província de Shiga.....	63
3.1 Relações Brasil e Japão.....	63
3.2 Relações Rio Grande do Sul e Japão.....	69
3.2.1 Convênio de Fraternidade Rio Grande do Sul e Shiga.....	71
4 Conclusão.....	82
Referências Bibliográficas.....	87
Lista de Anexos.....	97

1 Introdução

O presente estudo buscará descrever e analisar as relações estabelecidas entre o Estado do Rio Grande do Sul e a Província de Shiga e o que resultou dessas relações tendo como base a Teoria da Interdependência Complexa das Relações Internacionais. O Convênio de Fraternidade, firmado em 05 de maio de 1980, declara que o estado do Rio Grande do Sul e a Província Japonesa de Shiga são Estados-irmãos, tendo como símbolos o Lago Biwa, o maior lago japonês, e a Lagoa dos Patos, a maior laguna brasileira. Portanto, referida parceria completou 40 anos em 05 de maio do presente ano (2020).

O Convênio de Fraternidade prevê o intercâmbio e a cooperação nos setores de meio ambiente, biotecnologia, tecnologia industrial, saúde, agricultura, educação entre diversos outros campos. Assim, percebe-se que o Convênio foi firmado entre dois entes subnacionais, o estado do Rio Grande do Sul, unidade da federação do Brasil, e Shiga, província da nação japonesa, que estabeleceram uma cooperação sob múltiplos aspectos e temas, ou seja, uma cooperação que não se originou de uma relação estatocêntrica, ou entre Estados-Nação.

A teoria da Interdependência Complexa procurou evidenciar que há muitas maneiras de conexões ou cooperações entre Estados, que não só relações políticas; a agenda militar deixa de ser dominante. “A força militar não é mais usada como um instrumento de política externa”. (KEOHANE; NYE, 2012 apud JACKSON; SORENSEN, 2013, p.78). Ainda mais, que nas democracias ocidentais, além dos Estados, há outros atores e o conflito não faz parte de suas agendas.

Desse modo, na Teoria da Interdependência Complexa de Keohane e Nye;

há a emergência de novos atores no plano internacional que questionam e redefinem a natureza estatocêntrica internacional. Observa-se a relação intrínseca entre o Estado, novos atores e o mercado global. (CASTRO, 2012, p.361).

Assim, os autores afirmam que há outras maneiras dos países ficarem mais próximos como, por exemplo, um país pode criar laços culturais ou democráticos muito fortes com outro, independente de sua dependência econômica ou militar. Esta teoria também diz que há mais na relação entre os países que somente os Estados e Organizações Internacionais, mas também há a atuação de atores subnacionais. Duarte (2016, p.12) pontua que a “ação desses agentes subnacionais

pode ser chamada de diversas maneiras, tais como diplomacia federativa, política externa federativa ou paradiplomacia”. Assim, é necessário que se investigue tal fenômeno para melhor entendimento da relação estabelecida entre os atores objeto do presente trabalho.

De acordo com Ribeiro (2009, p.33), a paradiplomacia é um fenômeno social de inserção internacional de entidades subnacionais, que “representa certamente uma profunda mudança no campo de estudos da política externa e das relações internacionais”. O termo paradiplomacia surgiu dos teóricos Ivo Duchacek e Panayotis Soldatos, que instituíram um novo conceito nas relações internacionais, para definir e justificar a atuação internacional de outros atores, que não os Estados centrais. (APRÍGIO, 2015).

Assim, tendo em vista que a teoria da Interdependência Complexa ressaltou relações de cooperação entre atores subnacionais e que esses, conforme Duchacek (1990) e Soldatos (1990), definem como novas formas de traçar relações, nominando como fenômeno paradiplomático, busca-se averiguar as relações estabelecidas entre o Estado do Rio Grande do Sul e a Província de Shiga, no Japão. Primeiramente, portanto, irá se apresentar a Teoria da Interdependência Complexa e de que maneira o objeto de estudo deste projeto se encaixa nesta perspectiva teórica.

Ademais, se fará uma análise das relações entre o Estado do Rio Grande do Sul e do Japão, introduzindo, de forma geral, as relações centenárias desses atores bem como, de forma breve, as relações entre Brasil e Japão para que seja possível contextualizar tais relações. Porém, o foco ficará compreendido no período dos anos de 1980 até 2018, pois assim pode-se dar uma maior proximidade entre tais atores durante esse intervalo temporal, seja no aspecto econômico, quanto diplomático e cultural.

Segundo o Itamaraty, (BRASIL, 2020) as relações entre Japão e Brasil completaram 120 anos em 2015, dos quais se destaca o grande fluxo migratório no pós-guerra, fator que facilitou a aproximação de ambos, bem como o auxílio japonês, nas décadas de 60 e 70, à industrialização brasileira. De acordo com a Secretaria de Imprensa da Presidência da República (1991, p. 41 apud UEHARA, 1999, n.p.), “de 1951 até 1980, o Brasil foi um dos maiores recebedores de investimentos diretos do Japão, superado somente pelos EUA e Indonésia”.

O estado gaúcho é relevante ao Japão, pois também recebeu imigrantes japoneses, apesar de em menor escala do que outros estados como São Paulo. No entanto, existem polos importantes e relevantes da migração japonesa no Rio Grande do Sul, como a cidade de Ivoti. Portanto, há um interesse de ambas as partes de se aproximarem, seja de forma cultural ou econômica, através de visitas como a ocorrida em 2019 (GOVERNO DO ESTADO, 2019), em que se objetivou uma busca de investimentos. Assim, da mesma maneira, o Convênio de Fraternidade entre Rio Grande do Sul e Shiga abrange, também, diversas áreas. Como exemplo, em 2013, Shiga convidou representantes do Estado para participar de uma missão técnica, visando à troca de potencialidades. (GOVERNO DO ESTADO, 2013A; 2013B).

Desse modo, esse trabalho procurará responder à seguinte questão-problema: **quais foram os resultados obtidos pelo Estado do Rio Grande do Sul a partir da cooperação que teve início com a celebração do Convênio?**

Com vistas a responder à questão-problema apresentada, o objetivo-geral deste trabalho será o de evidenciar quais resultados foram obtidos por meio dessa cooperação, ao mesmo tempo em que procurará verificar o êxito da paradiplomacia através desse Convênio. A fim de alcançar tal objetivo geral, busca-se especificamente:

- a) Analisar os pilares da teoria da interdependência complexa e as circunstâncias de seu surgimento;
- b) Trazer os conceitos de paradiplomacia, seus pressupostos e estabelecer semelhanças com as relações entre o RS e a Província de Shiga;
- c) Mostrar a estrutura paradiplomática institucional do estado do Rio Grande do Sul, desde a criação da primeira Secretaria de assuntos internacionais, até 2018;
- d) Discutir a relação do estado do Rio Grande do Sul e a Província de Shiga diante dos novos modelos de relações entre entidades subnacionais assim como os temas e objetivos pretendidos pelo Convênio de Fraternidade entre Shiga e o Estado do RS e verificar seus resultados;

O tema apresentado tem importância para o debate acadêmico visto que relações paradiplomáticas são fenômenos recentes, que têm se intensificado nas últimas três décadas, como consequência do fenômeno da globalização. As relações estabelecidas entre entes subnacionais vêm aumentando na prática, mas a literatura

acerca do assunto ainda é pequena. O relacionamento entre o Estado do Rio Grande do Sul e a Província de Shiga foi escolhido como objeto de pesquisa por ser uma cooperação que envolve múltiplos aspectos, desde técnicos, culturais e econômicos, em decorrência de um vínculo histórico, iniciado com a corrente imigratória japonesa. Sendo assim, a relação estabelecida entre esses entes presta-se de forma adequada ao estudo que se pretende realizar, justificando a importância do tema em termos acadêmicos. Há, também, um interesse pessoal da autora pelo Japão, cujo povo, cultura e história admira.

Para alcançar os objetivos do trabalho será utilizada o método de pesquisa qualitativa e exploratória. Segundo Cajueiro (2016), a pesquisa qualitativa busca interpretar valores, opiniões, atitudes e é utilizada para a compreensão de fenômenos que vão além de quantificar e medir. De acordo com Gil (2008), as pesquisas exploratórias têm como principal finalidade desenvolver e esclarecer conceitos e ideias, e envolvem levantamento bibliográfico, documental e estudos de caso. Tem como finalidade proporcionar “visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato”. (GIL, 2008, p. 27). Considerando que as relações paradiplomáticas ainda não estão suficientemente investigadas e teorizadas, a pesquisa exploratória configura-se como a mais apropriada.

Ao se analisar especificamente o Convênio de Fraternidade da Província de Shiga, firmado com o estado do Rio Grande do Sul, procura-se ampliar a compreensão das relações estabelecidas entre esses entes subnacionais, dentro da perspectiva de que se constituem em novos atores internacionais. Tal abordagem configura estudo de caso, “caracterizado pelo estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos, de maneira a permitir o seu conhecimento amplo e detalhado” (GIL, 2008, p. 57), que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real.

Esse trabalho se utilizará, ainda, do método de revisão bibliográfica e documental, que é método exploratório de pesquisa, em que se buscará demonstrar historicamente a evolução das relações entre Brasil e Japão. Ainda, se fará análise documental referente à Cooperação entre Shiga e o Estado do RS, junto à Secretaria competente no Governo Estadual atualmente encarregada da gestão do Convênio objeto deste estudo, a Secretaria Estadual de Desenvolvimento Econômico e Turismo (SEDETUR).

O trabalho foi estruturado de forma que o Capítulo 2 apresentará o referencial teórico selecionado, a Teoria da Interdependência Complexa, formulada por Keohane e Nye, em “Power and Interdependence” além da teoria da paradiplomacia desenvolvida por Soldatos (1990) e Duchacek (1990).

No Capítulo 3, em sua primeira parte, será feito um histórico geral das relações entre Brasil e Japão, onde se descreverá a forte aproximação dos dois países, bem como durante os anos 2000 onde se evidenciará os grandes avanços na área de cooperação.

Na segunda seção do terceiro capítulo, se analisará as relações entre o estado do Rio Grande do Sul e Japão no que se refere ao processo migratório para o estado, para, então, descrever os termos do Convênio de Fraternidade entre o Rio Grande do Sul e a província de Shiga, no período temporal descrito, ou seja, de 1980 até 2018, a fim de evidenciar os resultados obtidos e principais projetos alcançados dessa relação bilateral, tanto em âmbito diplomático, quanto cultural, técnico e econômico.

Finalmente, será feita a conclusão do presente estudo buscando-se responder ao objeto de investigação da pesquisa, qual seja: os resultados obtidos pelo Estado do Rio Grande do Sul a partir da celebração do Convênio entre esses dois entes subnacionais à luz da teoria da Interdependência Complexa e do fenômeno da paradiplomacia.

2 Fundamentação Teórica

Utilizar-se-á, como já dito, como referenciais teóricos, a Teoria da Interdependência Complexa e a Paradiplomacia, buscando demonstrar que as relações entre Brasil e Japão são caracterizadas pelo estabelecimento de importantes vínculos econômicos, políticos e culturais, que atingiu o âmbito subnacional, materializado no Convênio estudado pela presente pesquisa. O referencial teórico selecionado procurará, assim, explicar as relações entre outros atores que não somente o Estado central. Com vistas a apoiar a revisão teórica proposta, será realizada breve síntese da evolução das teorias das Relações Internacionais ao longo do século XX.

2.1 Breve Descrição e Evolução das Teorias de RI

As teorias das relações internacionais passaram a ter tratamento acadêmico após o fim da primeira guerra, quando se pretendeu a criação da Liga das Nações e a obtenção da paz entre os Estados-Nação. Baseada na democracia e autodeterminação dos povos, bem como na cooperação pacífica entre esses, com liberdade de navegação, de fronteiras e livre comércio surgiu a abordagem liberal. Essa teoria, iniciada por Norman Angell em sua obra *A Grande Ilusão* (1909) busca demonstrar, não que a guerra é impossível, mas inútil no cenário global, pois não há vencedores ao fim do conflito. A teoria, porém, acabou sendo popularizada por Wilson, presidente norte americano, em que a teoria passou a ser denominada de liberal.

No entanto, a eclosão da Segunda Guerra Mundial evidenciou o fracasso dos pressupostos da teoria liberal e fez surgir outra vertente de pensamento no campo das relações internacionais. A nova abordagem, que se tornou a dominante até o final da década de 60, foi denominada de Teoria Realista, pois que seus pressupostos básicos não são embasados em preceitos idealismos. A teoria realista apontou as falhas da teoria liberal, classificando-a como utópica, daí o Idealismo. Para os realistas, a relação entre estados se daria através de uma política de poder contraposto, ou seja, o equilíbrio entre as nações através do poder militar, de modo que somente a diplomacia e negociações não conseguiriam manter a paz mundial.

Segundo Aprígio (2016), a anarquia internacional tem como consequência o desejo de sobrevivência dos Estados, face ao clima competitivo e de desconfiança que caracterizam esse cenário anárquico.

A visão realista clássica das relações internacionais não percebe a existência da cooperação, ou melhor dizendo, do fenômeno da interdependência entre nações e estados, pois para essa, as relações se dão apenas no equilíbrio ou balanço de poder. Da mesma forma, não consegue vislumbrar relações relevantes entre entidades subnacionais, tais como estados e municípios (no caso das federações), bem como entre organismos internacionais e em relações intergovernamentais e intragovernamentais, porque nesse tipo de relação não há o poder militar, o poder da força de coerção, já que “toda a política é uma luta pelo poder”. (CADEMARTOR; SANTOS, 2016).

No entanto, nos anos 1960 e 1970, a maioria das relações internacionais aconteciam no campo do comércio, investimento e comunicação, principalmente entre os Estados democráticos, fazendo surgir uma realidade diferente à teoria realista, pois que permeadas de cooperação e integração. Nesse contexto, surgiu a abordagem neoliberal, uma visão moderna e revisada da teoria liberal que destacou as inadequações da teoria realista clássica nesse novo contexto.

As críticas à Teoria Realista Clássica, mais notadamente a partir dos anos 60 e 70, segundo Jackson e Sorensen (2013, p. 77), se deu pelo fato de que:

grande parte das relações internacionais envolvia o comércio e o investimento, viagens, comunicações e questões similares predominantes especialmente nas interações entre as democracias liberais do Ocidente.

Tais interações provocaram a rediscussão do debate entre as teorias liberal e realista e fez surgir essa nova posição teórica.

O neoliberalismo, ao contrário do realismo, percebeu a existência de cooperação entre as nações, pois que havia interesses comuns entre pessoas de países diferentes. A introdução da noção de interdependência nas Políticas e Relações internacionais representou um grande avanço, pois permitiram um alargamento da visão nesse plano, e as relações internacionais diluíram-se para além das relações estatocêntricas e multiplicaram os canais de contato para além das relações estritamente militares. (TIUJO, 2003).

É nesse contexto que Robert Keohane e Joseph Nye, nos anos 70, desenvolveram a ideia de que as relações entre Estados ocidentais se caracterizavam por uma interdependência complexa, onde a força militar não é mais fator preponderante como meio de política externa.

2.2 A Teoria da Interdependência Complexa¹

2.2.1 Princípios

Robert Keohane, ao prefaciар o livro organizado por Oliveira, O e Dal Ri Jr. (2003) descreve que pensadores da política econômica, nos anos 1970, começaram a analisar o aumento das conexões econômicas entre as sociedades e o crescente papel das corporações multinacionais. Ainda, que de forma inicial os estudos de Ernst Hass (1958), acerca da comunidade europeia, destacaram como a interdependência econômica havia afetado os acordos firmados entre os governos.

Keohane destaca, ainda, que continuou os estudos sobre esses temas, conjuntamente com Nye Jr., centrados nos conceitos de organizações internacionais, bem como observações acerca de atividades de atores não estatais, que permitiram que chegassem a:

reflexões sobre as consequências destas observações e de nosso entendimento sobre a política mundial. Então argumentamos que a política mundial não deveria ser apenas encapsulada em um 'paradigma centrado-no-Estado' (OLIVEIRA, O.; DAL RI JR., 2003, p.11-12).

Concluiu o autor, nesse prefácio, que em *Power and Interdependence*, publicado pela primeira vez em 1977, foi apresentada a teoria da interdependência complexa, a qual foi aplicada a 50 anos de história (1920-1970), bem como foram analisados os relacionamentos entre interdependência assimétrica e poder. Nas palavras de Keohane,

a nossa revisão do livro *Power and Interdependence*, publicada em 2001, procura demonstrar como os nossos conceitos são úteis para a compreensão do que é conhecido hoje como 'globalização'. (OLIVEIRA, O.; DAL RI JR., 2003, p.12).

¹ Esse subcapítulo baseou-se em *Power and Interdependence*, 4ª edição, 2012, com tradução nossa.

2.2.2 Poder e Interdependência

Conforme explica Jatobá (2013), Keohane e Nye realizaram trabalhos sobre a crescente importância dos atores transnacionais na política mundial, culminando na apresentação de sua própria teoria ao final dos anos 70. Segundo ele, a teoria da interdependência complexa foi a primeira tentativa de conciliar a ótica liberal de cooperação entre as nações com a visão realista da importância do poder para a conquista de resultados políticos.

Ainda, segundo Jatobá (2013), Keohane e Nye destacam que o termo 'interdependência' é diferente daquilo que eles denominam interdependência complexa.

A primeira [interdependência] refere-se a qualquer situação em que existem relações entre dois ou mais Estados, ou entre atores de diferentes países, de modo que essas relações produzem efeitos recíprocos. [...] os autores utilizaram os conceitos de 'sensibilidade', que se refere aos efeitos produzidos pelas decisões ou ações de um daqueles envolvidos na relação e de 'vulnerabilidade', referente à existência de efeitos custosos, ou seja, à existência de custos associados à mudança gerada pelas decisões ou ações do(s) outro(s) envolvido(s). (JATOBÁ, 2013, p.48).

No livro *Power and Interdependence*, Keohane e Nye (2012), analisam o contexto das realidades atuais da época (anos 1970), principalmente após o término da segunda guerra, e analisam as mudanças nas relações entre os estados e diversos atores, que não se centram apenas em termos de poder militar e segurança nacional. Os autores definem, inicialmente, o termo interdependência e poder para depois se concentrarem sobre a teoria da interdependência complexa, a fim de explicar esse novo quadro de realidade e descrevem as assimetrias do poder e suas variações.

Keohane e Nye iniciam seu livro *Power and Interdependence* destacando que se vive em uma era de interdependência e que se ingressa em uma nova era. (KEOHANE; NYE, 2012). O mundo, segundo eles, se tornou interdependente em economia, comunicações e em aspirações humanas.

Explicam que dependência é quando um Estado está determinado ou significativamente afetado por forças externas e que interdependência, em uma definição mais simples, significa dependência mútua, que politicamente se reflete em

situações que se caracterizam por efeitos recíprocos, entre países ou entre atores, em diferentes países. (KEOHANE; NYE, 2012)

Esses efeitos resultam de intercâmbios internacionais de pessoas, dinheiro, bens e informações que transpõem as fronteiras internacionais. Assim, onde houver efeitos com custos recíprocos, haverá interdependência; quando as interações não implicarem efeitos de custo significativo, tem-se somente interconexão ou interação (KEOHANE; NYE, 2012).

Robert Keohane e Joseph Nye ensinam que a diferença entre a política internacional tradicional e a política da interdependência econômica e ecológica não consiste na diferença entre um mundo de soma zero, onde o ganho de uma parte significa uma perda para a outra. (KEOHANE; NYE, 2012).

Há de se cuidar, alertam os autores, para não definir a interdependência em termos de situações de dependência mútua equilibrada, pois são as assimetrias da dependência os fatores que mais proporcionarão fontes de influência aos atores em sua relação com os demais.

Para se entender o papel do poder na interdependência, há que se distinguir as duas dimensões desse: a sensibilidade e a vulnerabilidade. A sensibilidade são os graus de resposta de um Estado ou ator, a um efeito externo, diante de uma estrutura de poder dada, isto é, com qual rapidez as mudanças em um país ocasionariam mudanças em outro país, em termos de custo e tempo. A sensibilidade considera as dificuldades em formular novas políticas em curto prazo ou pelo compromisso a normas internas ou internacionais. Acrescentam que a interdependência da sensibilidade pode ser tanto social, como política, como econômica. (KEOHANE; NYE, 2012).

Ressaltam os autores que, empregar a palavra interdependência para referir apenas à sensibilidade obscurece alguns dos mais importantes aspectos políticos da dependência mútua. Deve ser considerado, também, qual o custo de mudar a estrutura política interna de um país frente a uma mudança externa. A dimensão da vulnerabilidade da interdependência se apoia na disponibilidade relativa e no custo das alternativas que os atores devem encarar. Assim, os autores querem referir que a vulnerabilidade é a medida do grau de resposta, em termos de custo e tempo para que o país se adapte à mudança externa. (KEOHANE; NYE, 2012).

A conjunção da sensibilidade e da vulnerabilidade revela o grau de interdependência de cada ator na política internacional, face ao grau de resposta de

cada um. Assim, a vulnerabilidade é claramente mais relevante que a sensibilidade, pois ela contém a dimensão estratégica que a interdependência da sensibilidade omite, mas ela não pode ser considerada sem importância política, conforme afirmam Keohane e Nye (2012).

Como afirma Ricobom (2003) as interdependências assimétricas são fontes de poder entre os atores, seja porque estes se encontram mais sensíveis ou vulneráveis em relação aos demais ou não.

Os autores da teoria da interdependência (KEOHANE; NYE, 2012) também definiram “regimes internacionais” nas relações de interdependência, que consistem no conjunto de regras, normas e procedimentos regulatórios de conduta dos atores no cenário internacional. Os regimes são resultado de acordos governamentais que influenciam essas relações. “Os regimes internacionais são fatores intermediários entre a estrutura de poder de um sistema internacional e da negociação política e econômica que se produz dentro dele mesmo”. (KEOHANE; NYE, 2012, p. 16).

Conforme explicam Axelrod e Keohane (1985), uma maneira de facilitar a cooperação internacional é estabelecendo regimes internacionais. Definem regimes como um conjunto de princípios, normas, regras e processos de decisão, implícitos ou explícitos, em torno do qual as expectativas dos atores convergem para uma dada área das relações internacionais.

Também explicam que após 1945, os regimes internacionais foram amplamente estabelecidos em políticas econômicas, como pode ser ilustrado pelo regime internacional de comércio, como o GATT (Acordo Geral de Tarifas e Comércio), o sistema monetário internacional, FMI, bem como outras organizações. Concluem que regimes não impõem regras com ênfase em uma autoridade hierárquica, mas mudam os padrões de custos de transações e fornecem informações aos participantes, reduzindo a incerteza. O estabelecimento de regimes internacionais é vital para a facilitação da cooperação (AXELROD; KEOHANE, 1985).

Como descrevem Oliveira e Luvizotto (2011) o principal efeito da interdependência é possibilitar o desencadeamento de um processo de cooperação internacional, fundada na noção de soberania compartilhada, por meio do qual se podem resolver problemas com caráter de transnacionalidade. Os problemas políticos não podem ser solucionados, de forma satisfatória, sem a cooperação com outras nações.

2.2.3 A Interdependência Complexa

Keohane e Nye (2012) ao abordarem, inicialmente, a interdependência complexa, afirmam que os pressupostos da teoria realista sobre a política mundial podem ser considerados como a definição conjunta de condições extremas ou um tipo ideal. Assim, para apresentarem sua própria teoria os autores constroem outro tipo ideal, em oposição ao realismo, o qual denominaram interdependência complexa.

Ou seja, os autores afirmam que num extremo ideal estão os pressupostos da teoria realista e no outro extremo estão os pressupostos da teoria da interdependência complexa, ambos modelos considerados ideais e que no mundo real as relações se encontram em algum ponto desses extremos. Os autores não negam ou refutam os pressupostos realistas, mas destacam a diminuição do tema da força militar e aspectos de segurança nacional como ponto central das relações entre estados no cenário internacional.

Os autores se propõem a evidenciar que a interdependência complexa se aproxima mais da realidade que a teoria realista, pois para os realistas políticas internacionais consistem, essencialmente, em uma luta de poder.

Os autores destacam que a teoria da interdependência complexa tem três características principais: canais múltiplos que conectam as sociedades; as agendas interestatais se constituem de múltiplas matérias, ou seja, não há uma hierarquia entre as questões e, que conforme destacou Di Sena Jr. (2003), como os assuntos militares e estratégicos (*high politics*) no topo, e as questões econômicas e de bem estar (*low politics*) mais abaixo.

Por fim, a última característica da teoria da interdependência complexa consiste em que o uso da força militar se enfraquece, pois a presença dos canais múltiplos e a necessidade desses canais, dificultam sua utilização. (RICOBOM, 2003). Sob os pressupostos da interdependência complexa prevalecem os canais múltiplos que podem ser relações interestatais, transgovernamentais e transnacionais. Como destaca Ricobom (2003, p. 259):

canais múltiplos, portanto, significam uma extensa rede de relações entre diferentes atores, organizações, empresas transnacionais, empresas privadas e atores governamentais que 'apagam fronteiras

entre a política interna e a externa', pois geram o enfraquecimento da polarização das relações internacionais do Estado.

Nesse contexto, como destacou Oliveira, O (1999), o sistema internacional envolvido em múltiplas e novas estruturas de cooperação, representadas pela criação recente das diversas organizações internacionais, fornece uma transformação profunda às relações internacionais, cada vez mais marcadas pelo fenômeno da interdependência.

De acordo com Ricobom (2003, p. 263), a interdependência,

Ao atribuir força demasiada aos outros atores internacionais, justifica o processo de inversão da defesa dos interesses públicos, que passam a ser eminentemente mercadológicos. [...] é inegável que [a interdependência] contribui para a construção ideológica da globalização, que prima pelo enfraquecimento do estado e da relativização da soberania, principalmente em nome dos grandes grupos transnacionais.

A teoria da interdependência complexa, conforme já dito anteriormente, trouxe novos elementos que buscaram explicar e compreender a realidade que já estava em curso a partir dos anos 60. Segundo Castro (2012), o modelo criado por Keohane e Nye “defende que os Estados estão atrelados a uma ampla rede de contatos, interesses, articulações e fluxos transnacionais, mostrando a emergência de novos atores não estatais internacionais”.

Como destacado por Tiujó (2003), para Keohane e Nye as relações internacionais possuem atores próprios, relações de poder e interdependência, canais múltiplos de comunicação, anarquia e cooperação e outras peculiaridades. Desse modo, há a possibilidade de se estabelecer articulações entre os atores mesmo que a política mundial seja anárquica. Keohane e Nye denominam tal possibilidade de cooperação. A cooperação não exige, segundo Keohane a existência de um líder hegemônico após o estabelecimento de um regime.

Como lembra Di Sena Júnior (2003, p.190), para a teoria da interdependência a noção de hegemonia perdeu credibilidade à proporção que o poder militar perdeu a eficácia. No mundo interdependente atual, mais importante do que possuir ogivas nucleares é participar ativamente do comércio internacional, estabelecendo coalizões no seio dos organismos internacionais e controlando os fluxos de capital.

A maior complexidade do sistema não impede a existência de cooperação entre os atores internacionais, já que os regimes internacionais não se extinguem

com a hegemonia dos Estados que os criaram, que o custo de sua substituição seria muito elevado, favorecendo a manutenção dos modelos passados e viabilizando a cooperação pós hegemônica.

De acordo com Axelrod e Keohane (1985), ocorre cooperação quando os atores ajustam suas condutas em conformidade com as preferências reais e antecipadas dos outros. Tal se dá, porque a cooperação não é equivalente à harmonia, pois que a harmonia requer uma completa identidade de interesses.

A teoria da interdependência como até aqui descrita, com suas características e elementos, sustentam os pilares teóricos descritos e desenvolvidos por essa teoria até 1977. Os autores, frente aos novos acontecimentos mundiais, como a queda do muro de Berlim, avanços tecnológicos, alargamento das fronteiras, decorrente das comunicações, mudaram o cenários internacional e a realidade se mostrou mais complexa do que a teoria descrevia. (TIUJO, 2003).

Conforme explicou Keohane, a revisão do livro *Power and Interdependence*, publicado em 2001, procurou demonstrar que os conceitos originalmente formulados na primeira edição ainda são úteis para a compreensão do processo de globalização, e que, portanto, foi incluído como novo elemento na teoria original.

2.2.4 A Era da Informação e o Globalismo

A fim de considerar os novos fenômenos que se desenvolveram de forma acelerada, como a era da informação e a globalização, os autores, Keohane e Nye (2012), resolveram atualizar seu aparato teórico, apesar de considerarem que as premissas acerca de assimetria de poder, bem como os conceitos de sensibilidade e vulnerabilidade, permanecem relevantes. Eles destacaram os três eventos, após o fim da segunda guerra, que consideram os mais importantes para impactar o cenário internacional e transformar as relações internacionais contemporâneas, quais sejam: o fim da guerra fria; os ataques terroristas de 11 de setembro e as reações a esses ataques, bem como a crise financeira global de 2008. (KEOHANE; NYE, 2012).

Os acontecimentos vividos nos anos 80 e 90 do século XX, tais como a queda do muro de Berlim, significando o fim da guerra fria entre Estados Unidos e União Soviética, que polarizava o mundo até então, conjuntamente com o avanço da tecnologia da informação, acarretaram mudanças na visão interdependente da teoria. (KEOHANE; NYE, 2012). A realidade mostrou-se mais complexa ainda; a

rivalidade enfraqueceu com o desmoronamento do lado socialista e o fim do conflito se deu sem que estivesse presente, naquele ponto do tempo, qualquer confronto militar internacional. Tal fato alterou a dinâmica das relações internacionais. (KEOHANE; NYE, 2012).

Porém, outras relações de poder foram aparecendo, deixando de ser polarizadas para se apresentarem de forma multipolarizada. De acordo com Tiujó (2003), as relações transfronteiriças foram intensificadas em função dos avanços tecnológicos, que reduziram custos de interconexões, tornando o mundo mais interligado, viabilizando o acesso de novos atores na sociedade global das mais variadas partes do globo, em tempo real, sem barreiras fronteiriças.

Keohane e Nye (2012) consideram o termo globalismo mais apropriado, para designar redes de interdependência, do que a globalização. Para eles o globalismo implica em possibilidade de crescimento ou diminuição. O globalismo é um estado do mundo que envolve redes de interdependência de distâncias continentais, ligadas por fluxos de capital e bens, informações, ideias e pessoas, bem como substâncias relevantes, biologicamente e ambientalmente. Entendem que a globalização e a “desglobalização” referem-se ao aumento ou declínio do globalismo.

Para eles, o globalismo envolve uma rede espacial de interdependência, ou seja, o globalismo é um tipo de interdependência, com duas características especiais: redes de conexões, isto é, múltiplos relacionamentos, e uma rede de relações considerada global, que deve incluir distâncias multicontinentais e não simplesmente redes regionais. Segundo Iser (2013), a globalização política, cultural, social e econômica, dentre outras, é o catalisador da vinculação, em grande escala, dos entes subnacionais às temáticas de cunho internacional. Dentro desse quadro, a interdependência entre atores, a globalização e a expansão das comunicações, proporcionadas pela era da informação, tornou o mundo cada vez mais interdependente e novos atores ingressaram nesse cenário.

2.2.5 A Multiplicidade de Atores Internacionais

Conforme já foi dito, a Interdependência Complexa é um tipo ideal de teoria, que através de seus pressupostos, devidamente ponderados pela assimetria do poder, com os efeitos da revolução da informação, inovação e barateamento de custos de comunicação, contribuíram para que o fenômeno da globalização se

intensificasse cada vez mais, interligando vários pontos do mundo entre vários atores, criando redes dentro de redes. Como pontua Ricobom (2003), é por meio da interdependência complexa que se busca compreender a influência de outros atores na sociedade internacional e a minimização do uso da força.

Ainda segundo a autora, os canais múltiplos são o principal meio de reconhecer o enfraquecimento do Estado, na medida em que reconhecem novos atores e atribuem peso a todos eles. A interdependência complexa atribui importância para outros atores no momento em que começam a participar e interferir na política nacional e internacional (RICOBOM, 2003).

Esther Barbé (1995) afirma que tendo em vista aspectos como habilidade, capacidade e autonomia,

ator internacional é aquela unidade do sistema internacional (entidade, grupo, indivíduo) que tem habilidade para mobilizar recursos que lhe permitem alcançar seus objetivos e capacidades para exercer influência sobre outros atores do sistema e que goza de certa autonomia. (apud Ricobom, 2003, p.261)

Olsson (2003, p. 549-550) explica que o fenômeno da globalização é o pressuposto para a compreensão dos atores internacionais, pois que:

constitui a grande variável para a transição da sociedade internacional clássica para a sociedade internacional contemporânea, implicando uma redefinição de papéis dos atores e mesmo de surgimento de novos atores.

Segundo o autor, ator é qualquer ente que estabeleça fluxos ou relações de nível internacional, sejam eles políticos, jurídicos, econômicos ou culturais. O mundo passa a ser compreendido como um palco de atores variados, distintos, desiguais e interdependentes por redes de relações complexas em inúmeros temas.

Como lembra Guedes (2003), para os teóricos pluralistas (alternativos ao realismo, portanto) o sistema é constituído de múltiplos atores, e a característica que define os atores é a autonomia ao invés de soberania, isto é, o conceito de ator é relativo. Vigevani (2006) argumenta que em função da relevância que as unidades subnacionais estão adquirindo no plano internacional, no que tange ao caso brasileiro, elas podem ser vistas como novos atores.

Ainda segundo Vigevani (2006), mesmo que não tenham autonomia para negociar, assinar acordos ou se fazer representar, pois não são sujeitos de direito

internacional público, os entes subnacionais participam de modalidades de cooperação internacional, estabelecendo acordos de cunho econômico e cultural, de modo formal ou informal.

Colacrai e Zubelzú (2004 apud Vigevani 2006, p. 132) argumentam que para que se possa compreender a emergência dos novos processos de integração e atuação externa dos entes subnacionais faz-se necessário vinculá-los com as mudanças ocorridas no sistema internacional, em meio ao processo de globalização econômica. Diante da formação dos blocos regionais, da crescente transnacionalização e interdependência, criaram-se vários canais de vinculação de diversos atores, ampliando os temas de tipo recíproco. Conforme conclui Vigevani (2006, p.132) que,

a interdependência que afeta o sistema internacional, que ganhou status de grande debate teórico a partir da década de 1970, particularmente com a publicação do livro de Keohane e Nye (2001) em 1997, acabou fortalecendo o papel de outros sujeitos de direito internacional público, além dos Estados nacionais. A interdependência é por isso uma referência teórica que surge reiteradamente no debate. Se isso é válido para os estados subnacionais, cabe lembrar que também vale para organizações internacionais, para estruturas supranacionais ou mesmo para entidades privadas.

Junqueira (2018) afirma que na década de 1990 houve um aumento considerável da criação de organizações internacionais, como os blocos regionais da União Europeia e do Mercosul, consolidação da OMC, em 1995, e que, no que se refere às ONGs, no início do século XX existiam cerca de mil registros, enquanto que na década de 2000 esse número aumentou treze vezes em relação ao anterior.

De acordo com Nunes, C. (2005), Keohane e Nye não chegam a citar os governos não centrais como atores, quando desenvolveram o conceito de interdependência complexa, mas foi Soldatos (1990) quem os incluiu para avançar na teoria sobre canais transgovernamentais e ao tratar da paradiplomacia. Assim, avançando na classificação de atores de Keohane e Nye, como fez Soldatos, pode-se classificar os governos não centrais como um tipo de canal governamental que estabelece relações diretamente com representantes de estruturas similares em outros países, com organismos internacionais e como atores não governamentais. (NUNES, C. 2005, p.18).

Como pontua Branco (2008), há uma ordem de atores subnacionais atuantes no meio internacional, tais como municípios, sub-regiões e estados-membros, que fazem a discussão ganhar maior interesse quando se trata de países territorialmente extensos e de regime federalista, como é o caso brasileiro. Na literatura da paradiplomacia há uma diversidade de nomes usadas para se referir a esses atores de caráter público, que fazem parte de um estado federado ou um estado unitário.

No caso das federações, os estados e municípios são entes subnacionais. De acordo com Junqueira (2018), unidades subnacionais, governos não centrais, entes subnacionais, entidades subestatais, governos constituintes, subnacionalidades, atores mistos e atores infraestatais subnacionais, além de ator subnacional, são nomenclaturas que designam a atividade internacional da entidade que é pública e que está inserida juridicamente nos preceitos estabelecidos e decididos pelos Estados nacionais.

Nesse trabalho serão usadas designações “entes”, “atores” ou “unidades” subnacionais para designar estados e municípios da federação em suas relações internacionais. Quanto à discussão acadêmica acerca da melhor nomenclatura para se referir a esses atores, não cabe aqui a discussão acerca dessa e, portanto, serão usados de forma indistinta.

2.3 O Fenômeno da Paradiplomacia

2.3.1 Conceito e Aspectos Fundamentais

Soldatos (1990) foi o primeiro estudioso a empregar o conceito de paradiplomacia para designar as variadas formas de ações externas de atores subnacionais. (BUENO, 2010 apud JUNQUEIRA, 2018, p. 49). Paquin (2020) explica que o termo “paradiplomacia” apareceu na literatura científica nos anos 80, usado basicamente para descrever as atividades internacionais das províncias canadenses e dos estados americanos no contexto da globalização e do aumento das relações transfronteiriças na América do Norte.

A paradiplomacia, ou diplomacia federativa, cooperação internacional descentralizada, política externa federativa, microdiplomacia, diplomacia constitutiva ou pós-diplomacia, é um conjunto de ações internacionais conduzidas por governos subnacionais, regionais, municipais, ou simplesmente, não centrais. (TAVARES, 2014).

Panatyos Soldatos (1990), definiu o conceito da paradiplomacia como:

as atividades internacionais realizadas diretamente por atores subnacionais (unidades federadas, regiões, comunidades urbanas, cidades), que apoiam, complementam, corrigem, duplicam ou desafiam a diplomacia do Estado-Nação; o prefixo “para” indica o uso da diplomacia fora da estrutura tradicional do Estado-Nação (Soldatos, 1993 apud Nunes, C., 2005, p. 23).

Para Duchacek (1990), a adição da palavra ‘para’, antes de diplomacia, realizada por Soldatos (1990), expressou de forma mais adequada o que estava envolvido, nominando-a como políticas internacionais subnacionais que poderiam ser paralelas, coordenadas ou complementadas pelo governo central, mas que também poderiam conflitar com as políticas internacionais do país. (PAQUIN, 2020).

Kuznetsov (2015) esclarece que não há um consenso de qual termo seria o mais conveniente para definir as atividades externas de governos subnacionais, e que, além do conceito de paradiplomacia, pode-se encontrar um número de diferentes termos que rotulam o desempenho regional na arena internacional, tais como diplomacia constituinte, diplomacia regional, diplomacia subestatal, microdiplomacia, diplomacia multicamadas, diplomacia catalítica, protodiplomacia, pós diplomacia entre outros.

Conforme Aprício (2016), o termo paradiplomacia foi introduzido apenas no *abstract* do artigo de Duchacek (1984), que usa no corpo do texto a expressão microdiplomacia, para definir a ação internacional de governos não centrais. No entanto, conforme enfatizou o próprio Duchacek (1984 apud KUZNETSOV, 2015, p. 27), o uso da palavra microdiplomacia foi usado na ausência de um conceito melhor. Duchacek (1986) foi gradualmente substituindo sua terminologia de “microdiplomacia” para o termo “paradiplomacia”, substituindo totalmente pelo conceito formulado inicialmente por Soldatos (KUZNETSOV, 2015, p. 27).

Conforme Duchacek (1990 apud KUZNETSOV, 2015, p.28, tradução nossa):

Eu aceito com prazer o termo, muito melhor, do professor P. Soldatos ‘paradiplomacia’. Não só não tem tom pejorativo, como o ‘para’ expressa com precisão do que se trata: atividades paralelas, frequentemente coordenadas com, complementares para, e às vezes em conflito com a macrodiplomacia centro a centro.²

² “I gladly accept professor P. Soldatos’s much better term ‘paradiplomacy’. Not only has it no derogatory sound, but ‘para’ expresses accurately what it is about: activities parallel to, often

Soldatos (1990), por sua vez, de acordo com Kuznetsov (2015), construiu uma estrutura explanatória da paradiplomacia com base no conhecimento teórico proposto por Duchacek. A partir daí, “paradiplomacia” tornou-se o termo maior para marcar o novo fenômeno.

As imperfeições do conceito de paradiplomacia fizeram com que alguns autores buscassem cunhar o seu próprio termo, que em suas opiniões seriam mais adequados. Assim, Hocking, nos anos 1990, introduziu o conceito de diplomacia multiníveis, descrevendo-a como uma densa rede texturizada no qual os governos não centrais são capazes de atuarem em uma variedade de metas em diferentes pontos do processo de negociação, podendo tornar-se oponentes dos objetivos nacionais, mas igualmente podendo servir como aliados na busca desses objetivos. (KUZNETSOV, 2015).

Hocking (1993 apud Paquin, 2020, p. 50), explica que o conceito de paradiplomacia foi criado para destacar a distinção entre o governo central e os governos subnacionais, e que o conceito de paradiplomacia, assim, envolveria um conflito entre dois níveis de governo, o que ele considera incorreto. A diplomacia não poderia ser um processo segmentado entre atores dentro da mesma estrutura de estado.

A diplomacia, ainda segundo Hocking (1993 apud Paquin, 2020, p.50), deveria ser percebida como um sistema misturado de atores de diferentes níveis de governo. A rejeição do conceito de paradiplomacia, que sugere um conflito entre dois níveis de governo, baseia-se nos imperativos de cooperação que existem entre os governos centrais e estados federados. Seria preferível se referir como diplomacia catalítica ou diplomacia multinível.

Segundo Pluijm (2007) a diplomacia de cidades poderia ser considerada uma forma de descentralização do gerenciamento das relações internacionais, sendo as cidades atores chaves. De acordo com Branco (2008, p.58), o conceito mais aceito, na doutrina, de paradiplomacia é a de Noé Cornago (2004) para quem:

co-coordinated (*sic*) with, complementary to, and sometimes in conflict with centre-to-center macrodiplomacy”.

A paradiplomacia pode ser definida como o envolvimento de governo nas relações internacionais por meio do estabelecimento de contatos, formais e informais, permanentes ou provisórios (*ad hoc*), com entidades estrangeiras públicas ou privadas, objetivando promover resultados socioeconômicas e políticos, bem como qualquer outra dimensão externa de sua própria competência constitucional. Embora bastante contestado, o conceito de paradiplomacia não impossibilita a existência de outras formas de participação subnacional no processo da política externa, mais diretamente ligado ao departamento de relações exteriores de governos centrais, como a assim chamada diplomacia federativa, tampouco impede o papel cada vez maior dos governos subnacionais nas estruturas de multicamadas para a governança regional ou mundial.

Segundo Nunes, C. (2005), a definição de Cornago possui a qualidade de partir das ações dos próprios governos não centrais, evitando possíveis controvérsias no sentido de considerar-se a paradiplomacia como um substituto da diplomacia nacional. Porém, segundo a autora, a definição deve ser ampliada para abranger, também, as ações desenvolvidas pelos governos não centrais em seus próprios territórios, a fim de facilitar a inserção internacional da economia local, como indicado por Soldatos (1990), quando enumera entre as principais ações paradiplomáticas a melhoria da infraestrutura de transportes e de telecomunicações, construção de pavilhões para feiras internacionais e a organização de eventos internacionais. Assim, percebe-se que a paradiplomacia não se atém, na visão de Soldatos, somente em estabelecer relações de entes não centrais no campo internacional, mas também compreende o oferecimento de condições internas como forma de atração de outros governos para a facilitação de sua inserção internacional.

Lecours (2008) vê a paradiplomacia em três camadas, sendo a primeira correspondente a assuntos econômicos, objetivando principalmente a atuação internacional, tais como atração de investimentos e empresas estrangeiras. A segunda camada é a paradiplomacia de cooperação entre os atores envolvidos para fins de ganho em áreas como cultura, educação e tecnologia, sendo, pois multidimensional. A terceira camada é a política. Nessa camada se projeta uma identidade distinta da projetada pelo Estado Central, como é o caso de Quebec, Flandres, Cataluna e do País Basco. É a camada que Duchacek denominou de protodiplomacia, que se constituem de atividades externas de governos não centrais com interesses separatistas.

De acordo com Ribeiro (2009), a protodiplomacia tem o objetivo de obter a independência e o seu estatuto soberano, de se fazer reconhecer como nação no nível internacional e a paradiplomacia identitária que é aquela que busca o reforço ou a construção da nação minoritária no contexto de um país de múltiplas nações, sem interesse em independência.

Conforme Lessa (2002 apud CEZÁRIO, 2011, p. 71) a paradiplomacia tanto pode ser desenvolvida de forma coordenada e complementar à diplomacia conduzida pelo governo central, como também pode estar em conflito ou em competição com a diplomacia tradicional. No entendimento de Clóvis Brigagão (2005 apud BRANCO, 2008, p.57-58):

[...] Internacionalmente denomina-se de 'paradiplomacia' a possibilidade de Estados-membros, províncias, regiões e cidades formularem e executar uma política externa própria, com ou sem auxílio da União. No Brasil, Estados e Municípios, sendo entidades autônomas, formulam e executam cada vez mais o que o Itamaraty passou a denominar 'diplomacia federativa', expressão que busca assimilar esse movimento descentralizado como uma derivação da própria diplomacia da União.

O fenômeno da paradiplomacia se dá de forma desigual, mostrando-se mais forte nos regimes federais, ou com estrutura descentralizada, do que em regimes centralizados. A paradiplomacia pode ser categorizada segundo sua dimensão geopolítica. Nesse trabalho serão expostas as categorizações feitas por Duchacek (1990); Soldatos (1990) e Van Der Pluijm (2007), sendo que os pressupostos teóricos dos dois primeiros autores basearam-se na exposição feita por Ribeiro (2009, p.45-58).

Para Duchacek (1990), o fenômeno paradiplomático pode ser classificado, no que tange ao aspecto geopolítico, em três tipos sendo o primeiro a paradiplomacia regional transfronteiriça, voltada para cidades ao longo da fronteira e que consiste em contatos fronteiriços, formais e informais, condicionados pela proximidade geográfica, dada a similaridade de problemas comuns, tais como contrabando, tráfico de drogas, movimentação de mercadorias e outros temas pertinentes à relação de vizinhança. O segundo seria a paradiplomacia transregional caracterizada pelo estabelecimento de conexões e negociações entre governos não centrais que não são vizinhos, mas cujos governos nacionais possuem uma relação de vizinhança. Possui um padrão mais formal que a transfronteiriça, exigindo muitas vezes protocolos diplomáticos. Por fim, a paradiplomacia global consiste na criação

de vínculos entre as unidades subnacionais e governos centrais estrangeiros, incluindo relações com centros financeiros, industriais e culturais.

A tipologia proposta por Soldatos (1990) analisou o fenômeno paradiplomático analisando-o sob múltiplas dimensões se concentra na análise de múltiplas dimensões da paradiplomacia, propondo quatro categorizações. A primeira se dá na dimensão geopolítica, na qual há duas divisões, de acordo com as questões a serem discutidas: global, onde as unidades federadas tratam questões do sistema internacional no seu conjunto, como questões militares e comércio internacional (esse tipo de paradiplomacia não é comum, já que as unidades federadas usualmente tratam de 'low politics', segundo Soldatos (1990)); e a regional, que se concentra em assuntos de relevância regional para as comunidades onde atuam, podendo ser macrorregional (comunidades não contíguas) e microrregional (comunidades geograficamente contíguas);

A segunda dimensão a ser analisada pela paradiplomacia seria nas relações estabelecidas entre o ente subnacional e o governo central. Essas podem ser do tipo cooperativas, que são as coordenadas pelo governo federal por meio de acordos ou relações institucionais permanentes, ou desenvolvidas de modo conjunto ou através de missões internacionais conjuntas; podem ser, também, do tipo paralelas, que se caracterizam por serem ações não conjuntas, podendo ser harmônicas ou conflitantes entre o ente subnacional e o governo central.

Já a terceira dimensão se refere ao tipo de segmentação das ações paradiplomáticas, podendo ser vertical ou horizontal. A segmentação vertical, também chamada de territorial, se refere aos diferentes níveis de governo, tais como federal, unidades da federação ou municípios, em que estes desempenham ações e políticas internacionais diretamente na esfera internacional. Já a segmentação horizontal, ou funcional, ocorre quando no mesmo nível de governo diferentes departamentos, secretarias ou agências governamentais atuam diretamente nos assuntos internacionais.

Por fim, a última dimensão analisa o caráter de proatividade da internacionalização das cidades, podendo ser de duas categorias: cidades de caráter passivo, ou cidade-espaco; e as cidades de caráter ativo, ou cidade-ator. O critério se baseia no grau do processo de internacionalização e de sua intensidade. De acordo com Soldatos (1990), a cidade-espaco está presente nos fluxos internacionais, mas com um raio de ação essencialmente regional e desprovida de

instituições de serviços de importância estratégica, como grandes empresas internacionais, serviços ou organismos internacionais-chaves, demonstrando um caráter subalterno do seu desenvolvimento internacional.

Já a cidade-ator apresenta atividade internacional dinâmica, através de grandes empresas internacionais de caráter financeiro e econômico, possuindo sofisticada infraestrutura de telecomunicações e transporte, bem como é sede de grandes organizações estrangeiras, representações diplomáticas, consulados e participação em redes de cidades, celebrando acordos internacionais. Recebe, com regularidade, elites dirigentes internacionais, sendo sede de encontros e possuindo uma população de diversificada composição étnica.

Portanto, de acordo com Soldatos (1990), as determinantes que resultam na atuação paradiplomática dos governos locais, no nível externo, são a interdependência global, a interdependência macrorregional, a interdependência microrregional e o envolvimento de atores externos. (MATSUMOTO, 2011).

A interdependência global significa o aumento da internacionalização da economia e dos canais de interdependência entre sociedades industriais avançadas e contribui para a “soberania penetrada”, onde as fronteiras nacionais não conseguem proteger de forma eficaz os entes da federação de influências econômicas, culturais e de “low politics” externas. Assim, a presença de fronteiras porosas entre os países caracteriza movimentos transfronteiriços e viabilizam a paradiplomacia.

Van Der Pluijm (2007, p.19-31) estruturou o entendimento do fenômeno paradiplomático em seis dimensões a serem praticadas pelas cidades em suas ações externas:

a) segurança: destaca que a busca para a solução de conflitos, objetivando a paz, se intensificou após o fim da guerra fria e transformou esse tema em importante dimensão na diplomacia das cidades. Cita os projetos de irmanação entre cidades na Europa e Estados Unidos; Alemanha e Leste Europeu, bem como América Latina e África, que segundo o autor, se deram como forma de solução de conflitos. Essas atividades podem desenvolver-se antes, durante ou após situações de conflitos;

b) desenvolvimento: as comunidades locais evidenciam a importância da assistência ao desenvolvimento, podendo se dirigir ao desenvolvimento humanitário ou à assistência no caso de crises emergenciais;

c) econômica: as cidades podem se utilizar de duas formas para obtenção de ganhos econômicos, que seriam pela atração de turistas, empresas internacionais e eventos ou pela exportação de serviços e conhecimentos, através de parcerias com outras cidades para promoção de benefícios mútuos. Destaca os modelos de marketing, ou *city marketing*, como forma de atribuir uma marca de valor nas cidades, para fins de geração de efeitos positivos ligados às mesmas;

d) cultural: alguns autores defendem ser essa dimensão uma das mais importantes partes na diplomacia das cidades, onde ocorre a troca de valores referentes à liberdade de expressão, religiosa, orientação sexual e promoção dos direitos humanos na busca da melhoria da qualidade de vida dos povos;

e) cooperativa ou de redes: seria a consequência do número de conexões entre as cidades, com caráter cooperativo intermunicipal, como se dá no caso de irmanamentos entre cidades. Mas, em uma via de evolução no tempo, modificaram essa dimensão para incluir outros focos, de viés mais pragmático, tais como proteção de interesses nos órgãos decisórios de suas respectivas regiões, bem como no compartilhamento de informações, tecnologia e melhores práticas;

f) representação: são atividades paradiplomáticas que objetivam representar as cidades junto aos órgãos supranacionais, blocos como Mercosul, órgãos do sistema ONU e formação de *lobbies* de cidades.

Acerca dessas tipologias, Ribeiro (2009) destaca que elas não são excludentes entre si, pois que muitas se entrecruzam, enquanto outras se complementam, o que denota a vasta possibilidade de conformação do fenômeno.

Quanto às estratégias de internacionalização das cidades, Borja e Castells (1997 apud RIBEIRO, 2009, p.55) citam as mais utilizadas, tais como as de participação ativa na vida internacional (participações em eventos, *city marketing* e associações internacionais); estratégias de estímulo das organizações internacionais das cidades e poderes locais; estratégias de participação nos processos de integração regional; estratégias de fortalecimento da presença direta dos governos locais no sistema de cooperação internacional.

As estratégias são planos concebidos e articulados, deliberadamente destinados para o alcance do além-fronteiras estatais, que levam ao desenvolvimento de estruturas e instrumentos institucionais. Estratégias de participação em redes de cidades e integração regional, por exemplo, são aquelas

usadas pelas cidades do cone sul, tais como o UN-Habitat da ONU, o Programa de Gestão Urbana (PGU) e o de *Cities Alliance*, do Banco Mundial. (RIBEIRO, 2009).

Ribeiro (2009) explica que para outros autores o desenvolvimento de uma estratégia de promoção de imagem é importante elemento de política exterior subnacional no mundo atual. Segundo Benach e Sanchez (1999, apud Ribeiro p. 56),

a construção de uma cidade-modelo é por si mesma uma estratégia de internacionalização. nesse caso, as soluções urbanas das cidades-modelo passam a valer não em si mesmas, mas pelo seu lugar de origem, ou seja, quando a cidade é tornada produto, sua logomarca transfere valor simbólico a qualquer produto a ela associado, seja um serviço oferecido por sua prefeitura, seja a cidade em si como roteiro turístico ou ainda o “know-how” associado a uma gestão urbana eficiente.

Hocking (2004) identifica duas estratégias básicas para o exercício da paradiplomacia para os municípios, que são: por meio de atuação direta no cenário internacional, representando o papel de atores internacionais principais que buscam no cenário internacional seus próprios interesses, e pela atuação indireta, por meio de mediadores que exercem influência sobre governos nacionais para alcançar seus objetivos. (HOCKING, 2004 apud RIBEIRO, 2009, p.57).

Ribeiro (2009) destaca que diante das amplas possibilidades estratégicas que podem ser utilizadas pelas cidades, as mesmas devem ser feitas com rigoroso conhecimento das alternativas estratégicas existentes, como também tomar ciência do complexo “campo de batalha” que enfrentam ao adentrar no cenário internacional, devendo adotar uma visão de longo prazo, pois que é imprescindível para a implantação de uma política externa de governo. Quanto às ferramentas paradiplomáticas que as unidades subnacionais dispõem, segundo Ribeiro (2009), são quase tão amplas quanto as dos entes centrais, exceto o uso da força militar. Ainda, segundo a autora, as evidências indicam que os governos locais têm institucionalizado, em suas interações, algumas práticas próprias não extraídas do catálogo da diplomacia estatal.

Salomón (2007 apud RIBEIRO, 2009, p.60) ressalta, entre essas práticas, em especial, a irmanação ou irmanamento de cidades, correspondente a acordos de cooperação bilateral com conteúdo diverso, sendo a prática mais tradicional e reconhecida na paradiplomacia desse nível de governo.

Outras práticas, ainda de acordo com Salomón (2007 apud RIBEIRO, 2009, p.60), são o intercâmbio de boas práticas de gestão urbana, bilateral ou multilateral, e as de caráter simbólico que envolvem tópicos internacionais de aspecto relevante, tais como cidade que abriga refugiados ou cidade livre de armas nucleares, por exemplo. As práticas de formação de redes de cidades identificam tipos de redes voltadas para consolidar processos de integração regional, tais como as redes de mercocidades; as do tipo com foco em temas definidos, como meio ambiente urbano, por exemplo; e outras diversas redes temáticas nascidas de programas da Comissão Europeia (URBAL) e redes temáticas não inclusas em programas europeus, como o CIDEU, Centro Ibero-Americano de Desenvolvimento Estratégico e Urbano, composto de 60 cidades. Outros instrumentos paradiplomáticos, dos quais os municípios podem lançar mão, consiste na participação em programas de cooperação técnica patrocinada por instituições multilaterais, dos quais citam-se o UN-Habitat; o PGU e o programa de aliança de cidades.

2.3.2 Paradiplomacia no Brasil

Em dezembro de 2019 foi noticiado que quatro diplomatas de 18 países europeus, sendo 13 embaixadores, reuniram-se com o governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite, para discutir o fortalecimento das relações entre a União Europeia e o Estado do RS. Os diplomatas também mantiveram reuniões na Prefeitura de Porto Alegre, a fim de conhecer o Projeto Pacto Alegre que implementará 24 iniciativas para promoção da qualidade de vida dos cidadãos da Capital Gaúcha. (RECH, 2019).

A notícia esclareceu, também, que reforçar as relações econômicas e comerciais com o Rio Grande do Sul e trocar informações sobre temas econômicos e comerciais e sobre investimentos favoráveis ao Bloco e ao Estado foi o principal objetivo da missão, com discussões sobre o Tratado de Livre Comércio firmado entre o Mercosul e a União Europeia.

No entanto, de acordo com Branco (2008), a Constituição Brasileira, em seu artigo 21, preceitua que é competência exclusiva da União, através do Presidente da República, conduzir as relações externas do País. O Art. 84, VII, da Constituição do Brasil prevê a exclusividade da representação externa do país pelo Presidente da República.

A República Federativa do Brasil é formada pela união indissolúvel dos estados-membros, dos municípios e do DF. O vínculo que une uma federação é de natureza jurídico-política, isto é, a sua base é um pacto federativo. O soberano é o próprio Estado Federal. (BRANCO, 2008). Percebe-se que a Constituição da República Brasileira, ao estabelecer um determinado ordenamento, no qual a União, através do Chefe do Executivo, é quem representa o Brasil em suas relações internacionais.

No texto constitucional de 1988, no art. 25, § 1º, foi reservado aos Estados federados poderes residuais, isto é, “as competências que não lhes sejam vedadas pela Constituição”. Dessa forma, com exceção daquelas áreas de exclusiva responsabilidade da União, como a celebração de acordos internacionais e a indicação de representantes diplomáticos, seria possível aos entes federados brasileiros atuarem no cenário externo, estabelecendo relações com diversos atores internacionais, representados pelo seu governador, desde que sejam assuntos ligados às suas respectivas competências constitucionais. (NUNES, C., 2005).

Nunes, C. (2005), citando Bastos e Martins (2001), afirma que quando temas de alta política não estão envolvidos, a relação com estados estrangeiros não é exclusividade da União. Estados e municípios podem participar em organismos internacionais sem que o princípio constitucional de representação externa pela União seja desrespeitado. (NUNES, C., 2005).

Os tipos de negociações e visitas de autoridades estrangeiras a estados da federação, ou a municípios, são cada vez mais comuns no mundo moderno e são resultado da crescente interdependência entre os diversos atores internacionais, como consequência da globalização, bem como da interpretação “mais heterodoxa do texto constitucional [que] começou a vigorar no país a partir da década de 1990”. (NUNES, C., 2005, p. 40).

Segundo Nunes, C. (2005), a União tentou estabelecer formas de coordenação com os entes federados, para evitar o surgimento do fenômeno das “múltiplas vozes” na política externa do país, aliado ao fato de que o ente central poderia ter interesse na atuação dos entes federados, pois que esse tipo de relacionamento reforça ou apoia a posição brasileira no exterior. Diante da nova forma de interlocução entre atores, que se derivaram da globalização e da grande tendência à descentralização do poder público, o governo central passou a aceitar

essas relações pelas vantagens que essas acarretavam para a política econômica brasileira.

O fenômeno da globalização constitui um dos marcos internacionais da projeção exterior subestatal, e é nesse ambiente que desponta o estudo da paradiplomacia. (BRANCO, 2008). Os entes subnacionais, através de seus municípios, estados e regiões passaram a ser atores ativos nesse novo contexto. O aumento verificado nas diversas relações entre entidades subnacionais, são o fruto desse cenário propício de novas relações e que abrange os mais variados temas de cooperação. Se for considerado, por exemplo, que em 2014, o estado de São Paulo era a 19ª maior economia do mundo e principal polo financeiro e industrial da América Latina, (TAVARES, 2014), percebe-se a importância econômica do mesmo, levando a uma melhor compreensão das razões que cada vez mais impulsionam as atividades diplomáticas, ou melhor, paradiplomáticas, de entes não centrais ou subestatais.

Também, se for considerado que, segundo dados de 2012, as cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, Curitiba, Belo Horizonte e Manaus foram responsáveis pela geração de 25% do PIB nacional (APRÍGIO, 2016), verifica-se que as cidades têm sua importância aumentada no que diz respeito a aspectos econômicos e mercadológicos, fato que permite a compreensão da intensificação de busca por mercados externos e ampliação de laços comerciais, sociais, culturais e tecnológicos.

Esse tipo de constatação, ou fato, foi descrito por diversos autores que se interessaram em descrever essas relações como um fenômeno, a qual denominaram de paradiplomacia, microdiplomacia, diplomacia federativa, para citar algumas das denominações mais usadas. De fato, segundo Junqueira (2018), a ampliação da prática das atividades e iniciativas e o número de atores subnacionais ocorridas na década de 1990, começou a ser acompanhada de um debate conceitual e teórico, sendo que as Relações Internacionais apareceram como uma área de conhecimento capaz de responder a esse demanda inexistente. Assim, no que se diz respeito à internacionalização de governos subnacionais, “se existe um ponto inicial e de inflexão para esse processo, este pode ser a publicação de Soldatos (1990) com a apresentação do termo ‘paradiplomacia’”. (JUNQUEIRA, 2018, p. 49).

O Brasil é uma república federativa, formada pela União, estados-membros, municípios e o Distrito Federal. Segundo Nunes, C. (2005), a ditadura militar, instaurada em 1964, manteve o regime federal, no entanto a autonomia dos estados foi reduzida consideravelmente. Da mesma forma, Seitenfus (2004, p. 79) ressalta que:

a organização da federação brasileira demonstra a inexistência de um espaço próprio de atuação internacional dos Estados federados. Durante o regime militar, o Executivo federal interpretou de forma abusiva seu monopólio, proibindo inclusive que contatos internacionais fossem realizados pelos representantes dos governos municipal e estadual sem a prévia e expressa anuência do Ministérios das Relações Exteriores (MRE).

Com a redemocratização, na década de 1980, os governos estaduais e municipais voltaram a ser eleitos pelo voto direto. A nova constituição deu tratamento inovador ao federalismo brasileiro, pois a forma federativa de estado torna-se cláusula pétrea e os municípios passaram a ser incluídos entre os entes federados, apesar de manterem o mesmo tratamento no que tange às relações externas, a cargo exclusivo da União. (NUNES, C., 2005).

Branco (2008) destaca que em um estado federal apenas o ente central seria soberano e as unidades federadas seriam tão somente entes autônomos, despidas de capacidade de manter e assumir compromissos internacionais. De acordo com Seitenfus (2004), o retorno do Estado de Direito, mais a integração econômica no âmbito do Mercosul e a interpenetração dos interesses domésticos e externos, trouxeram à cena internacional as administrações municipais e concederam aos governadores um espaço inédito de atuação internacional, ainda mais diante da debilidade do governo federal e à ausência de planejamento na intenção de articular um projeto nacional.

Para Vigevani (2006) os governos subnacionais foram sendo impelidos a assumirem não apenas novos papéis e funções, tais como coordenação e articulação com administrações públicas de diferentes instâncias de governo, bem como iniciativa privada e organismos internacionais. Uma agenda considerável passou a preocupar os governos não centrais além daquelas que lhes eram peculiares.

De fato, Bueno (2012) anota que a descentralização política iniciada com as eleições de 1982 era contraposta pela forte centralização fiscal vigente até então e

fez com os governos subnacionais pressionassem pela descentralização fiscal como forma de fortalecimento da democracia e do federalismo. A descentralização fiscal, que a nova constituição passou a prever, ao mesmo tempo que forneceu mecanismos fiscais para obtenção de maiores receitas, através de um sistema tributário federativo menos centralizador, trouxe maiores responsabilidades para as unidades subnacionais.

As conexões com o exterior foram vistas por muitos governadores como uma fonte de diversos recursos que poderiam ser utilizados como forma de atender às novas responsabilidades assumidas. (BUENO, 2012). Sendo assim, estavam criadas as condições para que os estados membros e municípios ingressassem no cenário internacional. A atividade paradiplomática no Brasil foi institucionalizada pela primeira vez pelo governo do Rio de Janeiro, em 1983, através da criação da Assessoria de Relações Internacionais, junto à Secretaria de Governo. Nunes, C. (2005), destaca que as atividades desempenhadas pela Assessoria causaram desconforto para o Itamaraty e Presidência da República, mas, ao mesmo tempo, nunca foi alvo de confrontação.

Nunes, C. (2005) traz que o Ministro do Gabinete Civil do governo de José Sarney, em outubro de 1985, expediu um aviso-circular, aos governadores de Estado, com a reprodução dos artigos constitucionais que tratavam da competência da União para conduzir os assuntos de política internacional do país, juntamente com a recomendação expressa aos governadores e prefeitos municipais que informassem e consultassem o Ministério das Relações Exteriores acerca de iniciativas ligadas de forma direta ou indireta à condução da política externa brasileira. Caberia ao Itamaraty avaliar a conveniência global da política externa diante do caso em particular submetido à apreciação.

Em 1987, foi a vez do governo do Estado do Rio Grande do Sul criar uma Secretaria Especial para Assuntos Internacionais (SEAI) por iniciativa do governador do Estado como forma de facilitar a integração latino-americana. Um dos objetivos do novo órgão era diminuir o centralismo da política externa brasileira e sua criação não teve a simpatia da União. (NUNES, C., 2005). Segundo Seitenfus (1994b, p.80), o MRE não somente temia como não sabia como proceder face ao novo organismo estadual.

No entanto, esses dois casos marcam um momento de inflexão na Federação Brasileira, pois a agenda internacional deixava de ser um assunto restrito ao

Executivo Federal e à Chancelaria. (NUNES, C., 2005). Em 1995, a expressão diplomacia federativa foi utilizada pela primeira vez em discurso do Chanceler Luiz Felipe Lampreia, para designar ações internacionais de estados e municípios brasileiros. (TAVARES, 2014).

Em 1997, o Governo Federal, presidido por Fernando Henrique Cardoso, fez sua primeira intervenção para garantir alguma supervisão às atividades paradiplomáticas, quando foi criada a Assessoria de Relações Federativas (ARF) junto ao Gabinete do Ministro das Relações Exteriores. O objetivo principal consistia em dar assistência aos governos estaduais e municípios brasileiros nas suas iniciativas externas, tratativas com governos estrangeiros, organismos internacionais e organizações não-governamentais. (TAVARES, 2014).

Durante esse período, o governo federal criou escritórios de representação do Itamaraty em nove estados (Amazonas, Bahia, Minas Gerais, Paraná, Pernambuco, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Santa Catarina e São Paulo). Em 2003, a ARF se tornou a Assessoria Especial de Assuntos Federativos e Parlamentares (AFEPA), órgão de assistência direta e imediata ao ministro das Relações Exteriores, com as respectivas competências, tais como articulação entre o Ministério e o Congresso Nacional, bem como entre o Ministério e os governos estaduais e municipais, a fim de assessorá-los em suas iniciativas externas. (APRÍGIO, 2016).

Nos primeiros anos do governo Lula foi instalada a Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República (SRI) e da Subchefia de Assuntos Federativos (SAF) dando maior dinamismo ao processo, tendo como inovação a criação, em 2003, do Comitê de Articulação Federativa (CAF) entre a União e os municípios, para tratar dos assuntos de competência comum. (TAVARES, 2014).

A SRI foi um órgão da Presidência da República responsável por atuar na coordenação política do Governo, conduzindo o relacionamento com o Congresso Nacional e os Partidos Políticos e na interlocução com estados, Distrito Federal e municípios, tendo a referida Secretaria sido extinta em 2015. (APRÍGIO, 2016). A SAF tem como atribuições pautar as questões federativas junto ao governo federal e assessorar o ministro e a Presidência da República nas relações com os governadores e prefeitos, além de possuir diversos eixos de atuação, com destaque para a cooperação internacional federativa, apoiando as iniciativas dos estados e municípios. (APRÍGIO, 2016).

O CAF é a instância criada pela Presidência da República para dialogar com os municípios brasileiros, sendo presidido pelo ministro-chefe da SRI. Em 2007 foi oficialmente instituído o Comitê de Articulação Federativa (CAF), criado em 2003, através de protocolo de cooperação federativa, com a participação de 18 representantes de entidades nacionais de municípios. (APRÍGIO, 2016).

Conforme Tavares (2016), a partir de 2004 o Itamaraty e a Presidência da República incentivaram vários encontros entre entes federados para discutir suas atividades internacionais, como a Primeira Reunião de Operadores Estaduais sobre Cooperação Internacional Federativa, no Palácio do Planalto. Em 2004, também, ocorreu o I Seminário sobre Coordenação Federativa para a Promoção das Exportações e o I Fórum de Secretários de Relações Internacionais de Cidades, em 2005.

Em 2006 houve o I Encontro de Negociações Internacionais, Estados e Municípios, promovido pela Fundação Alexandre de Gusmão, FUNAG e AFEPA. Foi a primeira vez na história do Itamaraty em que foram expostas as grandes linhas da política externa brasileira para prefeitos, secretários municipais e estaduais. (TAVARES, 2014).

Segundo Antonio de Aguiar Patriota (2012 apud APRÍGIO, 2016, p.51), Chanceler durante o governo Dilma Rousseff, em evento de lançamento do Plano de Relações Internacionais do Governo do Estado de São Paulo, em 2012, afirmou que “O Itamaraty há muito reconheceu a nova realidade da diplomacia federativa e tem trabalhado intensamente, em coordenação com Estados e Municípios, para explorar com eles sinergias na promoção de interesses do Brasil”.

Segundo Tavares (2014), se o governo federal e o Itamaraty reagiram com desconforto às primeiras ações paradiplomáticas nos anos 1980, hoje há a valorização destes instrumentos estaduais. No mesmo sentido, Nunes, C. (2005) conclui que se havia alguma desconfiança inicial do executivo federal face às atividades paradiplomáticas, essas passaram a ser estimuladas, desde que realizadas em harmonia com a política externa do país.

Aprígio (2016) destaca que os governos subnacionais têm criado estruturas específicas para o tratamento dos assuntos internacionais, quer em âmbito regional, quer no local. Segundo ele, ao analisar os 5570 municípios brasileiros, há uma predominância de estruturas paradiplomáticas nas regiões Sudeste (43 estruturas) e Sul (40 estruturas). A Região Nordeste ocupa a terceira posição, com estruturas

paradiplomáticas em 16 municípios, e a Região Norte com 8 municípios e a Região Centro-Oeste, com 6. No entanto, destacou o autor, que em relação ao total de municípios brasileiros, essas estruturas representam apenas 2% do total de municípios, ou seja, 98% dos municípios não têm estrutura paradiplomática no País, com base nos dados do IBGE de 2014.

Quanto às 27 capitais brasileiras, segundo Aprício (2016, p. 55-57), 16 apresentam alguma estrutura formal paradiplomática para tratar de relações internacionais municipais e que 48,19% das capitais têm setores específicos para tratar de questões internacionais. Curiosamente, chama a atenção o autor, que 15 delas constam como as maiores cidades em participação no PIB nacional. (APRÍCIO, 2016).

2.3.3 Paradiplomacia no Rio Grande do Sul

Salomón e Nunes, C. (2007) destacam que excluída a alta política, que é prerrogativa do governo central, a agenda exterior dos governos subnacionais articula-se em torno de duas grandes dimensões: a promoção econômica e a cooperação política e técnica, podendo haver ainda uma terceira dimensão, transversal às outras duas, que é a da integração regional.

Tendo em vista tais dimensões se fará um histórico geral da paradiplomacia do Rio Grande do Sul que abrange as três. O período analisado será desde 1980 com a celebração do Convênio de Fraternidade entre o Rio Grande do Sul e a Província de Shiga, percorrendo a criação da Secretaria Especial de Assuntos Internacionais, SEAI, em 1987, até o fim do governo de José Ivo Sartori (2015-2018). Essa retrospectiva é importante para a análise que será feita, no capítulo seguinte, sobre o Convênio de Fraternidade entre o estado do Rio Grande do Sul e a Província de Shiga.

A Secretaria Especial de Assuntos Internacionais (SEAI) do Estado do Rio Grande do Sul, estabelecida em 1987, tinha como função assessorar o governador nas relações com outros países, principalmente os da Bacia do Prata e com organismos internacionais, além de supervisionar e orientar os órgãos de governo em ações externas, captação de recursos e investimentos, bem como fornecimento de apoio ao setor privado em projetos que contassem com participação externa. (SALAMÓN; NUNES, C., 2007).

De acordo com Álvaro Paes Leme, (2004) a criação da SEAI simbolizou o marco inaugural da institucionalização da diplomacia federativa no Rio Grande do Sul (apud BRANCO, 2008, p .94).

O governo de Pedro Simon (1987-1990), ao criar a SEAI, demonstrou que apesar de seguir as ideias do governo federal, tinha, ao mesmo tempo, a intenção de atuar de forma independente no âmbito das relações internacionais. (FERREIRA, 2015a). No período de seu governo, a estrutura da SEAI foi organizada em coordenadorias e divisões seguindo o modelo adotado pelo Itamaraty. (SALOMÓN; NUNES, C., 2007).

Ferreira (2015a), com base nas definições e estudos promovidos por Soldatos (1990) acerca da paradiplomacia, conclui que o governo gaúcho buscou justificar ao Governo Federal a importância da integração regional e a criação da SEAI, através de argumentos baseados principalmente na diminuição de custos de fazer política externa, além da promoção de interesses internacionais.

O assunto de maior relevância na Secretaria dizia respeito à integração regional, principalmente o acompanhamento do PICE – Programa de Integração e Cooperação Econômica, celebrado por Brasil e Argentina em 1986. Os governos brasileiro e argentino estavam cada vez mais próximos e, após as Decisões Tripartites de 1988, o escopo da integração internacional passou a englobar, também, o Uruguai. (NUNES, C., 2005).

De acordo com Salomón e Nunes, C. (2007), o quadro de servidores da Secretaria foi se formando aos poucos e, com o seu aumento, passou a tratar não só da integração, mas de cooperação internacional, de atração de investimentos e apoio às exportações.

A proximidade, tanto cultural quanto geográfica, do Rio Grande do Sul com os países anteriormente mencionados, Argentina e Uruguai, contribuíram à integração regional. Segundo Ferreira (2015a), o Governo Estadual foi bastante ativo nas suas ações transfronteiriças. Alguns exemplos desta cooperação e integração, ainda segundo Ferreira (2015a, p. 53), seriam:

A criação de canais de comunicação entre as comunidades transfronteiriças, na figura dos comitês de fronteira de Uruguiana/Paso de Los Libres; Quaraí/ Artigas; Santana do Livramento/ Rivera; Jaguarão/ Rio Branco; Chuí/ Chuy, além de estudos para a viabilidade da integração econômica e de

infraestrutura como, por exemplo, a ponte São Borja-Santo Tomé e a instalação de um Distrito Industrial Trinacional [...].

Entretanto, como destaca Ricardo Seitenfus (1994a), o primeiro secretário de governo estadual na SEAI, a reação inicial à integração latino americana foi a de desconfiança, pois acreditava-se que a integração iria prejudicar a economia gaúcha. Seitenfus (1994a) afirma ainda que “os políticos gaúchos tradicionais estão impregnados de uma visão regionalista das relações entre o Brasil e a América Latina”.

Ricardo Seitenfus (1994a, n.p.), destacou, ainda, que inicialmente o governador Pedro Simon tinha esses receios tradicionalistas, mas que “[...] Tendo observado o processo integracionista em desenvolvimento, Simon consagrou-se como artífice da integração sendo ovacionado pela imprensa e por setores classistas do Estado”.

Ainda, segundo Seitenfus (1994a, n.p.), a posição de Simon serviu como aprendizado para um tema mais amplo:

No Rio Grande do Sul, passamos do repúdio à abertura do mercado ao ufanismo integracionista. Há atualmente, adesão imediata e inquestionável ao Mercosul, considerado uma questão gaúcha e não um projeto nacional [...].

Deve-se notar que o texto em questão foi escrito durante o governo seguinte, de Collares, portanto, é possível se observar a evolução e a crítica do autor à relação do governo estadual com a integração regional.

No governo seguinte, de Alceu Collares (1991-1994), houve a assinatura, em março de 1991, por Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai, do Tratado de Assunção, que estabeleceu o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL). Ampliaram-se as atividades da SEAI, que agora tinha também como pauta a integração no âmbito do novo bloco. Para que fosse abordada essa pauta foram criados três departamentos: Departamento de Assuntos de Integração; Departamento de Cooperação e o Departamento de Negócios Internacionais. (SILVA, 2007).

Visto que o Mercosul almejava criar um Mercado Comum entre os países membros, Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai, um dos objetivos do Governo Gaúcho era justamente harmonizar as relações entre esses países. Em razão da posição estratégica do Rio Grande do Sul, que faz fronteira com o Uruguai e a

Argentina e é próximo ao Paraguai, o Estado teve uma participação importante para o Mercosul, cumprindo o papel de “porta de entrada” para o Brasil.

Ainda em 1991, o Departamento de Assuntos de Integração lançou o Disque-Mercosul. Esse projeto visava esclarecer eventuais dúvidas quanto ao processo de integração, além de criar uma base de dados de empresas interessadas em realizar negócios entre os países membros, bem como prestar esclarecimentos a respeito do bloco à comunidade. (SILVA, 2007; FERREIRA, 2015a).

A SEAI teve um importante papel para as aproximações dos países, contudo, como demonstra Ferreira (2015a, p.58):

[...] é importante notarmos que, ainda que a economia fosse o ponto central da ação do governo e que o MERCOSUL fosse o destaque nas ações, a parte econômica não constou entre as atividades da SEAI. Ou seja, nesse plano, ela limitou-se a auxiliar outras secretarias – como era propósito na sua criação. [...] Coube a SEAI, então, o papel de se aproximar dos setores da economia e sociedade interessados em ir ao exterior, onde o governo estadual poderia beneficiá-los através dos contatos e conexões internacionais que possuía.

O Itamaraty, porém, considerava a SEAI como um órgão de extrema importância, tendo atuado como parceiro no auxílio das questões fronteiriças e organizacionais. (NUNES, C., 2005). Esse fato fica bem demonstrado, como destaca Nunes, C. (2005, p.87), pois “O ministério enviava todas as informações solicitadas pelo Estado sobre o processo de integração, divulgadas através do sistema do Disque Mercosul”. Sendo assim, a SEAI virou o intermediário entre os países membros do Mercosul e o Brasil e, por consequência, do Itamaraty.

Ainda durante o período de governo de Alceu Collares, o Rio Grande do Sul participou de missões estrangeiras ao Senegal, Nigéria, Canadá, África do Sul, Itália, Japão, Rússia e Argentina. As missões estrangeiras eram compostas de embaixadores, empresários, encarregados de negócios, e o principal papel da SEAI era o de articulação com os países desenvolvidos para que fosse possível o desenvolvimento do estado. (SILVA, 2007). Foi assinado, também, o Convênio de Fraternidade entre o Rio Grande do Sul e a Província de Jamtland-Suécia, em que foram recebidas missões suecas a respeito de pautas de reflorestamento, mas que também objetivava obter melhorias na área da saúde. (SILVA, 2007).

Em 1991, a Secretaria de Indústria e Comércio, SIC, foi transformada em Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Social (SEDES), que tinha como uma de suas prioridades o incremento da atuação das empresas gaúchas no mercado internacional por meio da prospecção de novos destinos para exportação e de investidores estrangeiros. (SILVA, 2007).

Sendo assim, o governo Alceu Collares deu continuidade às ações da Secretaria, bem como às ações relacionadas à paradiplomacia, em que se buscou concretizar os laços entre os países membros do Mercosul com uma relativa independência do governo federal.

No governo de Antônio Britto (1995-1998), no ano de 1995, a SEAI foi extinta e incorporada à SEDES (Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Social) criando-se uma nova estrutura, a SEDAI, Secretaria do Desenvolvimento e dos Assuntos Internacionais (Salomón e Nunes, C., 2007, p.107). A SEDAI ficou, então, responsável por assuntos relacionados ao desenvolvimento econômico e também aos internacionais. (GOVERNO DO ESTADO, 2020).

A justificativa dada pelo governo para essa fusão seria a busca de investimentos internacionais, porém mantendo o interesse nos mercados dos países vizinhos, bem como no aprofundamento da integração entre os países membros do Mercosul (FERREIRA, 2015a), já que esse bloco garantia inúmeros benefícios ao Estado. Coincidentemente, a posse de Antônio Britto ocorreu no dia em que teve início o Mercosul como um bloco econômico, pois a partir da assinatura do Protocolo de Ouro Preto, o Mercosul adquiriu personalidade jurídica internacional. Em seu discurso de posse, o novo governador saudou o Mercosul como uma grande oportunidade para o desenvolvimento gaúcho. (SILVA, 2007).

Salomón e Nunes, C. (2007, p. 107) explicam que a extinção da SEAI, criando a SEDAI, ocorreu “pelas seguidas controvérsias na esfera da promoção comercial e da atração de investimentos, temas desenvolvidos há mais tempo pela área de indústria e comércio e que se tornaram foco também das ações da SEAI no governo Collares”,

Além disso, segundo Salomón e Nunes, C. (2007), foi criado outro setor próprio, dentro da Secretaria de Coordenação e Planejamento, SCP, para negociar recursos financeiros e técnicos com agências internacionais, com clara superposição de funções. Outros fatores relevantes, e que contribuíram para a extinção da SEAI, relacionam-se ao fato de que o MRE continuou tratando diretamente dos assuntos

internacionais com os demais órgãos de governo e não com aquela que seria a Secretaria específica criada para tal fim, a SEAI.

Além disso, houve frequentes trocas de titulares na extinta SEAI, pois foram nove secretários em oito anos, e o fato de que “muitos deles não tinham preparação em temas internacionais”, foi mais um dos fatores que “reduziram as possibilidades de atuação da SEAI como órgão de coordenação efetivo”, tendo como consequência sua extinção. (SALOMÓN; NUNES, C., 2007, p.108).

No entanto, o novo aparato institucional criado, a SEDAI, permaneceu como referência para temas mais políticos, pois que as relações com o Itamaraty, governos subnacionais estrangeiros e diplomatas mantiveram-se em sua alçada.

De acordo com Nunes, C. (2005, p.90), o início do governo de Antônio Britto contou com diversos desafios, pois:

[...] A situação do Rio Grande do Sul, no início de seu mandato, apresentava um sério desequilíbrio financeiro nas contas do Estado, um setor público desorganizado, uma infraestrutura em condições precárias, um desempenho insuficiente da economia [...]. Seu desafio era construir as “condições necessárias a uma inserção competitiva da economia gaúcha no cenário nacional e internacional [...].

Portanto, a fusão da SEAI com a SEDES não significou que o governo não reconhecia mais os assuntos internacionais ou o Mercosul como importantes, pelo contrário. Segundo Nunes, C. (2005), a integração regional era considerada pelo governo como algo a ser almejado, pois atrairia novos investimentos que diversificariam setores da economia.

De acordo com Salomón e Nunes, C. (2007), formalmente a nova Secretaria não seria mais uma instância de coordenação da atividade exterior do governo estadual, como fora a SEAI, mas de fato passou a cumprir funções “claramente paradiplomáticas”, inclusive herdando seus funcionários.

Tendo em vista que a economia e a atração de investimentos era um grande foco do governo Britto, a recém formada SEDAI teve como papel inicial justamente a atração de investimentos internacionais ou na oferta de produtos para o exterior. (FERREIRA, 2015a). O governo fazia, desta forma, uma tentativa de reestruturar o Estado e a sua economia para que ela ficasse mais competitiva e próxima dos países vizinhos, membros do Mercosul.

Segundo Ferreira (2015a), uma vez que o estado gaúcho se aproximou do Mercosul, o governo estadual conseguiu atrair investimentos não só para o mercado brasileiro, mas também para países membros do bloco econômico do Mercosul. Esses investimentos levaram o governo a investir na infraestrutura do Estado para proporcionar uma associação mais facilitada entre os países vizinhos, assim, se deu a construção, por exemplo, da ponte São Borja-Santo Tomé; uma ligação com a Argentina. (FERREIRA, 2015a).

Desta forma, ao fim de 1995 a SEDAI destacou como suas principais realizações:

[...] a implementação, no Rio Grande do Sul, do escritório do Ministério das Relações Exteriores em funcionamento junto à Secretaria; a ampliação do Disque-Mercosul; a assinatura de convênios entre o Governo do RS e a Confederação Geral das Indústrias da Argentina e com a Câmara das Indústrias do Uruguai. (SILVA, 2007, p. 427).

Em 1995, o MRE criou um escritório de representação no Rio Grande do Sul, o ERESUL. (SALOMÓN; NUNES, C., 2007). O ERESUL é o escritório instalado pelo Itamaraty para servir como uma representação federal no Estado. Segundo Nunes, C. (2005), isso teve como consequência a diminuição da importância da SEDAI no que diz respeito à cooperação, visto que o escritório passou a ficar responsável pelos contratos, centralizando-os.

A SEDAI, apesar de ter seu foco nos países do Mercosul, não limitou seus contatos a apenas esses países, destacando-se, também, as relações com a Ásia e Europa. No que diz respeito à Ásia, em 1997, realizou-se uma missão governamental à China e ao Japão, sendo que no ano seguinte, 1998, houve a intensificação dessas missões, resultando no aumento da importância dessa região para o Estado, juntamente com o Mercosul. (SILVA, 2007).

Durante o governo Britto houve visitas a dez países: Argentina, Chile, Uruguai, Espanha, Reino Unido, Alemanha, Canadá, Japão, Coreia e duas viagens aos Estados Unidos. (SILVA, 2007). Assim, fica claro que o governo de Antônio Britto obteve sucesso em diversificar as relações do Rio Grande do Sul com outros países, isso se deu, segundo Ferreira (2015a, p.67), devido a:

orientação estratégica, como foi a atração de investimentos, o governo traçou a projeção externa como uma via para a

reestruturação do estado, o que conferiu aos assuntos internacionais importância essencial na política gaúcha do período.

Os governos que se seguiram, tanto o de Olívio Dutra quanto de Germano Rigotto, mantiveram a Secretaria e suas funções, mas com mudanças estruturais e organizacionais a cada troca de governo. Salomón e Nunes, C. (2007) afirmam que isso se deve à falta de um modelo que respondesse adequadamente às necessidades da atuação externa do Estado.

O governo Dutra (1999-2002), enquanto manteve o papel da Secretaria, teve uma postura de governo significativamente diferente da anterior quanto às relações internacionais. O governador buscou atrair investimentos estrangeiros, mas de uma maneira distinta das gestões anteriores. Como destaca Silva (2007, p.431),

[Olívio Dutra] considerava o modelo do Governo Britto, de concentração de investimentos, como conservadora e submissa da política internacional que privilegiava a transferência de renda pública para grandes setores econômicos transnacionais. Em seu discurso, afirmava a importância da concretização de relações internacionais, considerando primordialmente a defesa de um projeto de desenvolvimento autônomo [...] colaborando com um novo papel do Brasil.

Portanto, enquanto governos anteriores acreditavam que os investimentos estrangeiros estimulariam a economia e como resultado ela se expandiria, em um efeito de *spill over*, a gestão Dutra argumentava que para que houvesse um crescimento econômico seria necessário aumentar não só a produção, mas também a demanda. (FERREIRA, 2015a). Conforme as palavras do governador, ditas em seu segundo ano de mandato, “A inexistência de mercados para diversos produtos e unidades produtoras inviabiliza uma estratégia de crescimento sustentável no longo prazo”. (DUTRA, 2001, p.11 apud FERREIRA, 2015a, p. 69).

A administração Dutra, portanto, realizou forte ativismo internacional na vertente de seu discurso onde participou de debates a respeito “da política externa, a ALCA, o disciplinamento da circulação do capital e até sobre as guerras no Oriente Médio. (SILVA, 2007, p. 431). Foi durante a sua gestão, também, que ocorreram as duas primeiras edições do Fórum Social Mundial.

A primeira edição do Fórum Social Mundial ocorreu em janeiro de 2001, em Porto Alegre, e visava ocorrer como oposição ao Fórum Econômico Mundial. O Fórum reuniu movimentos internacionais de esquerda de diversas origens, contando

até com observadores da Organização Internacional do Trabalho (OIT). O principal objetivo das reuniões era discutir propostas para corrigir a desigualdade dos efeitos da globalização. (SILVA, 2007).

A segunda edição também foi realizada em Porto Alegre no ano seguinte, 2002, e foi três vezes maior no que diz respeito ao número de participantes. (SILVA, 2007). A terceira edição, em 2003, mais uma vez, ocorreu em Porto Alegre, porém desta vez no governo de Germano Rigotto, que sucedeu Olívio Dutra. O Fórum Social Mundial serviu como uma forma de projetar o Rio Grande do Sul no cenário internacional devido a atenção não só da mídia internacional, mas também de órgãos internacionais, como a OIT. (SILVA, 2007).

Ainda na gestão de Olívio Dutra, em 1999, foi criado o Gabinete do Mercosul, que buscava observar o Mercosul para desenvolver políticas governamentais que auxiliassem na evolução do bloco, porém no ano 2000 as atribuições do gabinete ficaram encarregadas à SEDAI. (SILVA, 2007).

Todavia, as relações com o Mercosul continuaram intensas, tanto que em 2001 foi lançada a proposta, em Porto Alegre, para a criação do Mercoprovíncias. (SILVA, 2007). Esta proposta buscava promover a recuperação do Mercosul e envolveria, além dos quatro países membros, Chile e Venezuela. A proposta foi apoiada pelo Itamaraty que “a considerou importante instrumento para a proposta de criação de uma Área de Comércio sul-americana”. (SILVA, 2007).

Segundo Nunes, C. (2005), na gestão de Olívio Dutra as empresas continuaram sendo o objetivo do governo do Estado, porém, diferentemente dos governos anteriores, o foco não era mais a atração de investimentos internacionais, mas sim a inserção do Rio Grande do Sul na economia mundial.

Ainda durante o governo Dutra foram realizadas missões a diversos países europeus tais como França, Itália e Portugal, além de asiáticos, com visitas ao Japão e à China. (SILVA, 2007). A missão gaúcha à China, segundo Silva (2007), teve como objetivo o intercâmbio tecnológico, mas também o de apresentar o Estado gaúcho como um parceiro de mercado estratégico pela sua proximidade dos países do Mercosul e ao mesmo tempo ser uma unidade da federação brasileira.

Portanto, como destaca Ferreira (2015a, p.73):

O governo Dutra optou por manter relações econômicas então em curso, sem agregar outros grandes projetos. [...]. Por fim, devemos destacar como a atuação de um estado subnacional não depende

exclusivamente do alinhamento político com instâncias superiores no pacto federativo ou seus similares.

No governo seguinte, de Germano Rigotto (2003-2006), diversos departamentos da SEDAI foram extintos com a justificativa de contenção de despesas. Desta forma, as funções da Secretaria passaram a ser principalmente econômicas. Portanto, a SEDAI passa a ter escassa preocupação com a manutenção da projeção internacional do Estado do Rio Grande do Sul. (FERREIRA, 2015a).

Ainda assim, o governo Rigotto conseguiu iniciar negociações com países não tradicionais como foi o caso de Moçambique, China e países árabes, que era condizente com a política internacional federal, a de Cooperação Sul-Sul. (FERREIRA, 2015a). Isso se exemplifica quando em 2004, durante visita do presidente brasileiro à China, o secretário da SEDAI, bem como o governador gaúcho, a convite do governo federal, participaram da visita. (FERREIRA, 2015a).

No que diz respeito aos países vizinhos, devido a difícil situação econômica enfrentada no início do século XXI, a Argentina acabou reduzindo, temporariamente, sua relação comercial com o Brasil e, por consequência, com o Rio Grande do Sul. Ocorreu, então, uma aproximação com o Uruguai em que, muitas vezes, eram feitas negociações diretamente com o presidente uruguaio. Esta aproximação influenciou o governo brasileiro a se aproximar mais dos países sul-americanos. (FERREIRA, 2015a).

No que tange à paradiplomacia regional global, o governo estadual, ao longo dos anos, utilizou da boa imagem que o Brasil tinha internacionalmente para diversificar suas parcerias. (FERREIRA, 2015a).

Portanto, de forma geral, o governo de Germano Rigotto:

[...] manteve a diversificação das relações internacionais, como vinha fazendo o governo anterior. Ainda assim, as relações comerciais foram enfatizadas nas relações exteriores do Rio Grande do Sul no período, o que fez o estado perder, de certa maneira, a importância que havia alcançado no cenário internacional quando esse se colocava com mais autonomia política, tanto no plano econômico quanto, principalmente, no político e social. (FERREIRA, 2015a, p.79).

O governo seguinte, de Yeda Crusius (2007-2011), a SEDAI manteve seu papel de auxílio em atividades econômicas e busca de investimento estrangeiro para o desenvolvimento do Estado. Porém, como ressalta Ferreira (2015b, p.9), “é possível notar que nenhum dos secretários possuíam afinidades com os assuntos internacionais”.

A economia, portanto, era a principal preocupação do governo, mas não a única, tendo em vista que diversos contatos foram mantidos com outros estados e órgãos internacionais. Porém, a falta de um planejamento político que visasse o cenário internacional era clara e visível. (FERREIRA, 2015b).

Na área de cooperação e integração o governo não deu continuidade à maior parte das ações feitas por governos anteriores, porém decidiu fazer suas próprias conexões, onde se aproximou da Holanda, por exemplo. (FERREIRA, 2015b). A cooperação entre o governo gaúcho e o holandês foi o primeiro a realizar ações concretas desde que foi assinado o termo de cooperação entre os governos brasileiro e holandês. (PIRATINI, 2008).

A parceria objetivava viabilizar o maior aproveitamento dos portos e do transporte fluvial do Rio Grande do Sul, visto que a Holanda é referência mundial nesta área. (PIRATINI, 2008). Segundo a governadora, o objetivo desta cooperação era tornar o estado gaúcho uma porta de acesso para os mercados europeus entrarem na América do Sul, portanto era importante a revitalização de portos e do transporte fluvial gaúchos. (GOVERNO DO ESTADO, 2007; GOVERNO DO ESTADO 2008).

O principal objetivo internacional, porém, era com os países vizinhos em que a governadora se dedicou para que o governo voltasse a empenhar ações importantes no Conselho de Desenvolvimento e Integração Sul (CODESUL). (FERREIRA, 2015b).

Contudo, como destaca Ferreira (2015b), a atuação do governo foi limitada e “se mostrou pouco interessado em ampliar as ações de cooperação com outros vizinhos. Em vez disso, se limitou ao mecanismo preexistente da Codesul.” Ao contrário do governo anterior, as ações com o Uruguai diminuíram, sendo feitos apenas contatos com embaixadores. (FERREIRA, 2015b).

Por outro lado, relações com a Argentina passaram a ser de maior importância para o governo do Estado, o que pode se dizer também das relações com países da Ásia. Nessa região passou a ser de interesse não só a China, que

tinha cada vez mais importância no cenário global, mas também o Japão. (FERREIRA, 2015b).

No que se refere ao Japão, em março de 2008, a governadora Yeda Crusius, e o governador de Santa Catarina, Luiz Henrique da Silveira, assinaram contrato com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para fins de elaboração do Plano Diretor da Bacia Hidrográfica do Rio Uruguai e do Aquífero Guarani-Estuário do Rio da Prata. Destaca-se que a concretização do projeto somente foi possível devido à doação feita pelo governo do Japão, no valor de US\$ 1,20 milhões, aos dois Estados, que trabalharam em conjunto na preservação de um dos maiores reservatórios subterrâneos de água doce do mundo. (GOVERNO DO ESTADO, 2008).

Tratou-se da maior doação já feita a um programa do Brasil. O custo do programa foi estimado em cerca de US\$ 2,7 milhões, sendo que os Estados de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul investiriam, ao total, US\$ 1,5 milhão, sendo US\$ 750 mil para cada um, e o Fundo Japonês disponibilizaria, a fundo perdido, o valor restante de US\$ 1,20 milhões. (GOVERNO DO ESTADO, 2008). O Banco Interamericano de Desenvolvimento, BID, ficou responsável por intermediar a operação. (GOVERNO DO ESTADO, 2008; NSC JORNAL, 2008).

A importância da preservação do Aquífero Guarani é por ser considerado um verdadeiro agente integrador dos países do Mercosul, unindo geograficamente Brasil, Paraguai, Uruguai e Argentina. Esses dois últimos também seriam beneficiados pelo programa, uma vez que o Rio Uruguai forma o Rio da Prata, que banha Montevideu e Buenos Aires, cujas populações somam cerca de 20 milhões de pessoas. (NSC JORNAL, 2008).

Portanto, pode-se dizer que, de forma geral, no que diz respeito à sua atuação internacional, no governo Yeda Crusius:

[...] o que mais pesou para as ações ocorrerem foram as questões econômicas, e menos as políticas. Assim o governo acabou por promover o estado economicamente, como um lugar que valesse o investimento estrangeiro, mas deixou em segundo plano outros tipos de trocas e relações que poderiam ser construídas sem o viés econômico e que, ainda assim, valorizassem o estado. (FERREIRA, 2015b, p.13).

O governo que se sucedeu, de Tarso Genro (2011-2015), teve objetivos extremamente diferentes de sua antecessora, tendo um grande foco na área

internacional. Isso fica explicitado no seu Programa de Governo (2010) cujo título é *Rio Grande do Sul do Brasil do Mundo*, que destaca as relações internacionais como uma parte importante do Estado gaúcho.

O Programa de Governo destaca a posição geográfica favorável do Rio Grande do Sul que permite ao Estado ter um papel importante no cenário internacional e na integração regional do Mercosul. Neste sentido, destaca-se, também, o alinhamento do governador gaúcho com o presidente brasileiro à época, Luiz Inácio Lula da Silva, em que se afirma ser “[...] necessário acompanhar e apoiar a nova inserção internacional do Brasil no mundo, que vem sendo conquistada pela política externa do governo Lula, que trabalha pelo multilateralismo [...]”. (PROGRAMA DE GOVERNO DE TARSO GENRO, 2010, p.7).

Alinhava-se ao Governo Federal, também, a ideia da cooperação Sul-Sul, em especial com países emergentes como China, Índia e Rússia. São citados ainda a região do Oriente Médio onde buscava-se inovar relações; os países da União Europeia visto que “estes são parte da formação histórica do Rio Grande, sendo importante para o nosso estado reforçar os laços culturais, econômicos e políticos com este continente”. (PROGRAMA DE GOVERNO DE TARSO GENRO, 2010, p.7).

Em seu primeiro ano de governo foram criadas duas secretarias, a SDPI (Secretaria de Desenvolvimento e Promoção do Investimento) e a SESAMPE (Secretaria da Economia Solidária e Apoio à Micro e Pequena Empresa) ambas provenientes da SEDAI. As atribuições das novas Secretarias ficaram determinadas no foco do desenvolvimento econômico e social do Rio Grande do Sul. (GOVERNO DO ESTADO, 2020).

Ainda em 2011, criou-se, através da Lei Estadual nº 13.657/2011, a Agência Gaúcha de Desenvolvimento e Promoção do Investimento, a AGDI. Entre uma de suas competências estava a promoção da competitividade estadual nos mercados, tanto nacionais quanto internacionais, através da captação de investimentos. Em conjunto com a Sala do Investidor, um mecanismo do governo para coordenar investimentos de empresas, a AGDI buscava facilitar o investimento de empresas privadas no Rio Grande do Sul, que devido à sua posição estratégica conseguiu (até 2013) concluir 179 projetos. (AGDI, 2013). Porém, em 2017, no governo seguinte, de Sartori, através da Lei Estadual 14.981/2017, a AGDI passa a ser denominada Escritório de Desenvolvimento de Projetos (EDP).

A Assessoria de Cooperação e Relações Internacionais (ACRI) foi criada em 2011, e com sua instituição ficou demonstrada “uma profunda alteração no conteúdo e metodologia da ação internacional do governo estadual”. (NÚÑEZ, 2014, p.48). Conforme Núñez (2014), até então, as relações internacionais do Estado se davam pela SEDAI, porém essa tinha um enfoque estritamente econômico em que, primariamente, se implementavam ações de promoção das exportações e atração de investimento estrangeiro.

Ficou encarregado à ACRI a coordenação das missões internacionais que envolviam a participação direta do governador, além de iniciativas setoriais como a cooperação técnica, promoção comercial e atração de investimentos em setores específicos do governo. (NÚÑEZ, 2014). Cabia, também, à ACRI a coordenação das relações do governo gaúcho com todas as comitivas e missões recebidas pelo Rio Grande do Sul, fossem elas missões diplomáticas, empresariais ou delegações internacionais. (NÚÑEZ, 2014).

Desta forma, ficam nítidas as duas dimensões do governo Tarso Genro no que diz respeito às Relações Internacionais que são: o eixo político sob responsabilidade da ACRI (Assessoria de Cooperação e Relações Internacionais), vinculada ao Gabinete do Governador; e o eixo econômico, encarregado à SDPI e à AGDI.

O assessor de Cooperação e Relações Internacionais do governador Tarso Genro, Tarson Núñez, em entrevista, antes de assumir seu cargo, afirmou que “seu principal objetivo da política externa da administração gaúcha é construir uma aliança entre os países do Mercosul para garantir a conquista de mercados estrangeiros”. (NÚÑEZ, Tarson., 2011, n.p.).

Para Núñez (2014, p.51), as relações político-institucionais têm um papel importante como “a promoção de valores como a democracia, os direitos humanos e a solidariedade internacional [...] são uma dimensão fundamental das relações políticas do estado na esfera internacional”. Esta posição ficou clara não só no discurso, como também na prática em que se apoiou a realização, além da participação, do Fórum Social Mundial, bem como a realização do Fórum Social Palestina Livre, em Porto Alegre, em 2012. (NÚÑEZ, 2014). Portanto, fica perceptível que houve um esforço governamental para que se realizassem ações internacionais condizentes com o programa de governo, assim como às diretrizes da ACRI.

No que diz respeito às missões e visitas diplomáticas, a primeira visita do governador foi ao Uruguai, onde objetivava elaborar um projeto para o desenvolvimento econômico. A aproximação com o país vizinho resultou em um conjunto de parcerias tanto culturais quanto de cooperação técnica. (KIRALY, 2013a).

Destaca-se ainda, nessa parceria, a visita do governador gaúcho, em maio de 2012, onde foi recebido pelo presidente uruguaio, Pepe Mujica, onde tratou das negociações para o projeto binacional de saneamento de Acegua-Aceguá, o primeiro projeto do tipo no Mercosul. (KIRALY, 2013a).

Em seu primeiro ano de mandato, 2011, Tarso Genro fez uma missão internacional à Coreia do Sul que resultou, já no mesmo ano, na instalação de uma fábrica de elevadores da Hyundai. (KIRALY, 2013a). Conforme afirmou o governador à época:

Esse tipo de investimento é justamente o que procuramos. Uma fábrica de elevadores no Rio Grande do Sul vai se agregar à nossa cadeia produtiva do setor metalmeccânico, além de produzir para o setor de construção civil que cresce muito no estado. (GOMES, 2011, n.p.).

Também em conjunto com a Coreia, se firmou uma *joint venture* (empreendimento conjunto), entre a empresa coreana Hana e a brasileira Atlus, em que se estabeleceu no Parque Tecnológico Tecnosinos, localizado em São Leopoldo, a HT Micron produtora de semicondutores. (KIRALY, 2013a).

Ainda na região do Extremo Oriente, fez-se uma missão política e empresarial liderada pelo governador à China em 2013. Na época, a China era o principal parceiro comercial do Rio Grande do Sul. A comitiva participante da missão abordou quatro principais bases estratégicas: “[...] infraestrutura; promoção comercial e atração de investimentos; agricultura; e cooperação científica e tecnologia”. (KIRALY, 2013b).

Como destacado anteriormente no seu programa de governo, a Europa foi um importante parceiro para o Estado, onde ao longo do governo Tarso Genro se consolidaram projetos tanto em âmbito cultural como empreendimentos. Salienta-se alguns projetos de cooperação: o Acordo de Cooperação entre UFRGS e o British Council, instituição inglesa que difunde a língua pelo mundo; Protocolo de Cooperação entre o Instituto de Pesquisa de Células Tronco da UFRGS e o National Institute of Biological Standards Control (NIBSC), da Inglaterra; investimento de R\$

30 milhões da empresa Alstom, da França, em uma fábrica de torres metálicas para aerogeradores. (KIRALY, 2013a).

É interessante, também, salientar a missão gaúcha à Israel em que se negociou a implantação do Polo de Tecnologia Aeroespacial no Rio Grande do Sul, além da aquisição israelense de dois mil kits de irrigação. (NUNES, D., 2013). O governador liderou a missão a Israel e acrescentou que essa missão foi importante para:

Enriquecer e diversificar cada vez mais a base produtiva do Estado, ampliando seu raio de interferência com o comércio global e incentivando investimentos que se articulem e qualifiquem tecnologicamente essa base, gerem emprego e renda. (NUNES, D., 2013, n.p.).

De forma geral, o governo de Tarso Genro, no que tange à paradiplomacia, foi um governo proativo em sua atuação internacional (JARDIM, 2019), portanto agiu de forma bastante diferente de seus antecessores, pois tinha uma visão de governo de projetar o Rio Grande do Sul internacionalmente.

Segundo Kiraly (2014), o governador Tarso Genro liderou missões governamentais à Ásia, América Latina, Europa e Oriente Médio. Na área industrial, o governo do Estado realizou 63 visitas técnicas a 30 países. Ressaltou, também, que a presença estrangeira no Rio Grande do Sul apresentou crescimento no que se refere à recepção de delegações oficiais, sendo 26 em 2011; 33 em 2012; 46 em 2013; e 49 em 2014.

De acordo com Núñez (2014), o principal aprendizado com a criação da ACRI foi o reconhecimento do enorme potencial que o Rio Grande do Sul tem no que diz respeito à cooperação internacional. Porém, ao longo do governo Tarso Genro foram enfrentados diversos desafios:

[...] O principal é o da precariedade da experiência e capacitação para RI [Relações Internacionais] no âmbito de um governo subnacional. Esta precariedade diz respeito tanto a uma falta de compreensão e conhecimento político acerca de RI nas secretarias quanto do ponto de vista de uma falta de capacitação técnica *stricto sensu*. Política e institucionalmente não há, na maioria das secretarias, uma compreensão clara da complexidade e da importância da ação internacional. [...]. Faltam quadros qualificados e conhecimento acerca do potencial de atuação internacional de governos subnacionais, o que faz com que não existam estruturas e mesmo orçamento nas secretarias para este tipo de atuação. (NÚÑEZ, 2014, p.55-56).

Portanto, é explícito que apesar do governo Tarso Genro ter obtido sucesso na projeção internacional do Rio Grande do Sul, havia deficiências estruturais dentro das secretarias, e do governo, o que dificultou o processo e explica por que cada governo teve uma abordagem diferente quanto às relações internacionais.

Sendo assim, é possível se observar que no governo seguinte, de José Ivo Sartori (2015-2019), a abordagem quanto às relações internacionais é bem diferente da anterior já no seu programa de governo. Observa-se apenas breve menção à necessidade de financiamento em órgãos internacionais. (JARDIM, 2019). Não há menções sobre o Mercosul ou outros países e relações importantes para o estado, como o de seu antecessor. (PLANO DE GOVERNO DE JOSÉ IVO SARTORI, 2014).

Apesar disso, o governo Sartori recebeu mais atores de governos nacionais e do setor privado do que no governo anterior, porém realizou menos missões ao exterior. (JARDIM, 2019). Para Jardim (2019), a administração de Sartori foi uma paradiplomacia receptiva, visto que se recebeu mais visitas internacionais do que se fez.

Em janeiro de 2015, em substituição à SDPI, foi criada a Secretaria do Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia (SDECT) que tinha como missão:

Criar condições favoráveis à expansão, diversificação e inovação das atividades econômicas no RS através do fomento e atração do investimento, do fomento à pesquisa, à cultura científica e ao desenvolvimento tecnológico, bem como do fomento ao empreendedorismo [...]. (GOVERNO DO ESTADO. RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2018, 2019 p.6).

Assim, a secretaria objetivava transformar o RS em um estado referência em âmbitos tanto social quanto econômico e, para tanto, foram definidos temas estratégicos, sendo eles “Saúde; Cadeias e Sistemas Agroindustriais e Alimentares;

Aeroespacial e Defesa; Tecnologias Sociais; Energia; e Transportes e Mobilidade Urbana”. (GOVERNO DO ESTADO. RELATÓRIO DE ATIVIDADES SDECT 2015-2016, 2017, p.1).

Destacam-se, portanto, em 2015, missões internacionais que visavam divulgar o estado aos potenciais investidores em diversos países: Alemanha, China, Itália, Japão e Singapura, além da recepção de comitivas estrangeiras recebidas pelo Rio Grande do Sul, de países como: China (Hubei e Shandong), Japão e Alemanha. (GOVERNO DO ESTADO. RELATÓRIO DE ATIVIDADES SDECT 2015-2016, 2017).

A primeira missão do governador ao exterior foi, porém, ao Uruguai e tinha por objetivo aproximar as cidades fronteiriças em diversas áreas, como educação, tecnologia, saúde e segurança. No entanto, não ficou definido nem foi apresentado um programa específico para alcançar esses objetivos. (CANOFRE, 2015). Porém, ao ser indagado “sobre a continuidade de programas que já estavam em andamento, assinados durante o governo de José Mujica e Tarso Genro, o Piratini não soube dar informações”. (CANOFRE, 2015).

Ainda em 2015, o governador Sartori deu seguimento à cooperação do estado com a Holanda no que diz respeito à modernização e desenvolvimento de portos e hidrovias no Rio Grande do Sul. (JORNAL DO COMÉRCIO, 2015).

No ano seguinte, 2016, manteve relações com os países mencionados anteriormente, mas também se fizeram mais viagens, como é possível perceber no mapa abaixo, em que verde significam viagens feitas por autoridades do RS; vermelho, missões do governador; azul, visitas técnicas e amarelo, protocolos e memorandos assinados.

Figura 1: Viagens de 2015-2016



Fonte: SDECT/DRII e DFE apud RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2015-2016 (2017).

No mesmo ano, o Rio Grande do Sul participou do 34º Encontro Econômico Brasil-Alemanha onde o Rio Grande do Sul se destacou dos demais estados brasileiros. (JORNAL DE BRASÍLIA, 2016). Também na Alemanha, o estado ganhou o certificado de parceria premium do Medical Valley, um dos mais prestigiados centros de tecnologia e pesquisa médica. Além do Rio Grande do Sul, o centro tem parceria em apenas duas outras regiões do mundo. (JORNAL DE BRASÍLIA, 2016).

Salienta-se, também em 2016, a reunião do governador Sartori com o então ministro das Relações Exteriores, José Serra, em que o aquele afirmou que tinha intenções de promover missões à Argentina para aproximar as relações de ambos. (ALCANTARA, 2016). Segundo o governador:

Solicitamos ao ministro Serra que nos auxilie no contato com a Embaixada do Brasil na Argentina, a fim de conseguir apoio para essa programação. A aproximação dos países do Mercosul e o relacionamento diplomático devem fazer parte de um esforço nacional, e não apenas do Rio Grande do Sul. (ALCANTARA, 2016, n.p.).

O principal objetivo da visita à Argentina foi atrair negócios entre empresas do Rio Grande do Sul e da Argentina, para que assim se formassem novos mercados, beneficiando ambos países. Na prática, o governo gaúcho buscou instigar parcerias na iniciativa privada de ambos os países. (JACOBSEN, 2016). Segundo o

entendimento do governo à época, não havia mais espaço para o fortalecimento do bloco econômico do Mercosul, existindo somente a viabilidade de novos mercados internacionais. (JACOBSEN, 2016). Esta linha de pensamento condiz com o plano de governo do estado que sequer cita o Mercosul.

Essa concepção era alinhada com o governo central à época, o que resultou, em 2017, do convite do então presidente Michel Temer ao governador Sartori para acompanhar a primeira visita do presidente argentino, Mauricio Macri, ao Brasil. Durante este evento, Sartori propôs uma agenda de integração econômica para aumentar a competitividade de ambos mercados no cenário internacional. (ALCANTARA, 2017).

No mesmo ano, 2017, foi realizado em Porto Alegre a primeira Reunião de Governadores Brasil Sul e Argentina, na qual o Rio Grande do Sul tinha como propósito forjar conexões entre as economias do Mercosul e os mercados internacionais. (SARTORI, 2017; GOVERNO DO ESTADO. RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2017, 2018). Nesta reunião, o governador gaúcho apresentou interesse em incluir Uruguai e Paraguai neste esforço. (SARTORI, 2017). Deste evento resultou a instalação de um Centro de Promoção Comercial e de Investimentos na capital do estado gaúcho, Porto Alegre, local que facilitaria negócios na região, visando especialmente as pequenas e médias empresas. (SARTORI, 2017).

Como destaca Jardim (2019), ao comparar os governos de Tarso Genro e Sartori, ambas gestões priorizaram as mesmas regiões durante suas gestões, América Latina e Europa, compondo cerca de 70% das tratativas totais. Por fim, conclui-se que, apesar do governo Sartori ter recebido mais missões estrangeiras que seu antecessor, não se teve proatividade, ou seja, ele mais recebeu autoridades estrangeiras do que foi ao seu encontro diferentemente do que fez o governo de Tarso Genro.

No que tange às principais ações do Estado do Rio Grande do Sul, no plano internacional, vê-se que a agenda pode ser desdobrada em três grandes braços, quais sejam: a integração regional; a inserção na economia mundial e a cooperação internacional.

Do acima descrito, acerca das políticas implementadas pelos diferentes governos, percebe-se que apesar de esses três temas serem constantes, não há

indicação da existência de uma estratégia contínua, refletida e articulada, por parte do estado gaúcho, para agir no cenário externo. (SALOMÓN; NUNES, C., 2007).

De forma sintética, elaborou-se a seguinte tabela para se apresentar a evolução da paradiplomacia do Estado do Rio Grande do Sul, por governo, dentro do período de estudo deste subcapítulo (1987-2018), com seus objetivos, principais parceiros e as secretarias responsáveis.

Tabela 1 – Evolução da agenda paradiplomática do RS e Estrutura Institucional

Mandato	Governador	Partido	Prioridades em RI	Principais parceiros	Estrutura Institucional
1987-1990	Pedro Simon	PMDB	Integração Regional Fronteiras; Desenvolvimento de Infraestrutura; Trocas Culturais e Acadêmicas	Países do Cone Sul USA Espanha Japão	SEAI. Secretaria especial dos assuntos internacionais
1991-1994	Alceu Collares	PDT	Relações Econômicas; Integração Regional	Países do Cone Sul	SEAI. Secretaria Especial de assuntos Internacionais
1995-1998	Antônio Britto	PMDB	Relações Econômicas; Integração Regional	Países do Cone Sul Japão Canadá Estados Unidos	SEDAI. Secretaria de desenvolvimento e dos assuntos internacionais (1995-1996) SEDAI. Departamento de assuntos internacionais e integração latino-americana (1996-1999)
1999-2002	Olívio Dutra	PT	Relações Econômicas; Integração Regional; Cooperação Técnica	Países do Cone Sul Canadá Países Europeus	SEDAI. Departamento de assuntos internacionais e Integração Latino-americana
2003-2006	Germano Rigotto	PMDB	Relações Econômicas; Integração Regional	Países do Cone Sul Outros Parceiros: <i>ad hoc</i>	SEDAI. Departamento de assuntos internacionais e Integração Latino americana
2007-2010	Yeda Crusius	PSDB	Relações Econômicas; Integração Regional	Países do Cone Sul Itália Outros parceiros: <i>ad hoc</i>	SEDAI. Departamento de assuntos internacionais e Integração Latino-americana
2011-2014	Tarso Genro	PT	Relações Econômicas (agricultura); Integração Regional; Relações Político-Institucional; Relações Culturais; Relações com Países da América Latina	Países do Cone Sul Cuba Manitoba (Canadá) Shiga (Japão) Chungnam-Do (Coreia do Sul)	SDPI (Secretaria do Desenvolvimento e Promoção do Investimento); AGDI (Agência Gaúcha de Desenvolvimento e Promoção do Investimento); ACRI (Assessoria de Cooperação e Relações Internacionais).
2015-2018	José Ivo Sartori	PMDB	Relações Econômicas; Integração Regional	Países do Cone Sul	SDECT (Secretaria do Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia).

Elaborada com base nas tabelas constantes do trabalho de Marié, Solène (2018, p.364-365; 370), onde se acrescentaram os dados referentes ao governo José Ivo Sartori, bem como a AGDI e SDPI pertencentes à estrutura Institucional do governo Tarso Genro. Tradução nossa.

3 Convênio de Fraternidade entre o Estado do Rio Grande do Sul e a Província de Shiga

Neste capítulo irá se abordar, de forma específica, o Convênio de Fraternidade firmado entre a Província de Shiga e o Estado do Rio Grande do Sul, tendo em vista a busca de resultados alcançados por este irmanamento. Para tal, primeiramente, analisar-se-á as relações entre Brasil e Japão, de forma breve, para que seja possível adentrar nas relações entre o Estado do Rio Grande do Sul e Japão, mais especificamente no que se refere à imigração japonesa. Por fim, será apresentado e detalhado o Convênio de Fraternidade em seus objetivos, projetos e principais resultados. Esta última seção, conta, também, com as informações obtidas por meio de entrevistas realizadas com servidores públicos gaúchos atuantes na área internacional do Estado.

3.1 Relações Brasil e Japão

As relações entre Brasil e Japão foram iniciadas com a celebração do Tratado de Amizade, Comércio e Navegação, em 1895, que foi assinado em Paris. É considerado como o evento inaugural não só das relações diplomáticas, mas também da cooperação bilateral entre os dois países.

Esse tratado caracterizou-se como a primeira tratativa com um país asiático e ao, mesmo tempo, foi o primeiro contato japonês com a América Latina. (LAFER, 2018). Segundo Lafer (2018) e Yamamura (2016), tratados anteriores japoneses foram sempre marcados por uma desigualdade entre as partes, porém o Tratado de Amizade, Comércio e Navegação com o Brasil foi o primeiro em que ambas as partes foram tratadas como iguais. Na época, a Europa era o centro da geopolítica global, assim, dois países periféricos e longínquos como Brasil e Japão ao iniciarem e desenvolverem essas tratativas revelaram a “dimensão verdadeiramente global” dessa relação. (VARGAS, 2017).

Inicialmente, o Tratado foi usado para propósitos principalmente imigratórios. (LAFER, 2018). A partir da celebração do Tratado iniciou-se a vinda da população japonesa ao país com fins de se estabelecer no país. (LAFER, 2018). Porém, apenas 13 anos depois da assinatura do tratado foi que o primeiro navio japonês, o Kasato Maru, chegou ao Brasil, em 1908. (YAMAMURA, 1996).

O Brasil era visto como um país atraente aos japoneses, por sua grande extensão territorial, bem como pela grande escassez de mão de obra. (YAMAMURA, 1996). A falta da mão de obra, em território brasileiro, era consequência da abolição da escravidão em 1888, fato que exigiu uma nova política governamental para sua obtenção. Como destacam Santos, Dolle, Gaudioso (2003, p.58), “A cultura brasileira atrai os japoneses principalmente em função da amizade, do humanismo, da liberdade, do otimismo, da alegria, das festas e do esporte”.

De acordo com Yamamura (1996, p.140), o governo brasileiro buscava uma maneira de substituir os trabalhadores escravos e o modo que acharam foi a busca da imigração asiática para que: “[...] os ‘amarelos’ [servissem] como mão de obra servil, considerando-os como uma fase intermediária na transição de mão de obra negra e escrava para o trabalho branco e livre”. O governo japonês buscou ao máximo, durante as negociações do tratado com o Brasil, garantir os direitos dos imigrantes japoneses para que eles não fossem submetidos a condições sub-humanas ou análogas à escravidão. (YAMAMURA, 1996).

A imigração japonesa é uma parte importante da história das relações bilaterais dos dois países. Segundo o *site* do Itamaraty (BRASIL, 2020), a comunidade brasileira no Japão é a terceira maior no exterior, já a japonesa, no Brasil, é a maior fora do Japão. Ainda segundo o Itamaraty (BRASIL, 2020), esse vínculo humano é uma força muito grande nas relações entre os países.

Devido ao contexto internacional da Segunda Guerra Mundial, e ao se encontrarem em lados opostos na Guerra, em 1942 o governo brasileiro cortou relações diplomáticas com o Japão. Apenas em 1952 as relações diplomáticas seriam reestabelecidas. (BRASIL, 2020). Como destaca Uehara (2016, p.10) e de acordo com a Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA), “a cooperação entre o Brasil e o Japão se inicia nos anos 1950”.

As décadas de 1950 e 1960 foram marcadas pela vinda de várias empresas japonesas ao Brasil, tais como a automobilística Toyota, que instalou sua primeira fábrica fora do Japão, em 1958, em São Paulo (VARGAS, 2017); a Pilot Pen Corporation e o Fuji Bank, em 1954. (CAVALCANTE, 2015). Porém, como destaca Amorim (1991, p.91 apud CAVALCANTE, 2015 p.32) “a instalação da TOYOTA em 1958, por sua vez, decepcionou ao ‘se contentar com uma pequena produção de jipes’ e não ter conseguido entrar no mercado de veículos de passageiros”.

Também, nesse período, criou-se a Usina Siderúrgica de Minas Gerais S.A (USIMINAS) que contou com a participação de capital japonês, em 1956, e representou um dos maiores investimentos do Japão no Brasil. (CAVALCANTE, 2015). A USIMINAS transformou-se em uma das maiores usinas do país fornecendo matérias primas para diversos setores industriais, como o automobilístico, naval petrolífero e petroquímico. Outro grande marco do investimento japonês no Brasil foi a construção do estaleiro Ishikawajima do Brasil Estaleiros S.A., ISHIBRÁS, que contou com a tecnologia japonesa. (CAVALCANTE, 2015).

Durante a segunda metade dos anos 1960, contudo, houve uma retração dos investimentos japoneses no Brasil, devido a instabilidades políticas e econômicas no Brasil. (UEHARA, 2006). Importante destacar que nesse período o Japão tinha pouca experiência com investimentos estrangeiros, portanto, um país com estabilidade política e econômica era um fator de extrema importância. (UEHARA, 2006).

Porém, a partir dos anos 1970 há um crescimento da economia brasileira, devido à política governamental de incentivos a investimentos que surtiu efeito, pois ingressa grande fluxo de investimentos estrangeiros no Brasil. (UEHARA, 2006). Como ocorreu com outros países, o Japão retomou seus investimentos no Brasil.

Contudo, essa retomada teve pouca duração visto que já em 1973 a economia brasileira apresentava sinais de esgotamento de fatores que proporcionaram seu crescimento, somada à crise do petróleo, a economia brasileira acabou em uma situação grave. (UEHARA, 2006).

No ano seguinte, 1974, o governo brasileiro procurou resolver seus problemas através do Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (PND II) que proporcionou oportunidades de novos investimentos japoneses no Brasil. (UEHARA, 2006). Por fim, como destaca Uehara (2006, p. 11): “A retomada do crescimento econômico do final dos anos 60 e início dos anos 70 serviu para despertar o interesse dos investimentos estrangeiros, incluindo os de origem alemã e japonesa.” Segundo Barbosa (1994, p.345 apud VARGAS, 2017, p.68), na década de 70 o Brasil era o terceiro país que mais recebia capital japonês.

Além da retomada da economia brasileira, outros fatores colaboraram para o interesse japonês no País, destacam-se, especialmente, a dependência de recursos naturais, à medida que a economia japonesa crescia, e a abundância desses recursos no Brasil. (UEHARA, 2006). Como ressalva Cavalcante (2015), o Japão se

posicionava como um fornecedor de tecnologia e bens manufaturados, enquanto o Brasil se colocava no mercado japonês como um fornecedor de insumos essenciais à indústria japonesa.

Em 1976, abriu-se o escritório da JICA (Japan International Cooperation Agency) no Brasil, dois anos após sua fundação, e tinha como objetivo a cooperação técnica entre Japão e Brasil, sendo uma das primeiras iniciativas na área. (SANT'ANNA, 2013). A JICA, agência do governo japonês responsável pela implementação da Assistência Oficial para o Desenvolvimento (*Official Development Assistance*), tem como missão apoiar o crescimento e a estabilidade sócio-econômica dos países em desenvolvimento com o objetivo de contribuir para a construção da paz e o desenvolvimento da sociedade internacional, atuando, por exemplo, na proteção e prevenção de problemas ambientais. (JICA, 2020).

No Brasil algumas áreas definidas como foco pela JICA são: meio ambiente; desenvolvimento social; projetos de cooperação técnica; projetos de cooperação científica; entre outras. (SANT'ANNA, 2013). Isso, devido às consequências causados pela rápida urbanização decorrente do desenvolvimento econômico brasileiro. (JICA, 2020).

Nesta década, os investimentos japoneses priorizaram certos setores da economia como (UEHARA, 2006, p.18) “[...] os setores petroquímico, siderúrgico, de alumínio, de papel e celulose e de fertilizantes”.

Portanto, de forma geral,

Durante a década de 1970 os maiores fluxos de investimentos diretos no país ocorreram nos anos 1973 a 1975, quando o Japão, castigado pelo choque de petróleo, procurou transferir para o exterior as indústrias que exigiam uso intensivo de energia e outros recursos naturais. (UEHARA, 2006, p. 14).

A década de 1980 foi marcante para as relações bilaterais, pois devido à instabilidade econômica brasileira, caracterizada pelo expressivo aumento da inflação e pela crise da dívida externa, o Japão reduziu seu otimismo com o Brasil. (VARGAS, 2017). Como dito anteriormente, o Japão preza que seus investimentos sejam direcionados a países com economias estáveis, portanto, enquanto que no ano de 1979 o Japão investiu US\$ 137,3 milhões, em 1980, esse investimento caiu para apenas US\$ 75,3 milhões. (UEHARA, 2006).

No entanto, apesar disso, o Acordo sobre Cooperação nos Campos da Ciência e da Tecnologia foi firmado em 1984 pelos dois países e promovia a

cooperação nos princípios de igualdade e benefício mútuo. Apesar da primeira reunião sobre a cooperação ter ocorrido no mesmo ano, a cooperação propriamente dita ficou estagnada pelos vinte anos seguintes. (SANT'ANNA, 2013). Como destaca Cavalcante (2015, p.51),

De maneira geral, a década de 1980 pode ser interpretada como um momento de inflexão no relacionamento nipo-brasileiro. De um lado, o relacionamento comercial se mantinha em decorrência das demandas de cada lado, com o Brasil buscando bens industriais [...]. De outro lado, o Japão, consciente das fragilidades brasileiras, redirecionava significativamente seus investimentos para outras regiões.

O pessimismo japonês quanto à economia brasileira perdurou durante a década de 1990. Importante salientar que durante a década de 1980 houve um grande fluxo migratório brasileiro para o Japão (VARGAS, 2017), um fluxo contrário ao que ocorreu anteriormente até meados dos anos 50.

Durante a década de 1990, o Japão enfrentava uma crise econômica o que contribuiu para a redução de investimentos externos japoneses. Porém, a partir de 1994, com o controle da inflação brasileira, viu-se uma retomada dos investimentos japoneses. (UEHARA, 2016). De acordo com Uehara (2016, p.12), “[...] nota-se que a ausência da estrutura bipolar da Guerra Fria abriu espaços para que tanto o Brasil, como o Japão, possa ampliar sua inserção internacional”.

Portanto, as décadas de 1980 e 1990 foram marcadas pela perda de entusiasmo entre Brasil e Japão, bem como pela redução de importância de um para com o outro, visto que o Japão passa a concentrar seus esforços e interesses em países desenvolvidos, onde estavam concentrados os seus principais mercados. (CAVALCANTE, 2015). Portanto, conforme Henrique Altemani de Oliveira (1994, p.177 apud CAVALCANTE, 2015, p.56) afirma que as relações entre ambos países neste período passa por:

um processo de retração a partir do início dos anos 80, em decorrência, em parte, da diminuição da importância da garantia do fornecimento de matérias prima, seja pelo aumento da oferta como pela queda dos preços reais e, de outra, pela aceleração da crise econômica brasileira.

Vigevani e Cepaluni (2016) destacam que o Japão não teve participação nos processos de privatização implementadas pelo governo brasileiro nos anos 1990. Porém, as políticas macroeconômicas governamentais e a consequente estabilidade econômica trazida pelo governo Fernando Henrique Cardoso (1994-2003),

transmitiram confiança às empresas japonesas que passou a cooperar com o Brasil em alguns projetos. Faz-se especial destaque aos projetos na área de “[...] Meio ambiente, como o desenvolvimento de combustível ecologicamente correto para o setor automobilístico, e na área sucroalcooleira”. (VIGEVANI; CEPALUNI, 2016, n.p.).

A partir dos anos 2000, viu-se uma reaproximação entre os dois países, sendo que “Entre 2001 e 2009, o investimento externo japonês no Brasil somou US\$ 11 bilhões - um aumento de mais de seis vezes em relação à década anterior”. (VARGAS, 2017, p. 69). Esse investimento teve seu ápice em 2011, quando o Japão se tornou o quarto maior investidor no país. (VARGAS, 2017). A tendência de cooperação comercial entre Brasil e Japão fez com que se tornassem mais próximos, e, assim, em 2015, o Japão tornou-se o sexto maior destino das exportações do Brasil e, no que diz respeito às importações, o Japão foi o sexta maior origem das importações brasileiras. (UEHARA, 2016).

Os anos 2000 foram marcados, também, pela retomada da cooperação de Ciência e Tecnologia (C&T), quando o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva visitou o Japão em 2005. (SANT’ANNA, 2013). Assim, em 2008, em conjunto com a celebração do centenário da imigração japonesa, comemorou-se a reativação da cooperação bilateral técnica. (SANT’ANNA, 2013).

A visita do presidente em 2005, ao Japão, resultou, também, em:

[...] declarações específicas sobre uma série de temas candentes da agenda internacional, como reforma das Nações Unidas e desenvolvimento sustentável, indicando o desejo dos dois países de estreitarem o diálogo nessas áreas. (VARGAS, 2017, p. 80).

No que diz respeito à cooperação técnica bilateral, destaca-se o sistema digital de transmissão de sinais de TV na qual o Brasil contou com parceria tecnológica do Japão, que foi escolhido como modelo para a TV digital brasileira. (UEHARA, 2016). Como destaca Sant’anna (2013, p.70) “A preferência pelo sistema japonês em relação a outros sistemas de TV digital mundiais foi justificada pela capacidade de proporcionar alta definição e interatividade para terminais fixos e móveis”.

Como destaca Sant’anna (2013, p.96):

As relações de cooperação em CT&I [Ciência Tecnologia e Inovação] entre Brasil e Japão apresentaram significativo fortalecimento nos primeiros anos do século XXI, mediante a assinatura e a revitalização de acordos, o estabelecimento de comitês bilaterais, com destaque para o Comitê Conjunto para a Cooperação Científica e Tecnológica, e a realização de projetos conjuntos de pesquisa.

Em 2014, ambos países voltaram a se aproximar, elevando as relações bilaterais para o nível de Parceria Estratégica Global onde se estabeleceu, também, o Diálogo Brasil-Japão, evento em que Chanceleres se reuniram anualmente para a discussão de temas políticos, estratégicos e econômicos. (CAVALCANTE, 2015).

Isto posto, é possível se observar que as relações entre Brasil e Japão envolvem diversos âmbitos, desde laços populacionais a laços econômicos e tecnológicos. Desta forma, apesar da distância geográfica entre os países é inegável a importância que o Japão tem para o Brasil e o mesmo pode-se afirmar pelo lado japonês. É importante salientar, como lembra Cavalcante (2015, p.19),

Apesar das tendências positivas no relacionamento nipo-brasileiro, a célere expansão chinesa tem levado à reestruturação dos espaços regionais e globais provocando um possível ofuscamento daquelas, tendo em vista a intensificação da diplomacia brasileira com a China. Não obstante, cabe ressaltar que apesar desse fenômeno, as relações entre Brasil e Japão têm sido mantidas ao longo de muitos anos estando, assim, firmadas em bases consistentes e capazes de beneficiar ambos por muito mais tempo.

3.2 Relações Rio Grande do Sul e Japão

Enquanto a imigração japonesa para o Brasil teve início em 1908, com a chegada do navio Kasato-Maru, no Rio Grande do Sul os japoneses apenas chegaram em 1955. (TANAKA, 2014). Os primeiros imigrantes que chegaram ao estado gaúcho, ao contrário dos primeiros grupos que aportaram no Brasil, vieram sem auxílio ou tutela do governo japonês e foi somente na década seguinte que o governo japonês passou a auxiliar o processo. (TANAKA, 2014).

Para os imigrantes japoneses o processo de imigração possibilitaria a ascensão social e econômica, portanto, a partida para o estado:

é justificada pelo Rio Grande do Sul apresentar políticas atrativas com índices de trabalho e expectativas satisfatórias, o que consequentemente, proporciona melhores condições de vida. (NASCIMENTO; BEZZI, 2012, p.4).

Os recém chegados japoneses estabeleceram-se próximo a centros urbanos, sendo que “Muitos deles encontraram colocação em propriedades mais extensas onde lhes foi dado cultivar arroz, feijão e soja enquanto nas de menor porte a preferência foi para a horticultura, a floricultura e a fruticultura”. (NOGUEIRA, 1984, p.174).

Situada a 50 km da capital gaúcha, Porto Alegre, a Colônia japonesa de Ivoti foi fundada em 1967, só que desta vez com auxílio governamental japonês, com o apoio da Jamic Imigração e Colonização Ltda., a atual JICA. (TANAKA, 2014; GAUDIOSO; SOARES, 2017). Após a fundação da Colônia de Ivoti, foram fundadas: a Colônia de Itati, em 1968, e a Colônia de Itapuã, em 1975, ambas com auxílio do governo japonês. (TANAKA, 2014).

Inicialmente, em Ivoti, os imigrantes trabalharam na criação de frangos, porém em seguida passaram a focar na plantação de morangos e uvas. (SANTOS; DOLL; GAUDIOSO, 2003). Nota-se, também, que a integração efetiva dos imigrantes japoneses ocorreu apenas na segunda geração, pois ao frequentarem as escolas integraram-se à sociedade brasileira, visto que “Atualmente algumas pessoas ainda possuem dificuldade para falar o português, especialmente, os idosos”. (SANTOS; DOLL; GAUDIOSO, 2003, p.54). A cidade de Ivoti tem como título, a “Cidade das Flores e dos Nipo-gaúchos” o que demonstra não só a influência japonesa na cidade, mas também a associação entre os imigrantes e a floricultura e a hortifruticultura. (NIPPO, 2020).

Além das colônias de Ivoti, Itati e Itapuã, os japoneses estabeleceram-se em outras cidades gaúchas, como a cidade de Santa Maria, por exemplo. Segundo Nascimento e Bezzi (2012), muitos japoneses foram à cidade de Santa Maria, pois culturalmente a educação é muito importante para os japoneses e Santa Maria conta com uma universidade pública. Porém, as mesmas autoras destacam que

[...] na atualidade a contribuição do imigrante japonês na organização espacial de Santa Maria é restrita, limitando-se as floriculturas, restaurantes e lojas comerciais. Esta evidência demonstra que este grupo social é uma cultura híbrida, ou seja, que se inseriu na cultura local diminuindo a sua expressividade enquanto grupo étnico. (NASCIMENTO; BEZZI, 2012, p.11).

Portanto, percebe-se que no Rio Grande do Sul, em função desse processo imigratório, estabeleceram-se vínculos com o Japão, o que pode ter contribuído para a assinatura do Convênio de Fraternidade assinado, em 1980, pelo Estado do Rio Grande do Sul e pela Província de Shiga.

3.2.1 Convênio de Fraternidade Rio Grande do Sul e Shiga

Em 5 de maio de 1980 foi assinado, pelos governadores José Augusto do Amaral de Souza e Masayoshi Takamura, o Convênio de Fraternidade entre o Estado do Rio Grande do Sul e a Província de Shiga, que consta como Anexo 1 deste trabalho. Em sua primeira cláusula, ficaram declarados “Estados-Irmãos” ambas as partes. Na segunda cláusula, foram delimitadas as áreas, de caráter permanente, de intercâmbio e cooperação, sendo elas: educação e cultura; economia e tecnologia; política e administração e, por fim, relacionamento popular. (ANEXO 1).

A província de Shiga localiza-se na parte central do Japão, próximo a Quioto, capital do país até o ano de 1868, com a revolução Meiji. A província de Shiga é conhecida pela presença do Lago Biwa, o maior lago de água doce do País e é, também, um dos mais antigos do mundo. (SEDAI, [2006?a]; SEDA, [2005?]). O Lago Biwa tem seu nome devido ao seu formato que se assemelha a um *biwa*, instrumento de quatro cordas de origem chinesa, que foi levado ao Japão. (SEDAI, [2006?a]; SEDA, [2005?]). A Lagoa dos Patos, no Rio Grande do Sul, é a maior lagoa do Brasil, sendo assim, símbolo do irmanamento entre as duas regiões. (SEDAI, [2006?a]).

Para a Província de Shiga, o Lago Biwa é extremamente importante, pois as suas águas servem “para irrigação, consumo humano, turismo, lazer (esportes aquáticos e pesca), geração de energia e outros fins industriais”. (SEDAI, [2006?a], n.p.). A energia fornecida pelo Lago Biwa abastece as zonas industriais de Quioto,

Osaka e Kobe, região chamada de cinturão industrial de Keihanshin. (SEDAI, [2006?a]).

A capital de Shiga, cidade de Otsu, possui mais de 300 mil habitantes, enquanto que a população da Província de Shiga passa dos 1,3 milhões de habitantes. (SEDAI, [2006?a]). Em Shiga, os estrangeiros compõem apenas 1,8% da população e destes, mais de 1% são brasileiros. Os principais problemas enfrentados por essa população é a falta de acesso à saúde e à educação devido às barreiras linguísticas. (SEDAI, [2006?a]).

Em função disso, em dezembro de 2006, o governo do Estado do Rio Grande do Sul doou à Província de Shiga 482 livros didáticos em português, os quais incluíam dicionários e coleções, para uso de alunos brasileiros que cursam o ensino fundamental. (SDECT, [2015?]). A doação foi realizada durante o governo de Germano Rigotto, em 2006, durante a missão ao Japão e buscou melhorar a adaptação dos filhos de brasileiros que moram na Província. (SDECT, [2015?]).

No que diz respeito à produção industrial de Shiga, a fabricação de equipamentos elétricos corresponde a aproximadamente 27% do total, seguido de maquinário em geral (~11%) e equipamentos de transporte (~10%). Nota-se, também, que Shiga é sede de diversas empresas de grande porte como a IBM Japão e Matsushita Electric Industrial Co., Ltd. (SDECT, [2015?]).

Como dito anteriormente, o símbolo do irmanamento entre as duas regiões é o Lago Biwa e a Lagoa dos Patos. Como destacam Matsumoto, Cezário, Reis-Cardoso e Jesus (2016), o irmanamento entre regiões e/ou cidades é a forma mais antiga e conhecida de cooperação descentralizada entre entes subnacionais. Por meio do irmanamento, ficam estabelecidas relações de amizade que objetivam a aproximação de suas comunidades, intercâmbios culturais e apoio mútuo a projetos de desenvolvimento. (MATSUMOTO; CEZÁRIO; REIS-CARDOSO; JESUS, 2016).

Destaca-se, também, que os irmanamentos devem ocorrer considerando-se as suas semelhanças e diferenças, porém devem ter em vista a complementaridade entre as cidades ou regiões. (MATSUMOTO; CEZÁRIO; REIS-CARDOSO; JESUS, 2016).

No caso de Shiga e Rio Grande do Sul, a Lagoa dos Patos e o Lago Biwa são aspectos semelhantes entre as duas regiões que proporcionaram projetos de cooperação técnica, enquanto que a sua complementaridade pode ser entendida através de um viés econômico e industrial.

Desta forma, pode-se dizer que:

O clássico irmanamento entre cidades (*twin cities*, *sister cities*, cidades geminadas) - [é] uma forma de contato legal e social entre as cidades, vilas, municípios, províncias, regiões e estados, em áreas geográfica e politicamente distintas, com o propósito de promoção de laços culturais e comerciais. (APRIGIO, 2016, p.28, grifo do autor).

Três anos após a assinatura do Convênio, em 1983, portanto, e a fim de celebrar a relação recém estabelecida, o governo de Shiga doou ao Município de Porto Alegre a Praça de Shiga, um jardim tipicamente japonês projetado pelo arquiteto e paisagista Kunie Ito e localizado junto aos bairros IAPI e Higienópolis. (SEDAI, [2006?a]). Para o Estado do Rio Grande do Sul foram doados painéis fotográficos e peças de artesanato e cerâmica típicas da região. (SEDAI, 2006b).

Inicialmente, na década de 80, o foco do intercâmbio se deu na área de agricultura, especialmente na área de piscicultura. Tal fato, gerou, para o Rio Grande do Sul, o recebimento de diversas missões técnicas provenientes de Shiga, bem como o envio de diversos técnicos para fins de aperfeiçoamento à Shiga. (FESTIVAL DO JAPÃO-RS, 2020).

Em contato realizado com a Secretaria atualmente encarregada da gestão do Convênio RS-Shiga, a Secretaria Estadual de Desenvolvimento Econômico e Turismo (SEDETUR), teve-se a oportunidade de coletar informações que esclarecessem os aspectos mais práticos do Convênio, bem como no que se refere à estrutura institucional do aparato administrativo estadual encarregado da gestão e acompanhamento das ações internacionais do Rio Grande do Sul. Foram entrevistados os seguintes servidores: Márcia Nunes, Leonardo H. Neves e Marcelo Baumgarten.

Márcia Nunes é servidora aposentada da SDECT, tendo atuado nas diferentes Secretarias encarregadas da atuação internacional do Rio Grande do Sul no período de 1986 até 2018, e, durante este período, participou ativamente das negociações relevantes do Convênio. Leonardo Neves e Marcelo Baumgarten trabalham atualmente na SEDETUR, sendo o primeiro diretor do Departamento de Promoção Comercial e Assuntos Internacionais e o segundo diretor do Departamento de Desenvolvimento Econômico.

No que diz respeito aos anos iniciais de vigência do Convênio, conforme Nunes M.,(2020), a atuação concentrou-se na área da agricultura. Tratava-se, sobretudo, de um intercâmbio de tecnologias na área da piscicultura e da agricultura.

Acrescentou, ainda, que naquele momento não havia uma secretaria específica para tratar de relações internacionais (a SEAI só seria criada em 1987). Dessa forma, as ações de cooperação técnica relativas ao Convênio de Fraternidade ocorreram, sobretudo, no âmbito da FEPAGRO (Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária), vinculada à Secretaria da Agricultura. (NUNES M., 2020).

A partir da criação da SEAI, no entanto, o Convênio ganhou uma nova dimensão e visibilidade. A SEAI, responsável por coordenar todas as ações internacionais do governo do Estado, empreendeu importantes esforços no sentido de divulgar ao conjunto de Secretarias Estaduais as possibilidades de cooperação técnica abertas pelo Convênio de Fraternidade assinado com a Província de Shiga. (NUNES M., 2020).

Em 1990, último ano do mandato do governador gaúcho Pedro Simon, ampliou-se o objeto do Convênio de Fraternidade com o objetivo de aumentar e promover novas áreas em relação às originalmente previstas, tendo como principal foco o campo técnico-científico. Esse Termo do Convênio encontra-se no Anexo 2 deste trabalho.

No que diz respeito às áreas de intercâmbio técnico-científico, elencaram-se quatro principais setores, relacionados a seguir: Biotecnologia, Meio Ambiente e Ecologia, Ciência e Engenharia de Materiais e, por último, Tecnologia Industrial. (ANEXO 2). No Termo definiu-se, também, de que forma seriam desenvolvidos os intercâmbios técnico-científicos, ficando estabelecido que se daria por meio de intercâmbios de técnicos e pesquisadores de forma simultânea à troca de informações e o desenvolvimento conjunto de pesquisa. (ANEXO 2).

Enfatiza-se que neste segundo documento, a coordenação dos referidos intercâmbios ficou sob responsabilidade da SEAI. Em 1991, um ano após o estabelecimento dos novos termos do Convênio de Fraternidade, estabeleceu-se a Associação dos Amigos de Shiga (AMISHI), uma entidade civil, sem fins lucrativos, com sede em Porto Alegre. (SEDAI, [2006?a]). A AMISHI tem como objetivo promover as atividades culturais e sociais com Shiga e seus associados são técnicos e políticos que visitaram a província ou realizaram estágio técnico. (SEDAI, [2006?a]).

No governo seguinte, de Alceu Collares, realizou-se uma missão técnica à Shiga composta por técnicos da Secretaria do Desenvolvimento Econômico e Social e do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI). A missão teve como

objetivo conhecer programas de qualidade e produtividade em órgãos de governo e em empresas. As ações com vistas ao planejamento do Programa Gaúcho da Qualidade e da Produtividade (PGQP), instituído em 1992, foram subsidiadas pelos conhecimentos e experiências adquiridos na missão. (NEVES, 2020)

No ano de 1992, assinou-se a “Nota Conjunta sobre o Desenvolvimento do Intercâmbio nas Áreas de Educação e do Meio-Ambiente (sic) entre o Estado do Rio Grande do Sul e a Província de Shiga”, que está presente no Anexo 3 deste trabalho. O novo documento teve como finalidade desenvolver o intercâmbio em duas áreas específicas: Meio Ambiente e Educação. (ANEXO 3).

Na área de Meio Ambiente salientou-se, no documento, o símbolo do irmanamento sintetizado pelo Lago Biwa e a Lagoa dos Patos; afirmou-se, também, que ambas as partes se comprometiam a harmonizar seus projetos na preservação do meio ambiente. Portanto, sugeriu-se a troca de técnicos e especialistas, o intercâmbio de informações e a realização de pesquisas conjuntas, bem como a ampliação das ações anteriormente mencionadas. (ANEXO 3).

Já na área do intercâmbio Educacional, definiu-se que ambos, o Estado do Rio Grande do Sul e a Província de Shiga, comprometiam-se à promoção de esforços, em conjunto, no setor educacional, abrangendo as áreas do Ensino Técnico e da Educação Ambiental. Esse empenho se daria tendo em vista um desenvolvimento regional integrado com ênfase no bem estar comum. (ANEXO 3).

Quatro anos depois, em 1996, o governador Antônio Britto assinou a Nota Conjunta para a Promoção de Pesquisa Conjunta (ANEXO 4), em que foi ratificado o compromisso na área de Tecnologia Industrial. Em documento anexo à Nota Conjunta (ANEXO 5) ficaram definidas temas de pesquisa, sendo o primeiro deles a respeito da “Pesquisa de Tecnologia de Prevenção contra a Poluição Ambiental através do aproveitamento de recursos naturais extraídos no Estado do Rio Grande do Sul”. O segundo tema de pesquisa referiu-se à “Pesquisa de Tecnologia de Produção de Matéria-Prima para a Construção Civil e Vasos para Plantas Ornamentais, utilizando-se argila resultante da extração de carvão mineral da região de Candiota, no Estado do Rio Grande do Sul”. (ANEXO 5).

Sendo assim, ao longo do governo Britto, bem como do seu sucessor, Olívio Dutra, foram desenvolvidas pesquisas concomitantes entre a Fundação de Ciência e Tecnologia (CIENTEC) e o Centro Integrado de Tecnologia Industrial (CITIS) de Shiga. (SEDAI, [2006?a]). As análises buscavam desenvolver zeólitas, mineral

poroso, utilizado para a purificação ambiental, que se forma a partir das cinzas geradas na extração de carvão. Buscava-se, também, produzir-se carvão ativo tendo como base a casca de arroz. (SEDAI, [2006?a]).

Além destas pesquisas, foi desenvolvido projeto envolvendo a Companhia Rio-grandense de Mineração (CRM) e o Instituto de Pesquisa Cerâmica de Shiragaki, em Shiga. (SEDAI, [2006?a]). O propósito desta ação conjunta foi de “avaliar diferentes composições de argila com cinzas geradas na extração e na queima do carvão das minas de Candiota para produzir objetos em cerâmica, como azulejos, pisos, tijolos refratários e objetos ornamentais”. (SEDAI, [2006?a], n.p.).

Conforme Márcia Nunes (2020), esta foi uma importante pesquisa realizada no âmbito da cooperação técnica, com fins de aproveitamento dos rejeitos da extração do carvão, como argila e cinzas. Ainda, segundo Márcia Nunes (2020), a pesquisa tinha por objetivo verificar a viabilidade da utilização de tais rejeitos, presentes em proporções significativas na região, como insumos para a produção de cerâmica. O projeto, além de sua dimensão ambiental, pelo aproveitamento desses resíduos, tinha, também, o objetivo de fomentar o desenvolvimento da região.

Como consequência desta cooperação, o governo Olívio Dutra instituiu programa de desenvolvimento regional intitulado Polo Cerâmico da Região da Campanha, o qual previa o uso dos resultados da pesquisa realizada no âmbito da cooperação técnica entre Shiga e o Rio Grande do Sul que indicaram que a mistura das cinzas e argila permitia a produção de itens cerâmicos de alta qualidade. Pretendeu-se, à época, atrair-se empresas do segmento cerâmico para a região. (SEDAI, [2006?a]).

Percebe-se, então, que as modalidades de cooperação até aqui citadas, têm como principal objetivo a preservação ambiental. Nota-se, porém, que a cooperação na área do meio ambiente só fez parte do Convênio, de forma oficial, em 1990 (ANEXO 2), dez anos após a sua assinatura, quando se buscou promover o intercâmbio técnico-científico. Desta maneira, desenvolveram-se diversos projetos e programas de cooperação técnico e técnico-científico.

Por exemplo, a *Bolsa de 8 Meses*, negociada durante o governo Pedro Simon (1987-1990), e substituída em 2004 pela *Bolsa de 6 Meses*, é uma modalidade de estágio técnico em entidades ou empresas em Shiga. (SEDAI, [2006?a]). Entretanto, é uma parceria unilateral visto que o estado gaúcho não recebe estagiários para treinamento técnico provenientes de Shiga. Os custos da viagem ficam sob

responsabilidade da parte que os recebe e, desta forma, cabem à Província de Shiga os encargos referentes ao alojamento, transporte, alimentação e viagens de estudo. (SEDAI, [2006?a]). Até o ano de 2015, 44 técnicos gaúchos participaram do intercâmbio, principalmente nas áreas de: meio ambiente; biotecnologia; tecnologia industrial; saúde; agricultura; educação; informática; piscicultura e telemetria. (SDECT, [2015?]).

Destaca-se, na esfera de meio ambiente, estágios realizados em qualidade de água, controle de poluição em ambientes aquáticos e contaminação ambiental. (SDECT, [2015?]). Essas áreas merecem especial menção, pois refletem a importância do tratamento e qualidade da água, que é o objeto primário do Convênio e está refletido no próprio símbolo do Irmanamento: o Lago Biwa e a Lagoa dos Patos.

Também, no governo Pedro Simon, negociou-se o *Acordo dos 100 Dias* em que foram recebidos 47 técnicos de Shiga e enviados 46 técnicos gaúchos. As áreas abordadas foram: “Meio Ambiente, Agricultura, Piscicultura, Tecnologia Industrial, Biotecnologia, Química, Saneamento, Qualidade, Policiamento, Combate a Incêndios, Educação, Cultura, Ecoturismo e Esportes”. (SDECT, [2015?], n.p.). Em 2004, o *Acordo de 100 Dias* foi substituído pelo *Acordo dos 30 Dias*, porém as áreas em foco permaneceram as mesmas. (SDECT, [2015?]).

De acordo com Márcia Nunes (2020), o *Acordo dos 100 Dias* consistia basicamente no intercâmbio de técnicos durante um período maior. Segundo ela, com esse acordo seria possível, por exemplo, enviar dois técnicos por 50 dias cada um em um intercâmbio específico. Porém, trabalhou-se também com missões mais curtas, em que participaram, também, técnicos do SENAI. Obtiveram-se resultados mais específicos, mas que possibilitaram futuras oportunidades. (NUNES, M., 2020).

Ocorreu, ainda, mais um intercâmbio unilateral no âmbito do Convênio, desta vez, por parte de Shiga, que envolveu o estágio, no Rio Grande do Sul, de funcionários públicos que trabalhavam na International Affairs Division, órgão responsável pelo gerenciamento do Convênio na Província-Irmã. (SEDAI, [2006?a]). De 1996 até 2005 foram recebidos nove servidores que durante sua estadia, de 14 meses, em média, aprenderam português e a cultura brasileira para que, quando retornassem à Província, trabalhassem pelo bom andamento das ações do Convênio de Fraternidade. Ao se aproximarem da cultura brasileira e gaúcha, sobretudo, e da língua portuguesa, esses funcionários ficaram mais capacitados,

também, para auxiliar o governo de Shiga a amparar os imigrantes brasileiros que lá residem. (SEDAI, [2006?a]).

Desta forma, o Rio Grande do Sul enviou técnicos para serem treinados em Shiga, enquanto que também recebeu técnicos provenientes de Shiga. Porém, como a Província tinha mais recursos financeiros, além de missões técnicas, foram feitas missões administrativas, como a citada anteriormente. (NUNES M., 2020).

Nestas visitas feitas pelos técnicos de Shiga, esses, além de aprenderem o português, aprendiam sobre o funcionamento do Governo e demais instituições públicas e privadas do Rio Grande do Sul, para que, desta forma, conseguissem obter um maior aproveitamento do intercâmbio. (NUNES M., 2020). Assim, os técnicos da Província, ao obterem os conhecimentos técnicos e culturais tornavam-se “facilitadores abalizados” para que as cooperações resultantes do Convênio tivessem continuidade, mas, também, possibilitou novas ou melhores possibilidades de treinamento e troca de conhecimentos. (NUNES M., 2020). Assim, pode-se afirmar que houve cooperação administrativa, cultural e, sobretudo, técnica.

De acordo com Márcia Nunes (2020), um dos benefícios perceptíveis da irmanamento entre estados subnacionais é o de servir como facilitador para o acesso dos signatários a instituições dos governos centrais. Sendo assim, em virtude do Convênio previamente firmado com Shiga e graças à intermediação da Província, muitos foram os contatos estabelecidos pelos sucessivos governos do Rio Grande do Sul com instituições japonesas localizadas além dos limites de Shiga. Outro ponto importante, ressaltado por Márcia Nunes (2020), é que os japoneses apreciam e confiam quando as relações são duradouras e como o Rio Grande do Sul teve seu irmanamento com Shiga estabelecida em 1980, este fato gera mais confiança aos japoneses, contribuindo para possíveis relações futuras.

Portanto, o Convênio de Shiga transcende ao campo da cooperação técnica, pois serve, e serviu, também, como um mediador dos interesses do Rio Grande do Sul no Japão. (SEDAI, 2006b). Assim, apesar do irmanamento incluir apenas a Província de Shiga, vê-se desdobramentos do Convênio que não envolvem somente as duas partes assinantes, como por exemplo:

[...] o Projeto Pró-Mar de Dentro, que objetivava desenvolver um plano de gerenciamento ambiental sustentado para as Bacias dos Patos e Mirim, que foi aprovado pela Agência Japonesa de Cooperação Internacional (JICA) durante o governo de Antônio Britto, [que foi realizado] em parte pelo apoio efetivo daquela Província [Shiga]. (SEDAI, [2006?a], n.p.).

O Projeto Pró-Mar de Dentro, também referido como Programa para o Desenvolvimento Racional, Recuperação e Gerenciamento Ambiental da Bacia Hidrográfica Patos/Mirim, foi uma cooperação técnica e científica em conjunto com diversas universidades gaúchas e a JICA que iniciou no governo Alceu Collares (1991-1995) e se estendeu durante o governo Olívio Dutra (1999-2002). (DUTRA, 2001). Os técnicos custeados pela JICA, muitos deles advindos da Província de Shiga, elaboraram estudos e relatórios da situação ambiental das lagoas, o que foi possível devido à experiência prévia que obtiveram ao estudar a situação do Lago Biwa (na Província de Shiga), que passou por processo similar. (DUTRA, 2001; GOVERNO DO ESTADO, 2002). O projeto foi realizado:

[...] com vistas à viabilização de projetos-pilotos nas áreas de gestão ambiental, saneamento e urbanismo, envolvendo a Laguna dos Patos, Lagoa Mirim e a Região Hidrográfica Litorânea (Bacia do Rio Camaquã, Rio São Gonçalo-Mirim e Litoral Médio). (DUTRA, 2001, p.52).

A Província de Shiga foi importante no referido projeto, pois apoiou a solicitação do Estado gaúcho junto à Agência Japonesa de Cooperação Internacional, a JICA, integrante do Governo Federal japonês. (NUNES M., 2020). Desta forma, deu-se uma cooperação triangular entre a JICA, o Governo do Estado do Rio Grande do Sul e a Província de Shiga. (BAUMGARTEN, 2020).

No governo de Yeda Crusius, em 2010, o Convênio de Fraternidade celebrou 30 anos de sua assinatura. Para sua comemoração foi realizada uma visita do vice-governador da Província de Shiga ao Estado gaúcho. Além da visita, foi montada a Exposição Shiga e o Rio Grande do Sul: a Irmandade de Dois Povos, organizado pela SEDA. (GOVERNO DO ESTADO, 2010).

Nos anos seguintes, ocorreram diversas missões ao Japão, com o objetivo de atração de investimentos, onde a longa relação com Shiga foi sempre destacada, demonstrando conhecimento acerca da cultura e das relações de negócios do japonês. Conforme Neves (2020), o Convênio de Fraternidade com Shiga é o mais ativo entre todos os que o Rio Grande do Sul já celebrou. Segundo o servidor, há

uma troca semanal de correspondência com Shiga, especialmente no presente ano quando se celebra o aniversário de 40 anos de assinatura do Convênio que tornou a Província de Shiga e o Estado do Rio Grande do Sul regiões-irmãs.

Notou-se, todavia, que em razão de mudanças na estrutura da administração estadual, decorrentes de trocas de governo, muitas vezes houve alterações que impactaram as Secretarias incumbidas da área de Relações Internacionais. Conforme ressalta Márcia Nunes (2020), quando ocorriam tais mudanças administrativas, ou um novo governo assumia, havia o risco de projetos serem descontinuados e das informações referentes aos mesmos terem seu acesso dificultado, uma vez que servidores encarregados tinham funções alteradas, ou ainda, os projetos eram transferidos para outras secretarias ou órgãos do governo.

Márcia Nunes (2020) destacou também que, no seu entendimento pessoal, graças às frequentes trocas administrativas, e, também, pela falta de pessoal dedicado a esse trabalho, há uma grande dificuldade em se manter um banco de dados atualizado. Nas trocas de governo, há, na secretaria, o ingresso de pessoas que têm relativo desconhecimento de assuntos internacionais, o que leva à perda de possíveis oportunidades, bem como de relevância de um projeto, visto que os objetivos internacionais podem mudar de uma gestão para outra.

Desta maneira, no entendimento pessoal de Márcia Nunes (2020), a administração de assuntos internacionais é uma área que pode ser aprimorada, por meio, por exemplo, da criação de um corpo técnico funcional especializado e que não sofresse alterações/interrupções em suas funções a cada troca de governo. Desta forma seria possível uma sistematização e um acompanhamento adequados tanto para o Convênio como para todos os temas relacionados à agenda internacional do Rio Grande do Sul. Sendo assim, o acesso às informações contidas em relatórios e documentos seria centralizado junto a uma equipe especializada e seu acesso facilitado, o que imprimiria agilidade e eficiência às ações do Estado na esfera internacional.

Márcia Nunes (2020) cita, como exemplo de dificuldade organizacional, o acompanhamento das ações referentes ao Polo Cerâmico da Região da Campanha, em que a pessoa responsável pelo projeto deixou a Secretaria. Os governos seguintes não concederam prioridade ao projeto, visto que muitas vezes o que é prioridade para um passa a não ser para o outro que o sucede. De forma semelhante, Marcelo Baumgarten (2020) ressaltou que o Projeto Pró-Mar de Dentro,

importante projeto de cooperação, ficou dividido entre dois departamentos diferentes, pois a Secretaria que havia ficado responsável, se dividiu. Portanto, a gestão e a continuidade dos diferentes projetos, dado a este quadro, torna-se difícil.

Leonardo Neves (2020) pontua, também, que apesar da grande maioria das informações terem sido relatadas e escritas, várias se perderam, visto que há dificuldades de se receber retornos das missões realizadas. Portanto, algumas informações acabam ficando com quem fez parte das missões, ao invés de ficar disponível em documentos, de modo a fazerem parte do acervo da Secretaria.

Nesta senda, Leonardo Neves (2020) assinala que há dificuldades no que diz respeito à paradiplomacia no Rio Grande do Sul, em parte devido à forma como o Estado está organizado. Isso porque a gestão da Secretaria e dos projetos encarregados a ela, dependem das prioridades estabelecidas pelo Programa de Governo. Nesse sentido, a falta de continuidade gera dificuldades para o prosseguimento de projetos. Leonardo Neves (2020), apontou, também, que em alguns governos a área internacional foi bem reforçada, enquanto que em outros ficou em segundo plano e a atuação do Estado, no âmbito internacional, acabou sendo bastante reduzida. Esses movimentos cíclicos, segundo ele, sem dúvida, atrapalham a atuação internacional.

Conclui-se, portanto, que, enquanto em certos governos houve um plano de atuação internacional concreto, com metas e objetivos, a falta de continuidade entre os governos, bem como a falta de recursos financeiros, dificultaram a atuação paradiplomática do Estado. Como bem ressaltou Leonardo H. Neves (2020), existe a dificuldade de que no período de 4 anos de um governo, esse mantenha um mesmo secretário na pasta de assuntos internacionais durante esse tempo. Cada troca acarreta a repetição do trabalho de apresentação dos setores, das atividades e projetos existentes e cada um dos secretários passa a focar na área de seu interesse ou conforme o interesse do governo. Leonardo Neves (2020) entende ser esse fator a dificuldade da paradiplomacia do Estado, a falta de uma linha de continuidade.

4 Conclusão

Pretendeu-se com o presente trabalho analisar a atuação paradiplomática do Estado do Rio Grande do Sul no período 1980-2018 por meio de um estudo de caso, o Convênio de Fraternidade assinado em 1980 com a província de Shiga, com vistas a responder a questão-problema proposta por este estudo, que é **“quais foram os resultados obtidos pelo Estado do Rio Grande do Sul a partir da cooperação que teve início com a celebração do Convênio?”**

Para tanto, utilizou-se da teoria da interdependência complexa e da paradiplomacia. A teoria da interdependência complexa ao apresentar a multiplicidade de redes e conexões em âmbito mundial, além do processo de globalização e o advento de novas tecnologias de comunicação possibilitou espaço para novos atores na cena internacional, que não somente o Estado-nação ou governo Central. Esses novos atores podem ser representados pelos entes subnacionais de um Estado federativo, que passaram a atuar de forma mais frequente no cenário externo, principalmente a partir dos anos 1990. Esse novo fenômeno foi denominado de paradiplomacia. A paradiplomacia caracteriza-se pela atuação de entes subnacionais, como estados, regiões e cidades nas relações internacionais.

Avaliou-se, em seguida, a evolução da paradiplomacia no Estado do Rio Grande do Sul, seus objetivos e organização administrativa, no período de 1980 a 2018. Identificou-se que o estado foi pioneiro na área de paradiplomacia, sendo o segundo estado brasileiro a criar uma secretaria específica para tratar de assuntos internacionais, visando principalmente a integração com os países do Cone Sul.

Descreveu-se as principais ações internacionais realizadas nos diferentes governos, desde o de Pedro Simon, passando por Alceu Collares, Antônio Britto, Olívio Dutra, Germano Rigotto, Yeda Crusius, Tarso Genro e por fim, José Ivo Sartori. Cada um desses governos atuou na área internacional em intensidades diferentes, tanto no que se refere às ações internacionais quanto à estrutura administrativa organizada.

Percebeu-se que nos governos de Pedro Simon (1987-1990) e Tarso Genro (2011-2014) foram criadas secretarias específicas para atuar no âmbito internacional, de modo a dar maior especialização às ações desenvolvidas, bem como objetivos externos mais ambiciosos do que somente a busca de cooperação

técnica, investimentos e financiamentos externos. Quanto aos outros governos, percebeu-se uma certa continuidade do governo de Alceu Collares, que sucedeu o governo de Pedro Simon, principalmente no que se refere ao Mercosul. Já no governo de Antônio Britto, houve preocupação com temas do Mercosul e à atração de investimentos diretos externos. No entanto, nos governos de Germano Rigotto, Yeda Crusius e José Ivo Sartori a preocupação dos governantes centrou-se na situação fiscal do Estado, de modo que a área internacional recebeu menor atenção, concentrando-se mais em atração de investimentos externos e Mercosul.

Contudo, na análise do período como um todo, observou-se a falta de continuidade nas áreas administrativas e de planejamento das relações internacionais, inclusive com modificações na estrutura institucional a cada troca de governo. A ação de cada governo, no que se refere à atuação internacional, ficou mais na dependência da visão pessoal de cada governador.

Em seguida, explanou-se, de forma sintética, as relações entre o Brasil e o Japão para se analisar especificamente o Convênio de Fraternidade entre a Província de Shiga e o Estado do Rio Grande do Sul. Constatou-se que, anteriormente à celebração do Convênio, as relações entre Rio Grande do Sul e o Japão tinham como base principalmente a imigração que foi marcante, especialmente na Colônia de Ivoti.

A realização do Convênio de Fraternidade, em 1980, mostrou-se anterior às atividades paradiplomáticas oficiais do Estado gaúcho, porém, com a criação da SEAI, em 1987, notou-se que o Convênio ganhou nova dimensão e visibilidade dentro do governo estadual. Sendo assim, em 1990 foram identificados novos objetivos e áreas de cooperação no âmbito do Convênio que, desta vez, ficariam sob responsabilidade de uma secretaria especializada na área internacional, a SEAI.

O Convênio de Fraternidade entre a Província de Shiga e o Estado do Rio Grande do Sul mostrou-se frutífero e positivo aos interesses do Estado do Rio Grande do Sul, pois proporcionou a criação de diversos programas e missões de cooperação técnico-científica. Sua influência foi além do acordado no Convênio, visto que possibilitou a aproximação do estado gaúcho com o governo japonês, o que se materializou em acordos que vieram a ser celebrados com organismos como a JICA, além de missões que objetivavam a apresentação do Rio Grande do Sul para potenciais investidores japoneses.

Os irmanamentos são considerados como uma das formas mais simples da paradiplomacia sendo considerados de menor compromisso, porém, o Convênio de Fraternidade da Província de Shiga e o Estado do Rio Grande do Sul mostrou ser um exemplo resiliente e produtivo deste tipo de relação paradiplomática. Assim, o Convênio revelou-se importante ferramenta para a consolidação e amadurecimento da ação paradiplomática do Estado do Rio Grande do Sul.

Constatou-se, porém, que a falta de continuidade na estrutura administrativa dedicada à gestão dos temas internacionais, dos sucessivos governos estaduais no Estado do Rio Grande do Sul, dificultou as trocas e intercâmbios entre as duas regiões, visto que nem todo governo estadual priorizou os mesmos setores ou objetivos. Isso resultou em uma dificuldade revelada na presente pesquisa, a ausência de informações sistematizadas e disponíveis a respeito dos assuntos internacionais na estrutura administrativa, incluindo informações referentes ao Convênio. Essa situação implica em perda de eficiência na gestão dos diferentes temas. Tal fato é importante, pois o conhecimento que se obteve através das missões e intercâmbios, que poderia servir para estudos em diversas áreas, acabou se perdendo, uma vez que não ficou documentado.

Fica claro, desta forma, que é necessário um banco de dados bem estruturado e organizado, para que as informações obtidas nos intercâmbios não sejam perdidas nem resumidas. O banco de dados auxiliaria o Estado não só no armazenamento das informações obtidas no Convênio, mas também, nos projetos estaduais de paradiplomacia de forma geral.

Desta maneira, nota-se, também, a ausência de um corpo técnico, bem como a de uma estrutura permanente no governo do Estado do Rio Grande do Sul, dedicada especificamente às relações internacionais e à promoção da paradiplomacia no Estado. Além disso, a falta de recursos financeiros dificultou, e dificulta, as possibilidades da paradiplomacia gaúcha que, para alguns governos, não foi definida como uma prioridade. Porém, no período analisado, observou-se que quando a paradiplomacia foi valorizada obteve-se diversos benefícios, sejam esses em novas oportunidades ou no fortalecimento das relações já existentes.

Como exemplo, aponta-se o governo Tarso Genro (2011-2014), que segmentou a área internacional, facilitando sua operação e organização. A dimensão política ficou sob responsabilidade da ACRI, que tinha o papel de assessorar todas as secretarias quando essas tinham contato com a área

internacional; e o campo econômico ficou a cargo da SDPI e da AGDI, responsáveis principalmente pela captação de investimentos estrangeiros. Importante salientar que durante esse governo o Brasil apresentava uma imagem internacional muito favorável, que repercutiu nas relações do Estado, algo que o governador conseguiu usufruir durante seu mandato. Logo, com a delimitação de objetivos concretos na área da paradiplomacia e a estrutura administrativa bem delimitada fez seu governo e o seguinte, de José Ivo Sartori, desfrutarem de amplas oportunidades de cooperação internacional.

Fica explícito, então, a dependência e a fragilidade da atuação paradiplomática no que se refere ao núcleo governamental. As deficiências governamentais citadas anteriormente, acabam por fortalecer, muitas vezes, a atuação de indivíduos e funcionários incumbidos no setor da paradiplomacia naquela gestão específica, que procuram compensar as deficiências da estrutura. Porém, ao longo do tempo, sem que haja o fortalecimento da estrutura institucional, acabará ocorrendo a descontinuidade de projetos e, por consequência, a dificuldade de se analisar com precisão projetos bem sucedidos.

Assim, constatou-se que a existência de uma estrutura administrativa dotada de corpo técnico permanente e especializado em assuntos internacionais facilitaria a continuidade de projetos e atividades relacionados a esta temática, bem como permitiria a guarda de documentação e relatórios, preservando a memória dos acontecimentos.

Por conseguinte, apesar do Rio Grande do Sul ter sido um dos estados pioneiro na paradiplomacia no Brasil, devido a dificuldades organizacionais e estruturais, possivelmente se perderam algumas oportunidades de cooperação na área internacional. Isto é preocupante, pois a paradiplomacia é um fenômeno de relevância e importância no cenário internacional e, ao não utilizá-la ao máximo, o Rio Grande do Sul deixa de aproveitar sua posição geográfica estratégica e de usufruir dos benefícios de possíveis cooperações técnicas, investimentos estrangeiros e integração, por exemplo.

Finalmente, é possível, à luz do presente estudo, afirmar que o Convênio de Fraternidade celebrado com a Província de Shiga apresentou resultados concretos e positivos ao Rio Grande do Sul em termos de cooperação técnica, especialmente, como se identifica no Projeto Pró-Mar de Dentro e no Polo Cerâmico da Região da Campanha. Ambos projetos demonstram que o Convênio tem potencial para que se

obtenha resultados efetivos e benéficos para a sociedade gaúcha, abarcando várias áreas potenciais. Há deficiências organizacionais que dificultam a atuação do Convênio, porém apesar das adversidades, o Convênio segue em vigor e possibilitou, ao longo dos últimos quarenta anos, a consolidação de relação estreita e frutífera entre o Rio Grande do Sul e Shiga.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGDI. Agência Gaúcha de Desenvolvimento e Promoção do Investimento. **Política Industrial. Modelo de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul**. Caxias do Sul. Julho de 2013. Apresentação de Ivan de Pellegrini. Reunião Almoço de 1º de jul. de 2013. pdf.

ALCANTARA, Gabriela. Estado tem Interesse na Reativação do Mercosul, afirma Sartori. Portal da Cidade. Igrejinha, 19 de jul. 2016. Disponível em: <https://igrejinha.portaldacidade.com/noticias/cultura/estado-tem-interesse-na-reativacao-do-mercosul-afirma-sartori>. Acesso em: 21 out. 2020.

ALCANTARA, Gabriela. Sartori e Macri definem encontro bilateral no RS no final de março. Portal do Governo do Estado do Rio Grande do Sul. 07 fev. 2017. Disponível em: <https://estado.rs.gov.br/sartori-e-macri-definem-encontro-bilateral-no-rs-no-final-de-marco>. Acesso em: 21 out. 2020.

APRÍGIO, André - **A Paradiplomacia e a Atuação Internacional de Governos Subnacionais**. Escola de Economia e Gestão. Dissertação de Mestrado. Portugal. 2015.

APRÍGIO, André – **Paradiplomacia e Interdependência** – As Cidades como Atores Internacionais – Editora Gramma. Rio de Janeiro. 2016.

AXELROD, Robert e KEOHANE, Robert O. – **Achieving Cooperation Under Anarchy: Strategies and Institutions**. World Politics. Vol 38. Nº 1. Cambridge University Press. 1985. p. 226-254.

BRANCO, Álvaro Chagas Castelo Branco – **Paradiplomacia e Entes-Não Centrais no Cenário Internacional** – editora Juruá. Curitiba. 2008.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Itamaraty. **Japão**. [2019]. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/ficha-pais/5284-japao>. Acesso em: 02 set. 2020.

BUENO, Ironildes. **Paradiplomacia Econômica: Trajetórias e Tendências da Atuação Internacional dos Governos Estaduais do Brasil e dos Estados Unidos**. Editora Verdana. Brasília. 2012 .

CADEMARTOR, L.H.Urquhart e SANTOS, Priscilla C. – **A Interdependência Complexa e a Questão dos Direitos Humanos no Contexto das Relações Internacionais**. Revista Brasileira de Direito, 12(2): 2016.

CAJUEIRO, R.L. Pimentel – **Manual para Elaboração de Trabalhos Acadêmicos**. Guia Prático do Estudante. 3ª Edição. Ed. Vozes. Rio de Janeiro. 2016.

CANOFRE, Fernanda. Na Primeira Missão no Mercosul, Sartori vai ao Uruguai para “ampliar discussões”. Jornal Sul 21. 23 jul. 2015. Disponível em <https://www.sul21.com.br/postsrascunho/2015/07/na-primeira-missao-no-mercosul-sartori-vai-ao-uruguai-para-ampliar-discussoes/>. Acesso em: 23 out. 2020.

CASTRO, Thales – **Teoria das Relações Internacionais**: Fundação Alexandre Gusmão. Brasília, 2012.

CAVALCANTE, Thamyres Ferreira. **As Relações Nipo-Brasileiras: perspectivas da cooperação em interesses complementares**. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual da Paraíba. João Pessoa. 2015.

CEZÁRIO, GUSTAVO DE Lima – **Atuação Global Municipal – Dimensões e Institucionalização**. Confederação Nacional de Municípios – CNM – Brasília. 2011.

DI SENA, Jr. Roberto. **Poder e Interdependência: Perspectivas de Análise das Relações Internacionais na Ótica de Robert O. Keohane e Joseph S. Nye**. In: Relações Internacionais. Interdependência e Sociedade Global. Odete Maria de Oliveira e Arno Dal Ri Jr. (Orgs). Unijuí editora. Ijuí. 2003.

DUARTE, Alice L.- **A Internacionalização das Cidades: o Caso de Porto Alegre**: TCC Unisinos. Porto Alegre. 2016.

DUTRA, Olívio de O. **Mensagem à Assembleia Legislativa**. Porto Alegre. 2001

FERREIRA, Bruno Guedes - **A Paradiplomacia no Rio Grande do Sul (2007-2014): Um Comparativo das Ações Externas em Diferentes Posições Político Partidárias**. 1º Seminário em Ciência Política. Porto Alegre - UFRGS. Setembro de 2015b.

FERREIRA, Bruno Guedes. **Atores Públicos Subnacionais e Política Externa Brasileira - a paradiplomacia no Rio Grande Do Sul (2007-2014)** - Dissertação de Mestrado. PUCRS - Porto Alegre - 2015a.

FESTIVAL do Japão. Irmandade Shiga e Rio Grande do Sul. 40 anos de Convênio de Fraternidade. c2020. Disponível em: <http://www.festivaldojapaors.com/tema-shiga>. Acesso em: 27 set. 2020.

GAUDIOSO, Tomoko K., SOARES, André L. Ramos. **Atuação Feminina na Colônia Japonesa de Ivoti-RS (1980-2000)**. Seminário Internacional Fazendo Gênero 11& 13. Transformações, conexões, deslocamentos. Anais Eletrônicos. Florianópolis. 2017.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ª ed., São Paulo. Editora Atlas. 2008

GOMES, Guilherme - Missão Coreia do Sul: Hyundai fabricará elevadores no RS. Jornal Sul 21. Porto Alegre, 30 de maio de 2011. Disponível em:

<https://www.sul21.com.br/noticias/2011/05/missao-de-tarso-na-coreia-do-sul-consolid-a-instalacao-de-fabrica-da-hyundai-no-rs/>. Acesso em: 05 nov. 2020.

GUEDES, ANA L. **Globalização e Interdependência: Reconhecendo a Importância das Relações Internacionais entre Governos e Empresas Transnacionais**. In: Relações Internacionais – Interdependência e Sociedade Global. Odete Maria de Oliveira e Arno Dal Ri Jr. (Orgs). Unijuí editora. Ijuí. 2003.

GOVERNO DO ESTADO. **Relatório de Atividades 2018**. Secretaria do Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia. Porto Alegre, fev.2019. Disponível em www.sdept.rs.gov.br.

GOVERNO DO ESTADO. **Relatório de Atividades SDECT 2015-2016**. Secretaria do Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia. Porto Alegre, 2017. Disponível em www.sdept.rs.gov.br.

GOVERNO DO ESTADO. **Relatório de Atividades 2017**. Secretaria do Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia. Porto Alegre, maio 2018. Disponível em: www.sdept.rs.gov.br.

GOVERNO DO ESTADO. Missões Internacionais erguem o Rio Grande a novas fronteiras. 20 maio 2017. Disponível em: <https://estado.rs.gov.br/missoes-internacionais-erguem-o-rio-grande-a-novas-fronteiras>. Acesso em: 21 de out. 2020.

GOVERNO DO ESTADO. Em visita à Capital, missão japonesa comemora 30 anos do Convênio entre RS e Shiga. 08 nov. 2010. Disponível em: <https://estado.rs.gov.br/em-visita-a-capital-missao-japonesa-comeora-30-anos-do-convenio-entre-rs-e-shiga>. Acesso em: 18 nov. 2020

GOVERNO DO ESTADO. Estado realiza missão à província de Shiga, no Japão. Governo do Estado do Rio Grande do Sul. 01 jul. 2013a. Disponível em: <https://estado.rs.gov.br/governo-do-estado-realiza-missao-tecnica-a-provincia-de-shiga-no-japao>. Acesso em: 20 nov. 2019.

GOVERNO DO ESTADO. Governo e missão japonesa da JICA debatem monitoramento da Bacia do Guaíba. Secretaria do Meio Ambiente. 11 jul. 2002. Disponível em: <https://estado.rs.gov.br/governo-e-missao-japonesa-da-jica-debatem-monitoramento-da-bacia-do-guaiba>. Acesso em: 8 nov. 2020.

GOVERNO DO ESTADO. História da Secretaria - Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo. c2020. Disponível em: <https://sedetur.rs.gov.br/historia-da-secretaria> Acesso em: 29 set. 2020.

GOVERNO DO ESTADO. Missão Gaúcha ao Japão é Recebida por Cônsul do Brasil em Hamamatsu. 2019. Disponível em:

<https://estado.rs.gov.br/missao-gaucha-ao-japao-e-recebida-por-consul-do-brasil-em-hamamatsu>. Acesso em: 19 out. 2019.

GOVERNO DO ESTADO. Província de Shiga convida representantes do Governo do Estado para missão técnica ao Japão. Publicado em: 1º de mar. de 2013b. Disponível em: <https://estado.rs.gov.br/provincia-de-shiga-convida-representantes-do-governo-do-estado-para-missao-tecnica-ao-japao>. Acesso em: 19 nov. 2019.

GOVERNO DO ESTADO. Yeda assina acordo de US\$ 1,2 milhão para preservação de recursos hídricos. 01 mar. 2007. Disponível em: <https://estado.rs.gov.br/yeda-assina-acordo-de-us-1-2-milhao-para-preservacao-de-recursos-hidricos>. Acesso em: 27 out. 2020.

GOVERNO DO ESTADO. Yeda convida holandeses para conhecer o Rio Grande do Sul. Secretaria de Logística e Transportes. 18 Ago. 2008. Disponível em: <https://transportes.rs.gov.br/yeda-convida-holandeses-para-conhecer-o-rio-grande-do-sul>. Acesso em: 27 out. 2020.

ISER, G. de Cruzeiro. **Os Entes Subnacionais nas Relações Internacionais: o Fenômeno da Paradiplomacia**. Dissertação mestrado PUCRS. Porto Alegre. 2013.

JACKSON, Robert e SORENSEN, Georg – **Introdução às Relações Internacionais**. Teorias e Abordagens. 2ª ed. Revista e ampliada. Ed. Zahar. Rio de Janeiro, 2013.

JACOBSEN, Gabriel. Missão de Sartori à Argentina Consolida Alinhamento com Política Externa de Serra. Correio do Povo. 12 ago. 2016. Disponível em: <https://www.correiodopovo.com.br/not%C3%ADcias/pol%C3%ADtica/miss%C3%A3o-de-sartori-%C3%A0-argentina-consolida-alinhamento-com-pol%C3%ADtica-externa-de-serra-1.209423>. Acesso em: 21 out. 2020.

JARDIM, Natália H. **A atuação paradiplomática do Rio Grande do Sul nos governos Tarso Genro e José Ivo Sartori**. Salão de Iniciação Científica da Ufrgs 2019. XXXI SIC. Campus do Vale. Porto Alegre, Out. 2019. Disponível em: https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/208098/Poster_63111.pdf?sequence=2&isAllowed=y. Acesso em 07. nov. 2020

JATOBÁ, Daniel. **Teoria das Relações Internacionais**. Temas Essenciais em RI 2 – Antônio Carlos Lessa e Henrique de Oliveira (Coords.) – Editora Saraiva – São Paulo. 2013.

JICA. Japan International Cooperation Agency. Representação no Brasil. Agência de Cooperação Internacional do Japão. c2020. Disponível em: <https://www.jica.go.jp/brazil/portuguese/office/>. Acesso em: 8 nov. 2020.

JORNAL DE BRASÍLIA. Governador do Rio Grande do Sul afirma que missão Econômica na Europa trará Investimentos estrangeiros ao Brasil. [Brasília], 25 out. 2016. Disponível em: <https://jornaldebrasil.com.br/brasil/governador-do-rio-grande-do-sul-afirma-que-missao-economica-na-europa-trara-investimentos-estrangeiros-ao-brasil/>. Acesso em: 26 out. 2020.

JORNAL DO COMÉRCIO. Governo tenta retomar sistema hidroportuário. Porto Alegre, 01 set. 2015. Disponível em: <https://www.jornaldocomercio.com/site/noticia.php?codn=206506>. Acesso em: 26 out. 2020.

JUNQUEIRA, Cairo G. Borges. **Paradiplomacia: a transformação do conceitos nas relações internacionais e no Brasil**. BIB. nº 83, 1º semestre de 2017, p. 43-68. São Paulo. 2018.

KEOHANE, Robert O.; NYE, Joseph. **Power and Interdependence**. 4th. Boston. Longman. Pearson, 2012.

KIRALY, Letícia. Estado Alcança Protagonismo Mundial com Ações de Política Externa. Governo do Estado do Rio Grande do Sul. [Porto Alegre], 12 dez. 2014. Disponível em: <https://www.estado.rs.gov.br/estado-alcanca-protagonismo-mundial-com-acoes-de-politica-externa>. Acesso em: 20 out. 2020.

KIRALY, Letícia. Missões Internacionais do Governo Trazem mais Investimentos e Desenvolvimento Social ao RS. Governo do Estado do Rio Grande do Sul. 30 nov. 2013a. Disponível em: <https://estado.rs.gov.br/missoes-internacionais-do-governo-trazem-mais-investimento-s-e-desenvolvimento-social-ao-rs>. Acesso em: 05 nov. 2020.

KIRALY, Letícia. Missão à China busca consolidar parcerias para o desenvolvimento do Estado. Secretaria de Comunicação do Estado do Rio Grande do Sul. 24 nov. 2013b. Disponível em: <https://estado.rs.gov.br/missao-a-china-busca-consolidar-parceria-para-o-desenvolvimento-do-estado>. Acesso em: 05 nov. 2020.

KUZNETSOV, Alexander S. **Theory and Practice of Paradiplomacy- Subnational Governments in International Affairs**. Routledge. New York. 2015.

LAFER, Celso. **Relações Internacionais, Política Externa e Diplomacia Brasileira**. Pensamento e Ação. Volume 2. Brasília. Funag. 2018.

LECOURS, André – **Political Issues of Paradiplomacy: Lessons from the Developed World**. Discussion Paper in Diplomacy. Netherlands Institute of International Relations “Clingendael”. 2008.

MARIÉ, Solène. **Cultural Paradiplomacy institutions and agenda. The case of Rio Grande do Sul. Brazil.** Civitas, Porto Alegre. v. 18, n. 2, may-aug. 2018, p. 351-375. Disponível em:

<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/28907>. Acesso em: 11 nov. 2020.

MATSUMOTO, Carlos E. Riga. **As Determinantes Locais da Paradiplomacia: o caso dos Municípios Brasileiros.** Dissertação IREL/UNB. Brasília, 2011.

MATSUMOTO, C. E. H; CEZÁRIO, G. L.; REIS-CARDOSO, H. dos; JESUS, T. V. de. **Atuação Internacional Municipal. Cooperação e Implementação de Políticas Públicas.** Coletânea Gestão Pública Municipal. Gestão 2017-2020. CNM. Confederação Nacional dos Municípios. Brasília. 2016

NASCIMENTO, Taiane F. do; BEZZI, Meri L. **Cultura Japonesa: contribuição na Organização Espacial de Santa Maria/RS/Brasil.** XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária. UFU. Uberlândia, Minas Gerais. 2012. Disponível em: http://www.lagea.ig.ufu.br/xx1enga/anais_enga_2012/eixos/1065_1.pdf. Acesso em: 20 set. 2020.

NIPPO. Portal Nippobrasil Online. nippo.com.br. Imigração Japonesa. Especial 112 anos. 18 jun. 2020. Disponível em: https://www.nippo.com.br/4.imigracao_japonesa/. Acesso em: 24 set. 2020.

NOGUEIRA, Arlinda R. **Imigração Japonesa na História contemporânea do Brasil.** Centro de Estudos Nipo-Brasileiros. São Paulo. Massao Ohno Editor. 1984

NSC JORNAL. Governadores de RS e SC assinam contrato para preservação de aquífero. Jornal Santa Catarina Total. Florianópolis, 11 mar. 2008. Disponível em <https://www.nsctotal.com.br/noticias/governadores-de-rs-e-sc-assinam-contrato-para-preservacao-de-aquifero>. Acesso em: 26 out. 2020.

NUNES, Carmen Juçara da Silva. **A Paradiplomacia no Brasil: o caso do Rio Grande do Sul.** Dissertação de Mestrado- UFRGS. Porto Alegre. 2005.

NUNES, Denise. Missão à Palestina e Israel já Mostra Resultados. Governo do Estado do Rio Grande do Sul. 19 jun. 2013. Disponível em: <http://planejamento.rs.gov.br/missao-a-palestina-e-israel-ja-mostra-resultados>. Acesso em: 5 nov. 2020.

NÚÑEZ, Tarson. **A Experiência da Assessoria de Cooperação e Relações Internacionais do Governo do Estado do Rio Grande do Sul.** In: Relações Internacionais de âmbito Subnacional: A Experiência de Estados e Municípios no Brasil. Marcovitch, J.; Dallari, Pedro. (org.). Instituto de Relações Internacionais-IRI-SP. São Paulo. p.48-56. 2014.

NÚÑEZ, Tarson. Núñez Assume a Política Externa do Governo do Estado. **Jornal do Comércio**. [Entrevista cedida a Samir Oliveira]. Edição impressa de 12 jan. de 2011. Disponível em:

<https://www.jornaldocomercio.com/site/noticia.php?codn=51783>. Acesso em: 20 out. 2020.

OLIVEIRA, Marcelo F.; LUVIZOTTO, Caroline K. **Cooperação técnica |Internacional: aportes teóricos**. *Revista Brasileira Política Internacional*. nº 54. 2011

OLIVEIRA, Odete M. de; DAL RI Júnior, Arno. (org.). **Relações Internacionais. Interdependência e Sociedade Global**. Prefácio de Robert Keohane. Ijuí. Editora Unijuí. 2003.

OLIVEIRA, Odete. M. **Relações Internacionais: Breves Apontamentos e Contextualização**. In: *Relações Internacionais e Globalização: Grandes Desafios*. Oliveira, O. M. (Coord.). Editora Unijuí. Ijuí. 1999.

OLSSON, Giovanni – **Globalização e Atores Internacionais: uma Leitura da Sociedade Internacional Contemporânea**. In: *Relações Internacionais– Interdependência e Sociedade Global*. Odete Maria de Oliveira e Arno Dal Ri Jr. (Orgs). Unijuí editora. Ijuí. 2003.

PAQUIN, Stéphane. **Paradiplomacy**. Chapter 4. In: *Global Diplomacy*. T. Balzacq et. al. (eds.) ENAP. Montreal. Canadá. 2020. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/337145091_Paradiplomacy. Acesso em junho de 2020.

PIRATINI. RS e Holanda assinam termo de cooperação para o desenvolvimento de portos gaúchos. Secretaria de Meio Ambiente e Infraestrutura. 19 ago. 2008. Disponível em: <https://www.sema.rs.gov.br/rs-e-holanda-assinam-termo-de-cooperacao-para-desenvolvimento-de-portos-gauchos>. Acesso em: 27 out. 2020.

PLANO de Governo de José Ivo Sartori e José Paulo Cairolí. O Novo Caminho para o Rio Grande. p.52 Jul. 2014. Disponível em http://estaticog1.globo.com/2015/10/13/proposta_governo1404480703100.pdf. Acesso em: 23 out. 2020.

PLUIJM, R. van der. **City Diplomacy: The expanding Role of Cities in International Politics**. The Hague, Netherlands Institute of International Relations. *Clingendael*. Clingendael Diplomacy Paper nº 10. 2007.

PROGRAMA de Governo Tarso Genro Governador. Rio Grande do Sul. do Brasil. do Mundo. 2010. Disponível em: <https://planejamento.rs.gov.br/upload/arquivos/201512/29092453-plano-de-governo-governo-de-tarso-genro-periodo-de-2011-a-2014.pdf>. Acesso em: 23 out. de 2020.

RECH, Marcelo. Embaixadores Europeus discutem Acordo Mercosul-UE no Rio Grande do Sul. dez. 2019. Disponível em: <http://www.inforel/embaixadores-europeus-discutem-acordo-mercosul-ndash-ue-no-ri-o-grande-do-sul>. Acesso em: 02 jun. 2020.

RELAÇÕES Políticas, Diplomáticas, Econômicas e Principais Visitas. Embaixada do Japão no Brasil. 2017. Disponível em: https://www.br.emb-japan.go.jp/itpr_pt/relacoes_bilaterais.html. Acesso em: 02 de jun. 2020

RIBEIRO, M. C. Meirelles - **Globalização e Novos Atores: a Paradiplomacia das Cidades Brasileiras**. Edufba, Salvador. 2009.

RICOBOM, Gisele – **Aspectos da Teoria da Interdependência no Contexto das Relações Internacionais Contemporâneas**. In: Relações Internacionais – Interdependência e Sociedade Global. Odete Maria de Oliveira e Arno Dal Ri Jr. (Orgs). Unijuí editora. Ijuí. 2003.

RIO GRANDE DO SUL. **Lei 13.657, de 07 de janeiro de 2011**. Cria a Agência Gaúcha de Desenvolvimento e Promoção do Investimento e dá outras providências. Disponível em: <http://www.al.rs.gov.br/FileRepository/repLegisComp/Lei%20n%C2%BA%2013.657.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2020.

RIO GRANDE DO SUL. **Lei 14.981, de 16 de janeiro de 2017**. Altera a Lei n.º 13.657, de 7 de janeiro de 2011, que cria a Agência Gaúcha de Desenvolvimento e Promoção do Investimento e dá outras providências, a Lei n.º 13.701, de 6 de abril de 2011, que institui o Quadro de Pessoal da Agência Gaúcha de Desenvolvimento e Promoção do Investimento, e dá outras providências, e a Lei n.º 13.345, de 4 de janeiro de 2010, que fixa a remuneração dos Dirigentes de Autarquias e de Fundações Autárquicas do Estado, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.al.rs.gov.br/filerepository/repLegis/arquivos/LEI%2014.981.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2020.

SALOMÓN, Mónica; NUNES, Carmen. **A Ação Externa dos Governos Subnacionais no Brasil: Os Casos do Rio Grande do Sul e de Porto Alegre**. Um Estudo Comparativo de Dois Tipos de Atores Mistos. Contexto Internacional. Rio de Janeiro. 2007, Vol. 29, nº 1, jan/jun. pp 99-147.

SANT'ANNA, Nanahira de R. **Cooperação em Ciência, Tecnologia e Inovação entre Brasil e Japão no Século XXI: Contribuições para o Desenvolvimento**. Dissertação de Mestrado. Universidade de Brasília. UNB. Brasília. 2013.

SANTOS, Geraldine Alves dos; DOLL, Johannes; GAUDIOSO, Tomoko K. **A integração cultural do japonês na cultura brasileira: A experiência da Colônia de Ivoti**. Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Direito–PPGDir./UFRGS. 2003. Disponível em:

<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/184732/000395341.pdf?sequence=1>. Acesso em: 07 nov. 2020.

SARTORI, José Ivo. Mercosul: hora de reiniciar. Jornal Correio do Povo. [Porto Alegre] 03 abr. 2017. Disponível em: http://mdb-rs.org.br/?publica%C3%A7%C3%A3o=mercosul_hora_de_reiniciar-2296. Acesso em: 23 out. 2020.

SDECT. Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia. Divisão de Cooperação Técnica Internacional. Divisão de Assuntos Internacionais. **Convênio de Fraternidade entre Rio Grande do Sul e Shiga. Síntese das Ações.** [2015?].

SEDAI. Secretaria de Desenvolvimento e dos Assuntos Internacionais. Divisão de Cooperação Técnica Internacional. Departamento de Assuntos Internacionais. **Convênio de Fraternidade entre Rio Grande do Sul e Shiga. Síntese das Ações.** [2005?].

SEDAI. Secretaria do Desenvolvimento e dos Assuntos Internacionais. Departamento de Assuntos Internacionais. Divisão de Cooperação Técnica Internacional. **Informações Gerais sobre Shiga e o relacionamento entre a Província e o Estado do Rio Grande do Sul.** [2006?a].

SEDAI. Secretaria do Desenvolvimento e dos Assuntos Internacionais. Divisão de Cooperação Técnica Internacional. Departamento de Assuntos Internacionais. **Convênio de Fraternidade entre Rio Grande do Sul e Shiga. Síntese das Ações.** 2006b.

SEITENFUS, Ricardo. O Rio Grande do Sul e a Interação latino-americana. Jornal Folha de São Paulo. [São Paulo] 04 maio 1994a. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1994/5/04/dinheiro/3.html>. Acesso em: 21 out. 2020.

SEITENFUS, Ricardo. **Para uma Nova Política Externa Brasileira.** Porto Alegre. Livraria do Advogado. 1994b.

SEITENFUS, Ricardo. **Relações Internacionais.** Editora Manole. São Paulo. 2004.

SILVA, André Luiz Reis da. **O “Despertar Internacionalista”: Desenvolvimento e Relações Internacionais do Rio Grande do Sul (1983-2002).** Ciências e Letras, Porto Alegre, n.41, p. 410-438, jan./jun.2007. Disponível em: <http://www.fapa.com.br/cienciaseletras/publicacao.htm>>. Acesso em: 20 out. 2020.

SOLDATOS, Panayotis. **Federalism and International Relations: the role of subnational units.** 1990.

TANAKA, Aline Midori de Moraes. **Imigração e colonização japonesa no Brasil - um resumo.** Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Direito.

PPGDir./UFRGS, Porto Alegre, jul. 2014. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/ppgdir/article/view/48590/30245>. Acesso em: 06 nov. 2020.

TAVARES, Rodrigo. **As Relações Internacionais do Estado de São Paulo**. In: Relações Internacionais de âmbito Subnacional: A experiência de Experiência de Estados e Municípios no Brasil. Marcovitch e Dallari (Orgs.) Ensaios IRI/USP. 2014.

TIUJO, Lyriam Kiyomi - **O Percurso da Teoria da Interdependência na Política Mundial**. In: Relações Internacionais – Interdependência e Sociedade Global. Odete Maria de Oliveira e Arno Dal Ri Jr. (Orgs). Unijuí editora. Ijuí. 2003.

UEHARA, Alexandre Ratsuo. **Legados de 120 anos de Relações Brasil-Japão**. Japan Foundation São Paulo. 2016. Disponível em: https://fjsp.org.br/estudos-japoneses/artigo/alexandre_ratsuo_uehara/. Acesso em: 08 nov. 2020.

UEHARA, Alexandre Ratsuo. **O Crescimento econômico e os investimentos diretos japoneses no Brasil**. Japan Foundation São Paulo. 2006. Disponível em: <https://fjsp.org.br/estudos-japoneses/artigo/o-crescimento-economico-e-os-investimentos-diretos-japoneses-no-brasil-economic-growth-and-the-japanese-direct-investments-to-brazil/>. Acesso em: 08 nov. 2020.

UEHARA, Alexandre Ratsuo. **Relações Brasil Japão: Aproximações e Distanciamentos**. Carta Asiática. 1999. Disponível em: <http://www.asiayargentina.com/usp-06.htm>. Acesso em: 20 nov. 2019.

VARGAS, João A. Costa. **Brasil e Japão: Construindo uma Agenda Global Comum**. In: Os Desafios e Oportunidades na Relação Brasil-Ásia na perspectiva de jovens diplomatas. Barbosa, Henrique B. (org.). p. 65-102. Brasília. Funag. 2017.

VIGEVANI, Tullo. **Problemas para a Atividade Internacional das Unidades Subnacionais: São Paulo e o Contexto Brasileiro** – In: Ação Internacional das Cidades no Contexto da Globalização - Cadernos Cedec nº 80. Edição Especial PUC-SP. Abril 2006.

VIGEVANI, Tullo; CEPALUNI, Gabriel. **A Política Externa Brasileira. A busca de autonomia, de Sarney a Lula**. São Paulo. Editora Unesp Digital. 2016.

YAMAMURA, R. Jimmy Hideki. **O Estabelecimento das Relações Brasil-Japão no Século XIX**. In: Textos de História. Revista do Programa de Pós Graduação da UNB. v.4. n. 1. p. 125-148. 1996.

ANEXO 1- TERMO DO CONVÊNIO DE FRATERNIDADE QUE DECLARA “ESTADOS IRMÃOS” O ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL- BRASIL E A PROVÍNCIA DE SHIGA-JAPÃO



TERMO DO CONVÊNIO DE FRATERNIDADE, QUE DECLARA “ESTADOS IRMÃOS” O ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL — BRASIL E A PROVÍNCIA DE SHIGA — JAPÃO.

O Estado do Rio Grande do Sul — Brasil, neste ato representado por seu Governador, José Augusto Amaral de Souza, e a Província de Shiga — Japão, neste ato representada por seu Governador, Masayoshi Takemura, pelo presente Convênio, tendo em vista os tradicionais vínculos de amizade existentes entre o Brasil e o Japão, com o propósito de ainda mais fortalecê-los, e propugnando pelo Progresso dos dois Países, acordam o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Ficam declarados “ESTADOS IRMÃOS” o Estado do Rio Grande do Sul — Brasil e a Província de Shiga — Japão.

CLÁUSULA SEGUNDA

Pelo presente Convênio, o Estado do Rio Grande do Sul e a Província de Shiga deverão manter, em caráter permanente, intercâmbio e cooperação, objetivando o entendimento nos seguintes setores:

1. Educação e Cultura
2. Economia e Tecnologia
3. Política e Administração
4. Relacionamento Popular

CLÁUSULA TERCEIRA

Para o desenvolvimento desse Convênio, deverão ser constituídas Comissões Executivas, respectivamente no Estado do Rio Grande do Sul e na Província de Shiga, compostas de cinco membros cada, indicados por seu Governador, que receberá o cargo de Presidente de Honra, na estruturação seguinte:

- | | |
|---------------|----------------|
| 1. Presidente | 2. Secretário |
| 3. Tesoureiro | 4. Conselheiro |

A critério de cada Comissão Executiva, o Estado do Rio Grande do Sul poderá designar um representante honorário, residente no Japão, e a Província de Shiga, o seu representante, residente no Brasil.

CLÁUSULA QUARTA

O presente Convênio terá vigência a partir da data da sua assinatura.

CLÁUSULA QUINTA

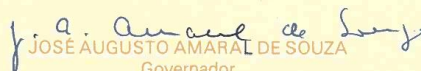
Os casos omissos serão resolvidos de comum acordo entre as partes convenientes.

CLÁUSULA SEXTA

O presente Convênio poderá ser rescindido por iniciativa das partes, desde que suas respectivas Comissões Executivas assim o decidam.

E por estarem assim ajustadas, as partes convenientes firmam o presente Convênio.

Porto Alegre, 5 de maio de 1980.


 JOSÉ AUGUSTO AMARAL DE SOUZA
 Governador
 Estado do Rio Grande do Sul — Brasil


 MASAYOSHI TAKEMURA
 Governador
 Província de Shiga — Japão

日本国滋賀県とブラジル連邦共和国リオ・グランデ・ド・スール州の姉妹県州協定書

滋賀県代表 武村正義県知事と、リオ・グランデ・ド・スール州代表 ジョゼー・アウグスト・アマラル・デ・ソウザ州知事は、日本とブラジルの伝統的な友好関係を一層強化し、さらに両国の相互発展のため、下記の協力協定を締結することに合意した。

第 一 条

日本国滋賀県と、ブラジル連邦共和国リオ・グランデ・ド・スール州は姉妹県州となることをここに宣言する。

第 二 条

本協定締結により、滋賀県とリオ・グランデ・ド・スール州は、日本とブラジルの両国民のより深い理解と進歩的な融和をはかる目的をもって、常設協力機関を設置し、特に次のとおり各分野における交流の推進をはかる：

1. 教育・文化 — 各層における留学生、技術研修員及び先生の交換。文化事業面における各種交流と協力。
2. 経済・技術 — 農・工・商各業界における新技能の照会。経済協力。
3. 政治・行政 — 行政、立法、司法の各分野における交流。両政府間における各種研修。
4. 民間の交流 — 広範囲な各種民間交流。本協定の主旨にそった日本とブラジルの両国民間の交歓行事の奨励。

第 三 条

本協定執行のため、滋賀県とリオ・グランデ・ド・スール州は、それぞれの実行委員会を組織するが、各委員会の名誉会長にはそれぞれの知事が就任するものとし、各委員は知事の推せんと任命により、次のとおり構成されるものとする：

- | | |
|----------|---------|
| 1. 委員会会長 | 2. 常任書記 |
| 3. 常任会計 | 4. 顧問 |

必要に応じて、日本側は、ブラジル駐在の人を代表として任命できるものとし、また、ブラジル側も日本に在住の人を代表として任命できるものとする。

第 四 条

本協定は、その署名当日から発効するものとする。

第 五 条

本協定に記載されていない問題が生じた場合には、双方の合議によって解決するものとする。

第 六 条

本協定は、日本とブラジルの両委員会のいずれかの提案に基づき、双方委員会合意によって、これを破棄出来るものとする。

以上、本協定に記載された各条項を全面的に承認し、署名を行う。

1980年5月 日

日本国滋賀県代表

滋賀県知事

ブラジル連邦共和国リオ・グランデ・ド・スール州代表

リオ・グランデ・ド・スール州知事

J. A. Amal de Souza

ANEXO 2 - TERMO DO CONVÊNIO DE INTERCÂMBIO TÉCNICO-CIENTÍFICO ENTRE O ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, BRASIL E A PROVÍNCIA DE SHIGA, JAPÃO



TERMO DO CONVÊNIO DE INTERCÂMBIO TÉCNICO-CIENTÍFICO ENTRE O ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, BRASIL E A PROVÍNCIA DE SHIGA, JAPÃO

O Estado do Rio Grande do Sul, representado pelo Governador, Pedro Jorge Simon, e a Província de Shiga, representada pelo Governador, Minoru Inaba, de acordo com o Convênio estabelecido entre os dois Estados-Irmãos em 5 de Maio 1980, com fins de ampliar e promover áreas do intercâmbio, se comprometem a estimular o intercâmbio no campo técnico-científico, acordando o seguinte:

ARTIGO PRIMEIRO

Ficam definidas as seguintes áreas principais para o intercâmbio técnico-científico:

- (1) Biotecnologia
- (2) Meio Ambiente e Ecologia
- (3) Ciência e Engenharia de Materiais
- (4) Tecnologia Industrial

ARTIGO SEGUNDO

O intercâmbio técnico-científico será desenvolvido através dos seguintes programas:

- (1) Intercâmbio de técnicos e pesquisadores
- (2) Troca de informações
- (3) Desenvolvimento conjunto de pesquisa

ARTIGO TERCEIRO

Os dois Estados se esforçam no sentido de que os seus respectivos laboratórios possam realizar os programas concretos mencionados no Artigo Segundo.

ARTIGO QUARTO

Fica decidido que a coordenação do intercâmbio mencionado neste convênio estará a cargo, no Estado do Rio Grande do Sul, da Secretaria Especial para Assuntos Internacionais e na Província de Shiga, do Departamento de Relações Internacionais.

ARTIGO QUINTO

Este termo terá duração idêntica ao Convênio de Fraternidade estabelecido entre os dois Estados.

Otsu, 1 de Março de 1990

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Pedro Jorge Simon'.

PEDRO JORGE SIMON
Governador
Estado do Rio Grande do Sul, Brasil

A handwritten signature in black ink, appearing to be in Japanese characters.

MINORU INABA
Governador
Província de Shiga, Japão



滋賀県とリオ・グランデ・ド・スール州の科学技術交流に関する協定書

日本国滋賀県知事 稲葉 稔とブラジル連邦共和国 リオ・グランデ・ド・スール州知事ペドロ・ジョルジェ・シモンは、1980年5月5日に締結した姉妹県州協定に基づき、交流分野の拡大および推進を図るため、科学技術分野における交流を促進することに合意し、本協定を締結する。

第 1 条

科学技術交流の対象とする主要な分野は、次のとおりとする。

- (1) 生物工学
- (2) 環境および生態学
- (3) 物質科学および材料工学
- (4) 工業技術

第 2 条

科学技術交流は、第1条に記された各分野において、次の具体的計画を通して実施されるものとする。

- (1) 技術者および研究者の交流
- (2) 情報の交換
- (3) 共同研究の推進

第 3 条

両県州は、それぞれの地域における主たる研究機関が、第2条に基づく具体的計画を実施できるよう努めるものとする。

第 4 条

本協定に記された交流の調整は、滋賀県においては国際交流課、リオ・グランデ・ド・スール州においては国際関係特別局において行うものとする。

第 5 条

本協定の有効期限に関しては、姉妹県州協定に準ずるものとする。

1990年3月1日 大津市に於いて

日 本 国
滋 賀 県 知 事

稲 葉 稔

ブラジル連邦共和国

リオ・グランデ・ド・スール州知事

PEDRO JORGE SIMON

ANEXO 3 - NOTA CONJUNTA SOBRE O DESENVOLVIMENTO E DO INTERCÂMBIO NAS ÁREAS DE EDUCAÇÃO E DO MEIO AMBIENTE



Nota Conjunta sobre o Desenvolvimento do Intercâmbio nas Áreas de Educação e do Meio-Ambiente entre o Estado do Rio Grande do Sul e a Província de Shiga.

No âmbito do Convênio de Estados Irmãos, firmado na data de 05 de Maio de 1980, o Senhor Minoru Inaba, Governador da Província de Shiga, Japão, e o Senhor Alceu de Deus Collares, Governador do Estado do Rio Grande do Sul, Brasil, tendo em vista o firme propósito de desenvolver o intercâmbio mútuo nas áreas de Meio-Ambiente e Educação, ratificam o seguinte:

1- Intercâmbio na área do Meio-Ambiente

Unidos de forma fraterna pela identidade do Lago Biwa e da Lagoa dos Patos, Shiga e o Rio Grande do Sul, buscarão harmonizar seus projetos com a preservação do Meio-Ambiente, de forma a legar às nossas futuras gerações a perpetuação da integridade ambiental de nosso planeta.

O Estado e a Província, no ano em que se realiza a Conferência das Nações Unidas sobre Meio-Ambiente e Desenvolvimento, propõem-se, respeitadas as particularidades regionais, a desenvolver ações para a preservação do Meio Ambiente por intermédio de:

- 1) Troca de Técnicos e Especialistas
- 2) Intercâmbio de Informações
- 3) Realização de Pesquisas Conjuntas
- 4) Ampliação das atividades acima mencionadas

2-Intercâmbio na Área Educacional

Em momento de intensas mudanças com profundos reflexos sobre a realidade dos povos, urge envidarmos esforços em prol de um desenvolvimento regional integrado, com ênfase no bem-estar comum.

Neste sentido, cumpre assegurarmos à nossa juventude, sustentáculo do futuro, uma Educação que possibilite ampla visão global, com amor à humanidade, à natureza e à terra natal, dentro de parâmetros técnicos elevados.

Assim, Estado e Província, buscarão promover esforços conjuntos no setor Educacional, abrangendo as áreas do Ensino Técnico e da Educação Ambiental.

O ajuste das propostas nesta nota apresentadas estará a cargo, na Província de Shiga, do Departamento de Relações Internacionais e, no Rio Grande do Sul, pela Secretaria Especial para Assuntos Internacionais.

Otsu, 23 de Abril de 1992

Alceu de Deus Collares
Governador
Estado do Rio Grande do Sul
Brasil

Minoru Inaba
Governador
Província de Shiga
Japão

ANEXO 4 - NOTA CONJUNTA PARA A PROMOÇÃO DE PESQUISA CONJUNTA ENTRE O ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL E A PROVÍNCIA DE SHIGA



NOTA CONJUNTA PARA A PROMOÇÃO DE PESQUISA CONJUNTA ENTRE O ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL E A PROVÍNCIA DE SHIGA

No âmbito do Convênio de Fraternidade entre Estado e Província, firmado em 5 de maio de 1980, o Senhor Minoru Inaba, Governador da Província de Shiga, Japão, e o Senhor Antônio Britto, Governador do Estado do Rio Grande do Sul, Brasil, tendo em vista o firme propósito de desenvolver o intercâmbio mútuo, ratificam a promoção de Pesquisa Conjunta, conforme o seguinte:

Estado e Província esforçar-se-ão para iniciar estudos concretos em prol da promoção da Pesquisa Conjunta na área de Tecnologia industrial, definindo os temas de pesquisa necessários ao desenvolvimento tecnológico, bem como, as instituições de pesquisa experimental.

Os ajustes e a coordenação das propostas apresentadas nesta Nota estarão a cargo, no Estado do Rio Grande do Sul, da Secretaria do Desenvolvimento e dos Assuntos Internacionais, e na Província de Shiga, do Departamento de Relações Internacionais.

Otsu, 5 de julho de 1996.


Antônio Britto,
Governador do Estado do
Rio Grande do Sul - Brasil


Minoru Inaba,
Governador da Província
de Shiga - Japão



滋 賀 県 ・ リ オ グ ラ ン デ ド ス ー ル 州 共 同 研 究 推 進 に 関 す る 確 認 書

日本国滋賀県知事稲葉 稔とブラジル連邦共和国リオ グラン
デ ド ス ー ル 州 知 事 ア ン ト ニ オ ブ リ ッ ト は、 1 9 8 0 年 5 月
5 日 に 締 結 し た 姉 妹 県 州 協 定 に 基 づ き、 よ り 一 層 の 相 互 交 流 を
促 進 す る た め、 共 同 研 究 の 推 進 に つ い て 次 の と お り 確 認 し た。

両 県 州 は、 工 業 技 術 分 野 に お け る 共 同 研 究 を 推 進 す る た め、
今 後、 必 要 な 技 術 開 発 の テ ー マ を 定 め、 試 験 研 究 機 関 の 選 定 を
行 い、 具 体 的 研 究 に 着 手 で き る よ う 努 め る も の と す る。

本 確 認 書 に 記 さ れ た 交 流 の 調 整 は、 滋 賀 県 に あ っ て は 国 際 交
流 課、 リ オ グ ラ ン デ ド ス ー ル 州 に あ っ て は、 国 際 関 係 開 発
局 に お い て 行 う も の と す る。

1 9 9 6 年 7 月 5 日 日 本 国 滋 賀 県 大 津 市 に お い て

日 本 国
滋 賀 県 知 事
稲 葉 稔

稲葉 稔

ブラジル連邦共和国
リオ グ ラ ン デ ド ス ー ル 州 知 事

ANTONIO BRITTO

Antonio Britto

ANEXO 5 - ANEXO**ANEXO**

O estudo de viabilidade da pesquisa conjunta será realizado, priorizando-se:

Tema de Pesquisa 1: Pesquisa de Tecnologia de Prevenção contra Poluição Ambiental através do aproveitamento de recursos naturais extraídos no Estado do Rio Grande do Sul.

Instituições Participantes:

- Fundação de Ciência e Tecnologia
- Centro de Tecnologia Industrial da Província de Shiga

Tema de Pesquisa 2: Pesquisa de Tecnologia de Produção de Matéria-Prima para a Construção Civil e Vasos para Plantas Ornamentais, utilizando-se argila resultante da extração de carvão mineral da região de Candiota, no Estado do Rio Grande do Sul.

Instituições Participantes:

- Companhia Riograndense de Mineração
- Instituto de Pesquisa Cerâmica de Shigaraki



付 属 文 書

本確認書に記された共同研究は、下記事項を優先してその実施の可能性を調査、研究するものとする。

第 1 研究テーマ：

「リオ グランデ ド スール州産天然資源を活用した
環境汚染防止技術の研究」

参加機関：

滋賀県工業技術センター

リオ グランデ ド スール州科学技術振興財団

第 2 研究テーマ：

「カンディオタ地方の石炭採掘時に産出する粘土を利用した
建材および植木鉢の原材料生産技術の研究」

参加機関：

信楽窯業試験場

リオ グランデ ド スール州鉱物資源公社